

Constelações do ativismo em rede

05 e 06
novembro de 2015

Livro de Atas

UNIVERSIDADE



LUSÓFONA
DO PORTO

www.ulp.pt



Edições Universitárias Lusófonas

1ª edição – 2018

Título: Constelações do Ativismo em rede: Livro de Atas do II Congresso Internacional de Net-Ativismo

Organização: Marina Magalhães, Luis Miguel Loureiro, Elisabete Pinto da Costa e Maria Belém Ribeiro.

Design e Paginação: Carla Cadete

Revisão: Elisabete Pinto da Costa e Maria Belém Ribeiro.

Capa: Fotografia de Luis Miguel Loureiro.

ISBN: 978-989-757-066-7

Todos os direitos desta edição reservados por:

Edições Universitárias Lusófonas

Campo Grande, 376 – 1749-024 Lisboa

Telef: 217 515 500 Fax: 217 577 006

Email: edicoes.lusofonas@ulusofona.pt

Este trabalho foi realizado no âmbito do II Congresso Internacional de Net-Ativismo:

“Constelações do Ativismo em Rede”, promovido por: Centro de Pesquisa Atopos e Universidade Lusófona do Porto.

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto:

II Congresso Internacional de Net-Ativismo: “Constelações do Ativismo em Rede”, promovido pelo Centro:



UNIVERSIDADE



LUSÓFONA
DO PORTO

Constelações do ativismo em rede

Livro de Atas

II Congresso Internacional de Net-Ativismo

Marina Magalhães de Moraes

Luís Miguel Loureiro

Elisabete Pinto da Costa e Maria Belém Ribeiro (orgs.)

UNIVERSIDADE



LUSÓFONA
DO PORTO

www.ulp.pt

Índice

PREFÁCIO

Luís M. Loureiro e Marina Magalhães pp.7-9

PARTE I: TEORIAS DAS REDES E ATIVISMO

O CONCEITO KITTLERIANO DE “SISTEMAS DE INSCRIÇÃO” (AUF SCHREIBESYSTE ME):

O SISTEMA DE INSCRIÇÃO DE “POR VOLTA DE 1800” (UM 1800)

Paulo Alexandre Lima pp.11-21

PRESENCIA Y PROTAGONISMO DE TWITTER EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

M. Mercedes López, M. Júlia González

e Carmen Salgado Santamaría pp.22-36

PARTE II: ATIVISMO EM REDE E POLÍTICA

NET-ATIVISMO CONTRA A CAMPANHA MEDIÁTICA DO ESTADO ISLÂMICO NAS REDES:

O COMBATE À PROPAGANDA TERRORISTA ATRAVÉS DAS AÇÕES DE ISIS-CHAN NO TWITTER

Carlos Santos Neto e Marina Magalhães pp.37-55

QUEM(M) SÃO OS ALGORITMOS?

Sara Orsi e Luisa Ribas pp.56-66

PARTE III: ATIVISMO EM REDE E ESTRATÉGIA DOS MEDIA

DE UMA TEIA A UMA REDE: SLUTWALK PORTUGAL NAS REDES SOCIAIS ONLINE

Rui Vieira Cruz, Carla Cerqueira e Anabela Santos pp.67-86

OS REFUGIADOS PALESTINIANOS NOS DISCURSOS DE DIVULGAÇÃO

DO FILME DOCUMENTAL “REMEMBER US”

Vanessa Ribeiro Rodrigues pp.87-112

PARTE IV: ATIVISMO EM REDE E ARTES COLABORATIVAS/RELACIONAIS

HARUN FAROCKI, TRABALHO E CINEMA EM REDE: O PROJETO COLABORATIVO *LABOUR IN A SINGLE SHOT*

Rui Matoso pp.113-129

DA DIÁSPORA À GLOBALIZAÇÃO: O MOVIMENTO DOS ÍNDIOS GUARANI-KAIOWÁ

Rute Vera Maria Favero pp.130-142

A RUA DA REDE – ARTE URBANA E COMUNICAÇÃO: O CASO WOOL

Catarina Sofia Lourenço Rodrigues pp.143-158

SONETI TWO PROJECT BLUEPRINTS: USE OF SOCIAL NETWORKS BY IMMIGRANT WOMEN FOR COLLECTIVE MOVIE SCRIPT WRITING

Maria Teresa Rojas Rajs pp.159-167

Prefácio

A modernidade em fuga de si mesma é a modernidade eufemística. Não reclama explicação, recorte ou conceito porque deles está constantemente a escapar. A figura de estilo - que até pode ser apenas uma qualquer stylish figure da ofuscante passerelle moderna, reverberante da luz técnica que decreta na noite da Cidade o dia permanente -, é o seu modo de demonstração, um false friend que a persegue sem a alcançar.

De facto, é nesta fuga escorregadia e informe que, constantemente, a modernidade resvala: “a partir de cada lugar do mundo fugitivo preparam-se continuações de fugas” (Sloterdijk). Assim se revela o eufemismo como constante da experiência, como (meta) formação discursiva (Foucault) que diz a “época em que o contraditório se realiza” (Miranda) sem dizê-la: a auto-estrada veloz que evita o choque frontal, a hipocrisia estrutural (Bourdieu), a fuga para a frente da qual resulta “o paradoxo de uma radical ausência de futuro” (López-Petit). Com efeito, estaremos já tão siderados pelo espectáculo (Debord) da “era da dissimulação total” (Virilio), tão imersos no eufemismo que não nos percebemos afogados numa atmosfera visualmente poluída que ofusca, contrai e distorce a visão do mundo.

Não será o facto de, nas mais recentes décadas, termos tido a tentação de pensar a modernidade como tardia (Giddens), líquida (Bauman), super (Augé, Ballandier), hiper (Lipovetsky) -, e toda esta conversa depois de lhe apormos o prefixo pós, sentença temporal da sua própria ultrapassagem (Lyotard) -, nada mais do que a renovada (e inócua?) demonstração do eufemismo em si mesmo?

Todas as estratégias de fuga surgem validadas pelos modos operativos de uma época que, simultaneamente, prescreve o moderno e se proscreve a si mesma. Radicam-se na intensa cinética da mobilização infinita (Sloterdijk) que toma de assalto a experiência e a devolve como mundo-código, interface imediata de ligação e desligação, mundo de trocas mercantis que capitaliza os valores como valor, esmagando um horizonte ético submetido ao aumento exponencial da velocidade de circulação da informação e à totalização estatística do individual e do social, produzindo o humano como moeda viva (Klossowski) - reproduzindo-o numericamente e codificando-o algoritmicamente para que a cadeia cinética nunca se quebre. Desativados como sujeitos políticos pela mobilização infinita, aceitamos com fraca resistência a inevitabilidade da acelerada mobilização (que aí devem como a única possível) para um agora sem promessa. Um agora eufemístico.

Que horizonte propriamente mobilizador restará, pois, à experiência, num mundo da vida acelerado, intensificado pela sua própria velocidade de libertação (Virilio), um mundo-rede que, ao mesmo tempo que totaliza e captura a experiência (Babo), “foge de si mesmo em si mesmo” (Sloterdijk)? Subsistirá na modernidade eufemística algum horizonte de possibilidade para modos não eufemísticos de mobilização?

Escreve Bauman que “as principais técnicas do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial”. Os poderes das sociedades contemporâneas não jogam outro senão o jogo do eufemismo. O mais efetual de todos os poderes, o poder de execução - ou a decisão sobre a vida e a morte -, é um poder transferido: o Imperador não está onde dá a aparência de estar. O poder propriamente executivo provém da técnica devindo poder em si mesmo porque, sem necessidade de desativá-la, já inutilizou a legitimação. Reside, aliás, precisamente aí: os dispositivos eufemísticos de legitimação constituem, pela técnica, a dispensa de legitimação. O poder propriamente executivo decreta e produz o código pelo qual cria a aparência de acesso. Instala e institui uma imagem discursivamente construída, aparentemente legítima. Transferiu-se, na verdade, para a cifra, para o trabalho técnico de codificação (.exe) que produz uma aparência de visível que, efetivamente, dissimula. E assim, tornada eufemística, a democracia institucional moderna deverá simulacro de si mesma. O dispositivo da representação política

torna-se um dispositivo de dissimulação.

É, pois, no domínio da técnica que se situa a efetiva luta contemporânea pelo poder, logo, o horizonte de possibilidade da democracia.

Na última década, particularmente após as gigantescas erupções net-ativistas de 2011 que levaram a revista Time a declarar o anónimo Protester como Figura do Ano, tornou-se evidente que o efetivo poder de execução e controlo do visível há muito se deslocou para o domínio da técnica. Desde então, a ciência social e política, e já não apenas a sociologia dos media, tem vindo a dedicar cada vez maior atenção aos fenómenos de ativismo em rede.

A produção académica tem sido disso reflexo. O net-ativismo, porque radicado precisamente no domínio da técnica, logo, no horizonte contemporâneo de possibilidade da democracia, devém fertilizante da discussão científica. Não deve surpreender, por isso, que, também em rede, a investigação em curso sinta uma crescente necessidade de se reunir e por a teste. Assim se justifica o natural surgimento e continuidade dos Congressos Internacionais de Net-ativismo. A segunda edição realizou-se entre outubro e novembro de 2015, com encontros sucessivos em São Paulo (Brasil), Roma (Itália), Paris (França) e Porto (Portugal). É a produção científica emergente da reunião portuguesa que baseia a presente obra.

Paulo Alexandre Lima inaugura o conjunto de textos aqui reunidos como desdobramentos da reflexão e da análise dos fenómenos do net-ativismo em perspetivas variadas de investigação. O autor aborda como o conceito de Aufschreibesysteme faz referência ao corpo e à psique como lugares de inscrição de redes e tecnologias discursivas, que contribuem para a determinação identitária. A partir de um recorte mais voltado para os media, Mercedes Zamorra López, Júlia Gonzáles Conde e Carmen Salgado Santamaría propõem uma pesquisa empírica sobre o Twitter, a fim de compreender a presença e o protagonismo desta rede social digital nos meios de comunicação espanhóis.

O Twitter é também tema de estudo de Carlos Santos Neto e Marina Magalhães, que analisam o net-ativismo no caso do combate à propaganda terrorista do autoproclamado Estado Islâmico através das ações da personagem coletiva ISIS-Chan na rede. Já Sara Orsi e Luísa Ribas abordam a cibernética enquanto arte de controlar sistemas por meio de algoritmos, sejam eles corpos, máquinas, mentes ou os próprios ambientes: quem são e o que fazem os algoritmos?

A questão das redes sociais online como espaço de participação é tratada, por Rui Vieira Cruz, Carla Cerqueira e Anabela Santos, na perspetiva dos coletivos informais da sociedade civil. A partir da análise do caso SlutWalk, os autores investigam como tais coletivos se organizam em rede para a difusão de informação, atendendo às especificidades do contexto português. Enquanto isso, com foco nas latitudes palestinianas, Vanessa Ribeiro Rodrigues investiga a (in)visibilidade no espaço público com base nos discursos de divulgação do filme documental Remember Us. O seu intento é analisar em que medida os discursos, difundidos nas plataformas digitais, organizam uma inteligibilidade acerca deste tema, conferindo-lhe existência enquanto problema social no espaço público jordano e global.

O cinema é igualmente investigado na contribuição de Rui Matoso, que analisa o projeto cinematográfico Labour in a Single Shot, desenvolvido em rede pelo realizador Harum Farocki, cujas obras se voltam para a análise e desconstrução das formas de dominação e governamentalização estabelecidas nos múltiplos campos de poder. Também na perspetiva do ativismo em rede e das artes colaborativas/relacionais, Rute Maria Vera Favero aborda o movimento dos índios brasileiros Guarani-Kaiowá a partir da diáspora forçada da tribo devida à decisão do Governo Federal de se apropriar das suas terras. O fenómeno desencadeado nas redes sociais digitais de apoio à mobilização indígena é analisado pela autora à luz dos autores Hall, Sassen e Bauman.

A partir do trabalho desenvolvido no âmbito do WOOL - Festival de Arte Urbana da Covilhã, Catarina Rodrigues participa no debate sobre a relação entre a arte urbana, a comunicação, a mobilização social e o espaço público. A autora procura identificar um conjunto de transformações sociais e culturais presentes no projeto e investigar a arte urbana enquanto ferramenta de promoção da cidadania. Maria Teresa Rojas Rajs encerra o ciclo de trabalhos com foco no uso das redes sociais por mulheres imigrantes na construção coletiva dos seus discursos. Nesse sentido, apresenta os objetivos e os desafios do projeto Sonetiwo, que propõe a fusão entre inovação, pesquisa e tecnologia no empoderamento de mulheres em situações de vulnerabilidade.

A diversidade temática das ações colaborativas emergentes das redes sociais digitais revela a importância de investigar o fenómeno do net-ativismo como algo para além da esfera meramente política. Mais do que conclusões enrijecidas sobre um tema em constante transformação, os trabalhos reunidos neste livro representam esforços de contemporizar, ao mapear por latitudes diversas, pistas e reflexões necessários para repensar o complexo agir contemporâneo nas novas ecologias que se delineiam, compostas por atores e actantes, humanos e não humanos, de naturezas diversas.

Agradecemos o apoio a este projeto dado pela Universidade Lusófona do Porto, representada pela Reitora Professora Doutora Isabel Babo e pelo administrador-geral do grupo COFAC, Professor Doutor Manuel de Almeida Damásio; ainda o apoio do Diretor do Departamento de Cinema e Comunicação Multimédia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Professor Doutor Manuel José Damásio, e pelo Professor Doutor José Bragança de Miranda. Uma última palavra de reconhecimento ao Professor Doutor Massimo Di Felice, do Centro de Pesquisa Atopos, coordenador-geral do Congresso Internacional de Net-Ativismo, à comissão organizadora da edição portuguesa do evento, em especial à Professora Doutora Elisabete Pinto da Costa e à Professora Doutora Maria Belém Ribeiro, responsáveis pela revisão dos textos aqui apresentados, e à Professora Doutora Carla Cadete, pela paginação e design desta obra.

Luís M. Loureiro ¹
e Marina Magalhães ²

¹ Luís M. Loureiro é jornalista da RTP desde 1997, fazendo parte, há três anos, da redação de jornalismo de investigação da estação pública portuguesa de televisão. Doutorou-se em Ciências da Comunicação em 2012, com uma tese na qual estudou em profundidade um dos primeiros fenómenos netativistas de escala de 2011: os protestos da Geração à Rasca (Portugal).

² Marina Magalhães de Moraes é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (2018), com investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Comunicação e Culturas Mediáticas e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Membro do Centro de Pesquisa Internacional Atopos e do CIC Digital. É professora convidada da Universidade Lusófona do Porto e autora dos livros *Jornalistas no Cotidiano das Redes Digitais* (2013) e *Polarizações do Jornalismo Cultural* (2008), publicados pela Editora Marca de Fantasia. E-mail: marinamagalhaes@msn.com.

PARTE I
TEORIAS DAS REDES E DO ATIVISMO

O CONCEITO KITTLERIANO DE “SISTEMAS DE INSCRIÇÃO” (AUF SCHREIBESYSTE ME): O SISTEMA DE INSCRIÇÃO DE “POR VOLTA DE 1800” (UM 1800)

Paulo Alexandre Lima¹

1. O conceito formal de “sistemas de inscrição” (Aufschreibesysteme)

O conceito de Aufschreibesysteme não é fácil de definir nem mesmo de traduzir. Na sua tradução da obra de Kittler Aufschreibesysteme 1800-19002, Michael Metteer e Chris Cullens vertem Aufschreibesysteme por discourse networks. A tradução não está errada. No entanto, deixa não considera o conteúdo global do conceito de Aufschreibesysteme. Há uma componente deste conceito que tem que ver com a ideia de discourse networks. E, na verdade, trata-se de uma componente fundamental do conceito em questão. Mas tal ideia, só por si, não permite compreender a referência que o conceito de Aufschreibesysteme internamente faz ao corpo e à psique como lugares de inscrição de redes e tecnologias discursivas que contribuem para a determinação da própria identidade do ser humano.

De facto, a noção de Systeme pode, só por si, envolver a ideia de discourse networks complexas que se propagam e alargam o exercício do seu domínio. É, porém, na noção de aufschreiben que é possível identificar a ideia de inscrição enquanto operação pela qual os sistemas levam a cabo os seus efeitos sobre o corpo e a psique, instaurando assim certos modelos de ser humano.

No Prefácio à tradução americana já mencionada, David Wellbery apresenta adequadamente o conceito de Aufschreibesysteme, bem como as suas implicações no que diz respeito à globalidade do projecto kittleriano:

Inscription, in its contingent facticity and exteriority, is the irreducible given in Kittler’s analysis, as the original German title of his book – Aufschreibesysteme – makes evident. That title, a neologism invented by Dr. Schreber, can be most literally translated as “systems of writing down” or “notation systems”. It refers to a level of material deployment that is prior to questions of meaning. At stake here are the constraints that select an array

¹ Paulo Lima é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutorado em Filosofia pela mesma instituição. É Professor Auxiliar Convidado da Universidade Lusófona do Porto e da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Fez investigação de doutoramento na Universidade de Friburgo e investigação de pós-doutoramento na Universidade de Utrecht e na Fundação Hardt para o Estudo da Antiguidade Clássica. Foi bolseiro de doutoramento da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e bolseiro de pós-doutoramento da Fundação Hardt para o Estudo da Antiguidade Clássica. É autor de comunicações e estudos sobre Hesíodo, Sófocles, Platão, Aristóteles, os Estóicos, Crisostomo, Heidegger, Kittler e Girard.

² Friedrich Kittler, Discourse Networks 1800/1900, trans. Michael Metteer (with Chris Cullens), Stanford, Stanford University Press, 1990.

of marks from the noisy reservoir of all possible written constellations, paths and media of transmission, or mechanisms of memory. In Kittler's view, such technologies are not mere instruments with which "man" produces his meanings; they cannot be grounded in a philosophical anthropology. Rather, they set the framework within which something like "meaning", indeed, something like "man", become possible at all.³

2. A multiplicidade dos sistemas de inscrição

Como o termo *Aufschreibesysteme* indica, são vários os sistemas de inscrição. Segundo o conceito formal exposto acima, os sistemas de inscrição têm a característica comum de equivalerem a um conjunto complexo de operações relacionadas entre si, as quais agem sobre o nosso corpo e a nossa psique de tal modo que produzem um determinado resultado do ponto de vista da nossa identidade. Contudo, a multiplicidade dos sistemas de inscrição aponta para o facto de, em cada um deles, o sistema de operações e o efeito daí resultante serem distintos.

Para Kittler, os diferentes sistemas de inscrição não existem em simultâneo, mas em sucessão. Por outras palavras, cada sistema de inscrição tem um carácter histórico, no sentido em que as suas operações e os seus resultados definem um determinado período histórico bem demarcado dos períodos históricos definidos por cada um dos restantes sistemas de inscrição. Segundo Kittler, cada sistema de inscrição consiste num complexo de operações de natureza tecnológica que rompe com o sistema de inscrição anterior⁴.

De um modo geral, Kittler faz a seguinte divisão dos sistemas de inscrição por ele identificados (em ordem cronológica):

i) Aquele a que chama "República dos eruditos" (*Gelehrtenrepublik*)⁵. Corresponde, de certa maneira, àquilo que McLuhan designa como "Galáxia Gutenberg" (Gutenberg Galaxy)⁶. Trata-se de um sistema de inscrição que se caracteriza pelo domínio da escrita alfabética. Todavia, distingue-se por não produzir uma total desmaterialização ou um

³ David Wellbery, "Foreword", in Kittler, *Discourse Networks 1800/1900*, p. xii. Cf. também Geoffrey Winthrop-Young, Kittler zur Einführung, Hamburg, Junius Verlag, 2005, p. 22; Kittler and the Media, Cambridge, Polity Press, 2011, pp. 39-40, 46.

⁴ Tal como no pensamento de Foucault, assim também no pensamento de Kittler os diferentes períodos históricos encontram-se separados por um "fosso" que situa a passagem de um período para outro fora do plano da continuidade e da causalidade. Se no caso de Foucault as diferenças entre os vários períodos históricos têm que ver com a "incomunicabilidade" e a "incomensurabilidade" entre regimes discursivos distintos (cf. e.g. Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1969, pp. 216-231), no caso de Kittler é o aparecimento de novas tecnologias que torna os diversos sistemas de inscrição "incomunicáveis" ou "incomensuráveis". Sobre as semelhanças e as diferenças entre Foucault e Kittler do ponto de vista da periodização histórica, cf. Wellbery, "Foreword", p. xix.

⁵ Friedrich Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, München, Wilhelm Fink Verlag, 1985 (vierte, vollständig überarbeitete Neuauflage 2003), p. 12.

⁶ Cf. Marshall McLuhan, *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*, Toronto, University of Toronto Press, 1962.

total apagamento da materialidade dos caracteres da escrita. Noutros termos, define-se por não estar assente numa relação de compreensão com os caracteres alfabéticos.

ii) Aquele a que chama “Sistema de inscrição de por volta de 1800” (Aufschreibesystem um 1800)⁷ ou “tempo de Goethe” (Goethezeit)⁸. Trata-se de um sistema de inscrição que se define pelo monopólio alfabético ou monopólio da escrita. Ou melhor, caracteriza-se por um predomínio da significação ou do sentido sobre a materialidade dos caracteres da escrita alfabética.

iii) Aquele que Kittler designa como “Sistema de inscrição de por volta de 1900” (Aufschreibesystem um 1900)⁹ ou: “Época dos media” (Medienzeitalter)¹⁰, “Os dias dos fundadores das tecnologias mediáticas” (Medientechnische Gründertage)¹¹, “Tempo dos fundadores dos media” (Mediengründerzeit)¹². Este sistema de inscrição está marcado por uma diferenciação dos vários media (acústico, óptico, alfabético), isto é, pela sua libertação do domínio exclusivo da escrita alfabética. Neste sistema de inscrição, os media acústico, óptico e alfabético aparecem enquanto tais (na sua materialidade), quer dizer, desligados da subsunção num plano omni-abarcante de significação ou sentido.

iv) Para designar o sistema de inscrição actualmente em vigor, Kittler usa, ainda que raramente, a designação “sistema de inscrição de 2000” (Aufschreibesystem 2000)¹³; na maioria das vezes, porém, não faz uso de nenhuma nomenclatura técnica. Está em causa um sistema de inscrição marcado pelo advento da digitalização: por outras palavras, pela uniformização ou pelo desaparecimento das diferenças entre os media acústico, óptico e alfabético. O medium digital voltou a reunir os outros media sob o domínio de um só.

Kittler sintetiza do seguinte modo o trajecto histórico desde o “sistema de inscrição de por volta de 1800” até ao sistema de inscrição actualmente em vigor: “Aquilo que em breve vai terminar no monopólio dos bits e do cabo de fibra óptica começou com o monopólio do escrito”¹⁴.

De entre os sistemas de inscrição agora indicados, o nosso estudo incidirá apenas sobre o “sistema de inscrição de por volta de 1800”.

⁷ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, pp. 9-211.

⁸ Friedrich Kittler, *Grammophon, Film, Typewriter*, Berlin, Brinkmann & Bose, 1986, p. 79.

⁹ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, pp. 213-446.

¹⁰ Kittler, *Grammophon, Film, Typewriter*, p. 90.

¹¹ Kittler, *Grammophon, Film, Typewriter*, p. 115.

¹² Kittler, *Grammophon, Film, Typewriter*, p. 293.

¹³ Cf. Winthrop-Young, Kittler and the Media, pp. 79, 81.

¹⁴ Kittler, *Grammophon, Film, Typewriter*, p. 12. (As traduções aqui apresentadas são da inteira responsabilidade do autor deste estudo).

3. A “distribuição de discursos” (Distribution von Diskursen) no sistema de inscrição de “por volta de 1800” (um 1800)

a) A distinção entre o conceito de distribuição de discursos, o conceito de “produção de discursos” (Produktion von Diskursen) e o conceito de “consumo de discursos” (Konsumtion von Diskursen)

As três componentes fundamentais do “sistema de inscrição de por volta de 1800” são as seguintes:

- i) a “produção de discursos” (Produktion von Diskursen)¹⁵;
- ii) a “distribuição de discursos” (Distribution von Diskursen)¹⁶;
- iii) o “consumo de discursos” (Konsumtion von Diskursen)¹⁷.

De entre estas componentes, só nos debruçaremos detidamente sobre a segunda. A nossa escolha prende-se com o facto de que a distribuição dos discursos constitui o momento mais decisivo na constituição da rede discursiva definitiva da identidade do ser humano no quadro do “sistema de inscrição de por volta de 1800”.

No “sistema de inscrição de por volta de 1800”, a produção dos discursos, a distribuição dos discursos e o consumo dos discursos concorrem para um objectivo comum, a saber: a determinação da nossa identidade a partir dos efeitos da desmaterialização da escrita e da transcendentalização do seu sentido sobre o nosso corpo e a nossa psique. Todavia, a produção, a distribuição e o consumo dos discursos assumem funções distintas no alcance desse objectivo.

i) Por um lado, a “produção de discursos” tem que ver sobretudo com as condições de possibilidade da discursividade característica do “sistema de inscrição de por volta de 1800”. Tais condições referem-se a um conjunto de práticas institucionais de operação sobre a materialidade da escrita e sobre o modo como a escrita deve ser compreendida¹⁸. Na sequência de tais práticas, os caracteres da escrita alfabética passam a corresponder exclusivamente a sinais que apontam para um sentido que transcende totalmente a materialidade deles e a apaga.

¹⁵ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, pp. 35-86 (em especial, p. 35).

¹⁶ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, pp. 87-152 (em especial, p. 87).

¹⁷ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, pp. 153-211 (em especial, p. 153). Kittler utiliza as noções de produção, distribuição e consumo também no quadro do sistema de inscrição de por volta de 1900 (em particular, no contexto da sua análise do som); veja-se Kittler, *Grammophon, Film, Typewriter*, p. 165, onde ele fala de “produção do som” (Soundproduktion), “distribuição do som” (Sounddistribution) e “consumidores de música” (Musikkonsumenten).

¹⁸ Aquilo que determina a formação da discursividade do sistema de inscrição de por volta de 1800 é um conjunto de práticas que envolvem a interdependência entre a figura do Estado e a figura da Mãe:

α) Os discursos reformistas do Estado instituem o momento pré-escolar, no qual o filho faz a primeira aprendizagem da leitura junto da mãe;

β) A Mãe, cuja voz é identificada com a voz da Natureza, representa o terminus ad quem da lembrança que ocorre na leitura dos caracteres da escrita.

Sobre a constituição do sistema de inscrição de por volta de 1800 a partir da inter-relação entre as figuras do Estado e da Mãe, cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 66: “Como Natureza e Ideal, A mãe orienta todo o sistema de inscrição de 1800.” Cf. também p. 72: “N’A mãe tem o Estado o seu Outro, sem o qual não seria – prova disso são os apelos apaixonados a ministros, conselhos consistoriais e inspectores escolares (chefes e membros dos gabinetes de educação, portanto) para pôr a função Mãe acima de toda a política”.

ii) Por outro lado, a distribuição dos discursos refere-se ao processo de universalização da discursividade que define o sistema de inscrição de por volta de 1800. A distribuição dos discursos pretende, assim, ter a função de estender à totalidade dos indivíduos¹⁹ os efeitos do apagamento da materialidade da escrita e os efeitos da transcendência (*nomen actionis*) do seu significado sobre a nossa identidade (sobre o nosso corpo e a nossa psique). É neste sentido que dizemos que a distribuição dos discursos constitui o momento decisivo na constituição da rede discursiva determinante da identidade do ser humano no sistema de inscrição de por volta de 1800.²⁰

iii) Por fim, o consumo dos discursos diz respeito ao modo como estes são recebidos. Trata-se, sobretudo, do processo pelo qual essa recepção torna possível a perpetuação de um mesmo discurso. Na forma como os discursos são consumidos, a autêntica relação com eles define-se enquanto relação de contínua interpretação e aprofundamento protagonizada pelo seu próprio autor. A linha de fuga dessa relação é a Mãe Natureza. Esta é, ao mesmo tempo, o horizonte visado pela relação hermenêutica com os discursos e aquilo que os autores dos discursos vão construindo ao longo da sua travessia até esse horizonte.

Em rigor, não se pode distinguir absolutamente a produção, a distribuição e o consumo dos discursos. De facto, estes três momentos fundamentais da análise kittleriana do “sistema de inscrição de por volta de 1800” remetem uns para os outros. Contudo, pode falar-se de produção, de distribuição e de consumo dos discursos separadamente, na medida em que o que está em questão em cada um desses momentos é diferente quanto à estratégia utilizada. Muitos dos elementos da produção, da distribuição e do consumo dos discursos são semelhantes, mas em cada um dos casos são objecto de estratégias ou operações distintas.

No que se segue, debruçar-nos-emos somente sobre a distribuição dos discursos. De acordo com o que acabámos de ver, isso significa que concentraremos a nossa atenção nos elementos do “sistema de inscrição de por volta de 1800” do ponto de vista da estratégia da sua universalização e do ponto de vista da sua pretensão de exercer um determinado efeito sobre a identidade de todos os indivíduos.

b) Os elementos constituintes da distribuição dos discursos

a) O efeito da distribuição dos discursos na identidade

¹⁹ Naturalmente, só quem é ou pode vir a ser alfabetizado é alvo da estratégia de universalização operada no sistema de inscrição de por volta de 1800. Vendo bem, os alvos privilegiados de tal estratégia eram os indivíduos do sexo masculino destinados a exercer uma função burocrática no Estado e os indivíduos do sexo feminino destinados a exercer uma função no ensino pré-escolar (caseiro) da leitura. Quando se fala aqui da totalidade dos indivíduos, tem-se em mente o grupo de indivíduos agora referido.

²⁰ Embora estejamos a considerar principalmente a questão das resultantes do sistema de inscrição de por volta de 1800 do ponto de vista da construção de um certo modelo de ser humano, convém deixar bem claro que quer a produção dos discursos quer a distribuição dos discursos agem sobre (e pressupõem) uma materialidade da escrita que é um factor determinante em todo o processo de criação da identidade dos indivíduos.

Os elementos que compõem a distribuição dos discursos são, sobretudo, dois.

O primeiro elemento prende-se com o efeito das práticas institucionais relativas à produção dos discursos no nosso corpo e na nossa psique: numa palavra, na nossa identidade²¹. O segundo elemento tem que ver com a universalização de tais efeitos: quer dizer, com o seu alargamento a todos os indivíduos. No que se segue, consideraremos estes dois elementos à vez.

Começemos pela questão dos efeitos das práticas institucionais na nossa identidade. Segundo Kittler, esses efeitos são os seguintes²²:

i) A formação do indivíduo a partir da continuidade da escrita. Um dos efeitos das práticas institucionais é o da ligação entre a aprendizagem da leitura e a elaboração da escrita manuscrita. O contacto com a voz da Mãe, enquanto voz da Natureza, continua a ocorrer no momento da redacção manuscrita. Aquilo que preside a esta equivale ao contacto com o sentido transcendente ao escrito e à desatenção relativamente à materialidade dos caracteres alfabéticos. Ao longo da redacção manuscrita, não tem lugar nenhuma interrupção entre os caracteres que se escrevem e o sentido que se pretende exprimir por meio deles. Além disso, o próprio acto da redacção manuscrita produz uma continuidade ou não-separação entre os caracteres alfabéticos manuscritos. Segundo Kittler, é esta dupla continuidade envolvida no processo da escrita manuscrita o factor responsável pela criação de indivíduos, quer dizer, de entes que se definem pela sua não-divisibilidade²³.

ii) Os olhos e os ouvidos como órgãos definitórios do corpo. De acordo com as práticas institucionais do “sistema de inscrição de por volta de 1800”, a aprendizagem

da leitura faz-se junto da mãe e tendo a mãe como aquela cuja voz se escuta. Uma vez que o acto da leitura terá sempre como base o momento da sua aprendizagem junto da mãe, os olhos definir-se-ão como órgãos cuja função será a de reconhecer os caracteres escritos enquanto sinais que imediatamente remetem para um sentido ou uma voz que os transcende. Ora, isso significa que o acto da leitura age sobre o corpo de tal modo que o organiza em torno dos olhos que reconhecem os caracteres alfabéticos como sinais e em torno dos ouvidos que escutam a voz do sentido da escrita²⁴.

21 Aqui, importa fazer uma distinção adicional. De facto, também a componente da produção dos discursos tem os seus efeitos. Mas esses efeitos consistem em transformações de ordem institucional, por meio das quais se atribui um novo sentido à escrita e se determina o modo como os indivíduos aprendem a ler. Ao passo que na distribuição dos discursos estão particularmente em questão os efeitos que tais modificações institucionais têm na identidade dos indivíduos.

22 Na exposição que se segue, a ordem dos aspectos referidos não pretende reflectir nenhuma génese ou genealogia. Trata-se apenas de uma ordem possível de exposição: aquela que nos pareceu oferecer um maior grau de clareza. Na sua análise, Kittler não defende a existência de uma ordem fixa a este respeito.

23 Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 103.

24 Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 45.

iii) A definição da psique como lugar de retenção da imagem originária da Mãe. As práticas institucionais do “sistema de inscrição de por volta de 1800” também se traduzem em certos efeitos na psique. Com base no momento da aprendizagem da leitura junto da mãe, a criança vai reter na sua psique a imagem da Mãe, enquanto aquela cuja voz vai constituir o terminus ad quem de toda a sua leitura futura. Deste modo, a psique do indivíduo vai ser vivida ou experienciada como o lugar de retenção da imagem da Mãe e da sua voz. Ora, é essa imagem que vai ser relembrada e reactivada sempre que ocorrer um acto de compreensão dos caracteres escritos na leitura²⁵.

iv) A criação de leitores-autores. Na sequência das práticas institucionais do “sistema de inscrição de por volta de 1800”, cada indivíduo passa a ser compreendido como leitor-autor. No sistema de inscrição de por volta de 1800, a escrita é sinónimo de poesia²⁶ e esta, por sua vez, sinónimo de tradução²⁷, quer dizer, de transferência do plano do sentido para o da escrita, de tal modo que esta última se produz como algo que remete para o sentido de que provém. Ora, a tradução equivale a um processo que se executa a partir de uma relação com a boca da Mãe, enquanto origem da voz e do sentido: “O criar, na e a partir da boca da Mãe, de textos traduzidos é, ao mesmo tempo, autocriação de um autor”²⁸. Assim, o processo equivalente à tradução leva à criação de um autor. Tal processo, porém, pressupõe a leitura e está constantemente assente nela. Desde logo, a tradução tem como ponto de partida a relembrança ou reactivação da voz que ensinou a ler. Além disso, é na releitura que o autor vai sintonizar, de forma cada vez mais perfeita, o seu escrito com aquilo que escutou originalmente quando escreveu a primeira versão: “Autoria, no sistema de inscrição de 1800, não é nenhuma função simultânea ao acto da escrita, mas sim um efeito superveniente da releitura”²⁹.

β) A universalização dos efeitos da distribuição dos discursos

O nosso próximo passo será o da determinação dos factores relativos à universalização dos efeitos da distribuição dos discursos. De entre os factores associados a tal universalização, destacaremos dois, que consideramos os mais fundamentais.

i) O processo de universalização e uniformização como efeito da poesia. Como vimos, fazem parte dos efeitos do “sistema de inscrição de por volta de 1800” uma

²⁵ Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, pp. 45, 135.

²⁶ Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 121.

²⁷ Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 89: “No fim de contas, toda a poesia é tradução”. (Trata-se de uma citação de Hardenberg.)

²⁸ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 122.

²⁹ Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 138.

determinada conformação do corpo e uma determinada conformação da psique. É essa conformação que vai ser objeto de universalização³⁰. Um dos efeitos das práticas institucionais do “sistema de inscrição de por volta de 1800” consiste, portanto, na geração de um tipo de corpo e de um tipo de psique, os quais compõem um modelo de uniformização decorrente da sua universalização. Um dos veículos da universalização e da consequente uniformização do indivíduo foi a constituição de um sistema de formação baseado na poesia e na sua proliferação³¹. Por meio da proliferação da poesia, universalizam-se (e, desse modo, instituem-se como modelo de uniformização de todo o indivíduo) o tipo de corpo e o tipo de psique resultantes do acto alucinatório que é a compreensão do sentido da escrita na leitura: “No saltar por cima do ler, que desaparece sob uma medialidade alucinatória, festeja a poesia universal a sua vitória final”³².

ii) O feedback e o processo de identificação do leitor com o autor. Além do que vimos, há um outro factor determinante no processo de universalização e de uniformização. Esse outro factor tem que ver com a circunstância de que o aprendiz da leitura (e, na verdade, todo o leitor ao longo da sua existência) desenvolve um sentimento de identificação com aquilo que está a ler: “O facto de que uma criança que aprende a ler experienciou em geral a honra de ser capturada por um sistema de inscrição é aquele único traço que seduz muitas outras crianças à auto-inserção [nele]”³³.

Por meio de tal sentimento de identificação, a criança (e, de um modo geral, todo o leitor) procura conformar-se com aquilo com o qual se identifica na leitura. Na medida em que o conteúdo da poesia (ou também: do romance de iniciação) se centra na personagem do poeta (ou também: do escritor)³⁴ e na sua busca de um ideal de ser humano, o sentimento de identificação que ocorre na leitura resulta num processo de conformação do leitor com o poeta e a sua busca de um determinado ideal de ser humano: a saber, o ideal relativo à busca de completude a partir da relembração da voz da Mãe. Por via do sentimento de identificação e do processo de conformação, o feedback entre o livro e o leitor transforma este último em alguém que, para além de contribuir para a proliferação da poesia, tem o seu ser determinado pela leitura e

30 Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 135.

31 Cf. Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 135.

32 Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 152.

33 Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 148.

34 Quando Kittler fala de poesia e de poeta tem em mente a ideia de produção literária e a ideia de escritor. Importa, claro está, reconhecer a preponderância da poesia *sensu stricto* no sistema de inscrição de por volta de 1800; mas é preciso também não esquecer o chamado romance de iniciação (de que a obra *As paixões do jovem Werther*, de Goethe, constitui um bom exemplo).

pela escrita (a qual, enquanto expressão da autoria, se define com base na releitura): “Na caverna do eremita, um feedback entre livro e consumidor faz do livro um outro [livro] e do consumidor um produtor”³⁵.

Este artigo apresenta bibliografia nas notas de rodapé por organização do autor.

35 Kittler, *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 148. Na descrição kittleriana da produção e, sobretudo, da distribuição dos discursos, fica patente que o sistema de inscrição de por volta de 1800 está centrado na figura masculina, de tal sorte que o ideal de ser humano nele em questão é o do homem que busca a sua realização como escritor ou então como funcionário do Estado (o qual é visto como uma espécie de escritor falhado ou escritor menor). A figura feminina ocupa um lugar indispensável, mas apenas como garante de que o homem adquire aquilo que tornará possível a realização de um ideal fundamentalmente masculino: a saber, a leitura e a autoria enquanto releitura (cf. supra nn. 17-18). Na secção sobre o consumo de discursos, a mesma tendência se acentua, desta feita ao ponto de o autor masculino de discursos ser o único autêntico leitor e intérprete dos seus próprios discursos. Se, num primeiro momento da apresentação do consumo de discursos, Kittler destaca o papel das mulheres, no plural, enquanto consumidoras de discursos (note-se que, no sistema de inscrição em causa, não se reconhece às mulheres serem autênticas autoras de discursos), num segundo momento, quando surge aquilo a que Kittler chama a época literária da filosofia (cf. *Aufschreibesysteme 1800-1900*, p. 190), mesmo no que diz respeito à função de leitoras, as mulheres tornam-se – como Kittler refere – “cadáveres” (p. 211), quer dizer, deixam de lhes verem reconhecidas a capacidade e a legitimidade para desempenharem sequer essa função. Dá-se então como que a vitória final do filósofo-burocrata (no masculino) e do domínio do Estado. E o feminino, politicamente purificado (cf. p. 206) e idealizado, já só resta para o desempenho da função de Mãe Natureza. “Na base do sistema de inscrição de 1800 estão cadáveres; com isso, ele está resolvido e fechado” (p. 211).

PRESENCIA Y PROTAGONISMO DE TWITTER EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

M. Mercedes Zamarra López³⁶, M. Júlia Gonzáles Conde³⁷ e Carmen Salgado Santamaría³⁸

Hoy en día para “estar informado” hay que saber lo que pasa en twitter y no sirve pensar que “lo que no sale en los medios no existe”.

Introducción

La red social Twitter³⁹ es el servicio gratuito de microblogging más popular y extendido en la Red donde se publican tweets (mensajes) de no más de 140 caracteres. Esta red se compone de followers (los que nos siguen) y following (a los que nosotros seguimos), que no tienen por qué coincidir. Podemos publicar cosas en abierto, para todos, o tener nuestro canal privado, que solamente leerán los usuarios a los que demos permiso. También podemos Retweetear (RT), es decir, enviar un tweet a alguien con el mismo contenido que nos ha enviado, compartir con nuestros seguidores algún tweet interesante que nos ha llegado. Los retweets son la repetición del mensaje enviado por un usuario a todos aquellos seguidores que tengas en ese momento por lo que llega a una audiencia mucho más amplia de la que sigue su cuenta. Cuando escribimos RT seguido del nombre del usuario y el contenido, llega a los followers que te siguen, quienes quizá no sigan al usuario del tweet original.

En resumen, vemos que en Twitter se cumplen dos funciones: hacer que la información llegue a mucha más audiencia de la que por ejemplo, una empresa, tiene

³⁶ Profesora Contratado Doctor - Universidad Complutense de Madrid (UCM). Más de veinticinco años de vida profesional en torno a las tecnologías de la información - periodismo escrito, digital y multimedia-, desde la práctica, la docencia, la investigación, la innovación y la divulgación. Aborda líneas de investigación en el contexto general de la Comunicación Social, dentro de la parcela específica del análisis de contenidos, centradas en la aplicación de Nuevas Tecnologías en los medios de comunicación impresos y digitales. Y en las Nuevas Tecnologías de la Información aplicadas a la Educación.

³⁷ Profesora del Departamento de Periodismo II, de la Facultad de Ciencias de la Información de la UCM. Asignatura actual: Multimedia (Grado en Periodismo) y Locución y Presentación en Radio y TV (Máster Universitario de Periodismo Multimedia Profesional). Profesora en Másteres universitarios y Títulos Propios, en el Área de RADIO, en Técnicas de voz y locución y guión radiofónico (Máster universitario en radio - (COPE-CEU) y Máster de RNE (con la UCM). Directora Académica del Máster Universitario en Radio (CEU-San Pablo-Fundación COPE), desde su creación (1996) hasta 2012. Colaboradora docente en cursos sobre Comunicación, organizados por el Instituto de la Mujer; el Instituto RTVE, entre otros.

³⁸ Doctora en Ciencias de la Información (UCM). Vicedecana de Política Económica e Innovación de la Facultad de Ciencias de la Información y Profesora Contratada Doctor en el Dpto. de Periodismo y Nuevos Medios. Coordinadora del Máster Universitario en Periodismo Multimedia Profesional (UCM), ha impartido docencia en varias universidades españolas. Sus investigaciones se centran en la información audiovisual, la convergencia entre internet y los medios audiovisuales y las nuevas tecnologías. Miembro y/o IP en más de 20 proyectos. Autora o coautora en más de una treintena de publicaciones. Ha desarrollado su carrera profesional en Radio Televisión Española, Grupo Recoletos y Corporación REE.

³⁹ Twitter es una red de información de tiempo real que permite conectarte a lo que encuentras interesante. Simplemente busca cuentas relevantes y sigue las conversaciones. <https://twitter.com/about> (2013).

y hacer que llegue a esa empresa, todo tipo de informaciones dadas por cualquier persona en cualquier parte del mundo.

Son precisamente estas funciones las que resultan de gran interés para los medios, cuyo objetivo es llegar a grandes audiencias y obtener información sobre lo que acontece en el mundo. Además, gran parte del éxito de Twitter entre los periodistas está relacionado con la longitud, en ocasiones aproximada a la del titular de una noticia, algo a lo que están habituados los periodistas, concentrando lo más importante en los caracteres disponibles, dando a lugar a tweets fáciles de escribir y fáciles de entender.

Otra de las características de Twitter, es que los mensajes son públicos (a no ser que decidas bloquear tu cuenta para que sólo tenga acceso los seguidores que tu consideres), al igual que sucede con los blogs, tu publicas los tweets y no tienes que dar permiso para que pueda leerlos. Esto facilita encontrar perfiles en Twitter y seguir su cuenta, y así estar al tanto de todo lo que escribe esta persona (bien medio de comunicación, empresa o institución), a quién sigue y quiénes le siguen.

Sólo con seguir un perfil en Twitter ya puedes conocer todos los movimientos y acciones que realiza en esta red social. Twitter te permite elegir en todo momento las informaciones que te interesa conocer, por lo que de ahí la importancia de crear un contenido atractivo, original y que aporte valor añadido, para que los usuarios se decanten por seguirte, o por el contrario, si no suscitás interés en el resto, no obtendrás seguidores.

Por otro lado, otra de las razones del éxito de Twitter, es la diversidad de soportes que existen para enviar y recibir mensajes, a través de teléfonos móviles (Twitter y los smartphones van de la mano), tabletas, ordenadores, sitios webs, aplicaciones de escritorio, etc... La diversidad de dispositivos y aplicaciones para poder utilizar esta red social, hace que no haya impedimento alguno, para estar conectado en tiempo real en todo momento.

“[...] Cuando se junta todo esto, y se lanza en Twitter, se consigue una plataforma de comunicación de gran enlace y atractivo, que resulta ser muy útil para una gran cantidad de necesidad personales y profesionales” (The Twitter Book, O’Reilly y Milstein).

Los puntos clave del modelo comunicativo de Twitter (Orihuela, 2011) son que es asimétrico y global, con un lenguaje intuitivo e hipertextual. Cada individuo tiene la potestad de decidir a quién seguir y por quién es seguido, y no se requiere el consentimiento mutuo de los usuarios y es un servicio disponible en las distintas lenguas y en todo el planeta. A un usuario de Twitter recién iniciado, no le resulta difícil poder publicar un tweet, seguir a las personas que le interesa, interactuar contestando

a tweets o mencionando a otros usuarios, o crear hashtags, es decir, palabras o frases que los usuarios de Twitter emplean para definir la pertenencia de un tuit concreto a un grupo con una determinada temática. Tienen que ir sin espacio y precedidos de #. Esta característica es la que hace que llegue a tantas personas, y que tantas personas se “enganchen” a Twitter.

Las redes sociales operan de forma cruzada en tres ámbitos denominados las 3Cs: Comunicación (puesta en común de conocimientos); Continuidad (nos ayudan a encontrar e integrar comunidades) y Cooperación (nos ayudan a hacer cosas juntos) (Orihuela, 2011: 25). Además es viral., es decir es una plataforma que, gracias a su carácter global, social y sincrónico, facilita la rápida circulación y multiplicación de los mensajes. Se trata de un modelo comunicativo sincrónico, con una temporalidad caracterizada por la fugacidad del time-line, lo que hace que coincida los tiempos de publicación y de lectura. Es habitual que se produzca la simultaneidad entre los tuits que se lanzan y la lectura de los mismos. Las personas actualizan con frecuencia su time-line, llegando a coincidir el tiempo de publicación con el de lectura.

“Una plataforma que, merced a su carácter global, social y sincrónico, facilita la rápida circulación y multiplicación de los mensajes” (Orihuela, 2011).

La función periodística de Twitter

Los usos que se le dan a Twitter son muy variados y cada vez más alejados del inicial “¿Qué estás haciendo?”. En general, los medios de comunicación lo emplean como un canal más de difusión lo que aumenta el tráfico a las webs y perfiles. Pero además de utilizarlo para difundir noticias, lo utilizan como fuente de información siguiendo cuentas oficiales de instituciones y empresas; de medios especializados, de expertos, famosos... y en muchos casos para obtener testimonios, en tiempo real, de personas que han estado en el lugar de los hechos o de protagonistas de las noticias.

Cada vez son más los periodistas que reconocen que en muchas ocasiones la noticia llega antes a las redacciones por Twitter que por las agencias; y no sólo la información, sino el material gráfico y audiovisual de situaciones o hechos que están sucediendo en ese mismo momento.

Twitter posibilita compartir las últimas noticias y eventos relacionados con la actividad de los medios; buscar oportunidades de negocio para atraer tráfico a las páginas de los medios y ofrecer información útil para posibles clientes. Dado que Twitter exige resumir en 140 caracteres cualquier mensaje, no facilita en cierto modo compartir información extensa (como sí ocurre en otras redes). Por ello, se suelen utilizar muchos más enlaces a otras páginas que en cualquier otra red social.

En Twitter lo más importante es la inmediatez de los mensajes, y es precisamente ese aspecto el que la ha hecho tan popular. Twitter es una red social en la que se pueden compartir comentarios y material (videos, fotos, enlaces) y además se pueden mantener conversaciones (limitadas), aunque no sea su finalidad principal. Su carácter es más informativo que de entretenimiento como puede ocurrir con Facebook, razón por la que se convierte en la principal red social de los medios de comunicación.

Algunas de las fortalezas de esta red social, desde el punto de vista periodístico está en la capacidad de compartir experiencias y opiniones, más allá de las trivialidades cotidianas. Los usuarios de Twitter comparten sus opiniones sobre las noticias del día, sobre la información de actualidad nacional y del mundo, sobre los programas de televisión, la música que escuchan mientras trabajan, las películas que han visto, sus viajes, planes. Por eso, Twitter es un detector de tendencias, un sismógrafo social. El hecho de que millones de usuarios del mundo entero compartan información y opiniones sobre todas las cosas hacen que Twitter se convierta en un gigantesco estudio de mercado en tiempo real y a escala global. Los Trending Topics (TT), son los temas más populares en Twitter en cada momento, es decir, la palabra, cadena de palabras o el hashtag que más está siendo utilizado por parte de los usuarios de la red social. Twitter facilita en la página principal de cada usuario un listado con los diez temas más populares del momento, un listado que, además, puede consultarse globalmente, por países e incluso por las ciudades más importantes; pulsando en casa uno de ello, el sistema despliega todos los mensajes que se han escrito en el mundo sobre el tema en cuestión, Los TT ayudan a saber constantemente de qué se está hablando en Twitter y provocan un efecto de retroalimentación: Los usuarios ven un tema en el listado de TT y acceden a ellos para tratar de averiguar la razón por la que se está hablando del tema y, posteriormente, empiezan a comentar el mismo. Constituyen un agregado de información muy valiosa para analizar los mensajes públicos que circulan por Twitter, y así abrir nuevos horizontes para comprender mejor el comportamiento de las audiencias, el pulso de la opinión pública, las tendencias de consumo, el movimiento de las bolsas, etc.

La facilidad con la que los usuarios pueden publicar textos, imágenes y vídeos desde un móvil en una plataforma de acceso global ha convertido a los testigos y a las víctimas de accidentes, catástrofes y convulsiones sociales, en los primeros e improvisados cronistas, alertando a los medios de comunicación y anticipándose a su llegada. Por otra parte, la capilaridad propia de Twitter contribuye a incrementar la velocidad de la circulación de noticias de alcance, y a retroalimentar algunas situaciones de crisis; de ahí que esté tan extendido su uso para conocer noticias de última hora.

Los medios de comunicación hacen cada vez un uso mayoritariamente activo, informando a sus seguidores, no solo de los últimos acontecimientos que suceden, sino que darán primicias, incluirán fotos, vídeos, resúmenes y todas aquellas novedades que la plataforma permite, además de utilizar la red social, para mandar links de las noticias, crónicas, opiniones y reportajes de sus publicaciones. El número de tweets o actualizaciones irá unido a los acontecimientos, noticias o eventos que se vayan sucediendo. De todas las profesiones son los periodistas y los medios de comunicación quienes están utilizando de una forma más activa y efectiva esta red social aprovechando las ventajas y las características favorables que para el desarrollo de su profesión y de su actividad proporciona esta red social.

En la actualidad Twitter se ha convertido en una herramienta imprescindible para los medios de comunicación ya que les permite mejorar y actualizar la información que ofrecen a sus seguidores, así como mejorar su relación con su audiencia. Todos los medios tienen al menos una cuenta en Twitter, que utilizan diariamente ampliando sus seguidores y obteniendo respuesta de ellos (retweets); pero a su vez estas cuentas se desdoblán en otras más específicas que suelen estar relacionadas con áreas de especialización periodística.

También Twitter es una especie de termómetro, donde se refleja cierta opinión de muchas personas entorno a determinados hashtags. La evolución de hashtags es constante, muy rápida, pero últimamente tienen reflejo, quizá dándole más importancia de la que muchos de ellos tengan, en noticias escritas. En cuanto a la especialización en determinadas materias Twitter es perfecto. Se pueden crear cuantas cuentas se deseen, con temas específicos, eventos concretos, premios, programas, secciones, para llegar justo al público al que le interesa una determinada información. Resulta la forma perfecta para segmentar al público para que le llegue toda la información de los temas que les interesan.

Como conclusión podemos establecer que Twitter tiene tres funciones prioritarias desde el punto de vista periodístico (Orihuela, 2011: 97):

Twitter como fuente informativa

- Todas las noticias de alcance de los últimos años han aparecido inicialmente en Twitter, lo que le ha convertido un recurso de utilidad para contactar con testigos, obtener fotografías y relatos de primera mano, confirmar noticias y encontrar nuevas fuentes.
- Seguimiento de noticias en desarrollo: Una vez que la noticia está en desarrollo, Twitter suele asimilarla mediante el uso de Hashtags (etiquetas). Entre los usuarios más asiduos de Twitter es frecuente encontrar enlaces a los mejores

y peores tratamientos que tienen las noticias de alcance en medios y en blogs, críticas a los medios en función del tiempo que tardan en incluirla en sus portadas y, en general, supervisión de las coberturas de los medios sobre temas de actualidad. De ahí la importancia de cuidar los Twitter de los medios de comunicación. En este sentido, el seguimiento de Twitter puede ser una valiosa fuente para mejorar la calidad de las ediciones en internet y corregir algunos posibles errores.

- Realización de entrevistas, consultas y encuestas: La inmediatez de Twitter le hace especialmente idóneo para la recopilación de testimonios, experiencias, ejemplos y casos, así como para efectuar consultas y eventualmente entrevistas. En la medida en que la base de seguidores de la cuenta del medio sea más o menos extensa, Twitter constituye una magnífica herramienta para obtener información sobre trabajos en curso, localización de fuentes y experimentos, o incluso notas completas basadas en testimonios de los usuarios de la plataforma.

- Seguimiento de periodistas, expertos, medios y superusuarios: Una buena estrategia de utilización periodística de Twitter pasa por la adecuada selección de las fuentes relevantes que hay que seguir. Hay que articular con eficacia una buena red de medios especializados, fuentes oficiales y expertos ya que se ha convertido en un elemento tan imprescindible como la agenda periodística.

- Twitter como plataforma de publicación

- Cuenta de Twitter del medio puede utilizarse para la publicación periódica no automatizada de los principales titulares, para señalar coberturas especiales, invitados destacados, nuevas secciones, debates en curso y cambios de diseño. En este sentido es importante la frecuencia de actualización para no abrumar a los seguidores.

- Cuenta de la redacción: Esta cuenta sirve para informar sobre las decisiones editoriales, anunciar la preparación de noticias o informes especiales, solicitar información para un reportaje y, en definitiva, hacer más transparente el medio.

- Cuentas de secciones: Sirven para segmentar la audiencia y responde de un modo más ajustado a las demandas de información específicas de diversos nichos. Estas cuentas siguen la lógica que en su momento impulsó el desarrollo de la oferta de fuentes RSS de las diversas secciones, aunque en este caso el contenido automatizado no resulta válido.

- Cuentas de eventos: Se recomienda la puesta en marcha de cuentas específicas para llegar al público interesado.

- Cuentas de periodistas: La mayor parte de los profesionales de un medio están presentes en Twitter con cuentas personales, en las que ocasionalmente puede recogerse temas relacionados con el medio. La presencia activa en la

plataforma es un modo de mantener abiertas las vías de comunicación con las fuentes y de construir la propia identidad y reputación.

Twitter como estructuras de contenidos informativos

Formato de coberturas en directo: Twitter se ha mostrado como una plataforma particularmente eficaz para la cobertura en directo de eventos deportivos, procesos electorales, crisis políticas y catástrofes naturales. Gracias a los widgets y a las fuentes RSS, esos flujos de información basados en cuentas o en etiquetas se pueden ofrecer en la portada o secciones especializadas de los medios online.

Periodistas y/o corresponsales en Twitter: La presencia y dedicación continuada de periodistas y/o corresponsales en Twitter, es la evolución lógica de considerar a la red social como otro ámbito informativo a cubrir.

Secciones especializadas: Twitter como estructura informativa tiene en el ámbito de la especialización un universo de creación en infinitos ámbitos de especialización. De hecho, como fenómeno en sí mismo ya constituye una sección en sí misma, de ahí su reflejo en blogs y secciones específicamente dedicadas tanto a informar sobre la herramienta y sus aplicaciones como de las principales tendencias y noticias que se generan en su ecosistema

No todo son ventajas, todavía quedan muchos “defectos” pero son propios de la celeridad con que se adoptan los cambios. En muchos casos, la inmediatez ha corrido paralela a una pérdida de rigor informativo; se prima las frases cortas, las noticias poco elaboradas y poco contrastadas y se pierde parte del rigor necesario para garantizar la información periodística. Además, prima lo multimedia, las fotos y vídeos por encima de los textos de análisis o estudios en profundidad. Debemos procurar que estos avances no vayan en contra de las claves del periodismo. La falta de rigor debido a la excesiva inmediatez es uno de los pocos aspectos a pulir, lo cual está en manos de los medios. Pero las consecuencias, se pueden considerar positivos, para los medios y sobre todo para el público que posee herramientas y una capacidad de elección de la que nunca antes ha dispuesto.

Metodología

En España existe ya un vínculo de dependencia mutua entre los medios y las redes sociales. Los medios encuentran en las redes sociales a un público dinámico y las redes sociales expanden y difunden sus contenidos en los medios.

Con el objetivo de conocer el papel que juegan las redes sociales en los medios y las sinergias resultantes entre ellos hemos realizado un análisis de la presencia de Twitter en las webs de los medios de comunicación más relevantes en España. Entre los medios impresos, hemos tomado como muestra El País, en radio, la cadena SER y en TVE, el grupo Radiotelevisión Española, al considerarlos los más representativos

de los medios españoles.

En 2013, 2014 y 2015 (febrero) hemos analizado las entradas y comentarios que se vierten en las redes sociales en cada una de los medios indicadas, en función de contenidos temáticos (secciones). Se trata de una muestra aleatoria durante un mes teniendo en cuenta el número de tweets que publican en un día, el número de retweets de cuentas relacionadas, así como el de otras personas o periodistas del medio y el número total de retweets que hacen de sus publicaciones.

Protagonismo de twitter en prensa: El País

El diario perteneciente al grupo Prisa, se describe como “la compañía líder en creación y distribución de contenidos culturales, educativos, de información y entretenimiento en los mercados de habla española y portuguesa”, gracias a su oferta multicanal de productos de máxima calidad.

Hoy, el diario sigue fiel a sus ideas fundacionales sin que ello impida adaptarse a los nuevos tiempos, lo que hace que en Twitter también tenga diferentes cuentas, en cada una de sus secciones, así como en sus suplementos y sus ediciones regionales.

El País fue el primer periódico español en utilizar Twitter, el 9 de agosto de 2007, con el siguiente objetivo:

Además del envío de titulares, este canal se utilizará para mantener al corriente a los usuarios de información de “Última hora” y de la cobertura de eventos en tiempo real, así como para hacer especial hincapié en la sección de Participación al comunicar el comienzo de entrevistas digitales, hacer peticiones de envío a “Yo, Periodista”, sorteos y concursos⁴⁰.

Desde entonces, Twitter ofrece un grandísimo impulso a los dominios que posee el grupo Prisa en Internet. @el_pais se define como: “Las noticias globales más relevantes y la última hora en español, por los periodistas de El País. Para informarse y conversar”. La cuenta de Twitter es un soporte importantísimo ya que cuenta más de tres millones de seguidores, unos números realmente llamativos y positivos, que colocan al diario, como uno de los medios españoles con mayor número de seguidores en Twitter, dándole un enorme impulso al gran aumento a las visitas de su propia página web. Sigue a más de 500 cuentas de entre ellas la de la competencia, con la que hace un estudio y comparación de los distintos medios en Twitter.

Se mantiene continuamente dinámico alcanzando los más de 120K, actualizándose a un ritmo de al menos dos mensajes por hora, lo que representa una media de unos 50 tweets al día y juega mucho con los retweets.

Desde 2010, dispone de una micro-red social propia, Eskup, donde suben en

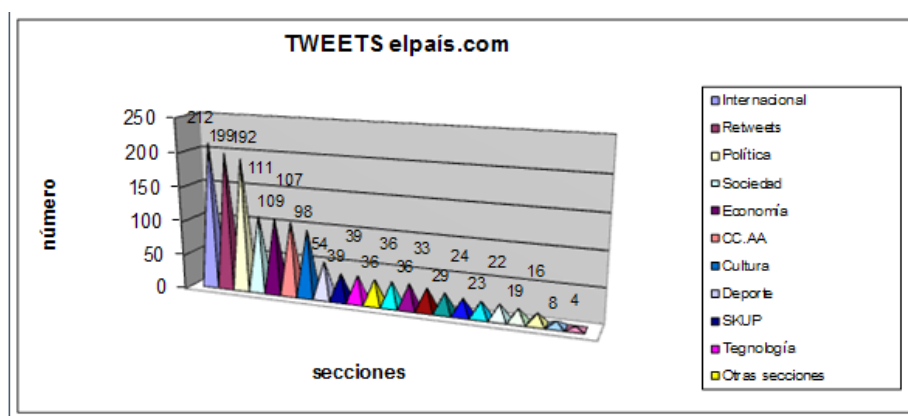
⁴⁰ Elpais.com, sección de tecnología, 9 de agosto de 2007.

tiempo real los datos más relevantes de la noticia que están siguiendo en el momento. El sistema de mensajes permite un máximo de 280 caracteres y para mostrar videos basta con copiar el enlace en el mensaje, pero solo aparecerá una muestra reducida del video en los enlaces a Youtube y Vimeo.

Este diario es es muy activo en esta red social y prueba de ello son sus 124.174 tweets que ha lanzado a la red desde su nacimiento hasta ahora⁴¹ y cuenta con el mayor número de cuentas en Twitter, con un total de 29 cuentas específicas a parte de la general de elpais.com.

Los perfiles de Twitter están en función de la redacción de las diferentes provincias, donde se recogen las noticias, acontecimientos, fotos y comentarios de lo que acontece en esas provincias, como por ejemplo, Madrid, Galicia o Valencia; así como las diferentes secciones del diario: cultura, deportes, tecnología, televisión... Además hay una cuenta específica dedicada a los blogs del diario, y una cuenta con todo lo relativo al mundo de los toros.

Tabla 1.1 Presencia de twitter en El País



Fuente: Elaboración propia

Por lo que respecta a las secciones, podemos ver como Internacional, política, sociedad y economía o la información sobre diferentes Comunidades Autónomas, son las secciones que adquieren un mayor protagonismo de Twitter.

Desde Twitter se impulsan también los blogs del diario, mediante enlaces que llevan a los distintos redactores del periódico, aumentando así el tráfico desde la red social.

La presencia de entrevistas digitales, son otra forma de interactuar con los seguidores, ya qué en la mayoría de los casos se realizan en directo y los internautas a

través de Twitter participan enviando sus preguntas.

En cuanto a una interacción puramente directa utilizando las herramientas de Twitter, como responder a un usuario, mencionarle o retuitearle, no se ha dado en ningún momento en el periodo analizado y la máxima comunicación directa con los seguidores, ha sido la interpelación para pedir que manden fotos, que cuenten porque no puede vivir sin Twitter o para que envíen sus preguntas al personaje entrevistado.

En su versión digital, el diario hace un extenso uso de hashtag (etiquetas) en Twitter, empleando todas las herramientas que permite la plataforma. Además de utilizar con asiduidad etiquetas, incluye resúmenes, fotos y videos en sus tweets, aunque en contadas ocasiones, también lanza preguntas o interactúa con sus seguidores.

Dentro de los tweets que redirigen a las noticias de las diferentes secciones, una gran parte de esos tweets van acompañados de fotos referentes a las noticias o de las viñetas de El Roto, cuyo enlace del tweet dirige, por ejemplo a la sección de opinión. Esto hace que El País sea el periódico que más uso hace de la inserción de fotos en sus entradas de Twitter.

Otra de las utilidades que emplea elpais.com, que es relativamente actual es la opción de insertar un resumen de la noticia en el propio tweet, incluso con una pequeña foto. Además de incluir la información delimitada a los 140 caracteres y el enlace a la noticia en sí, se puede incluir un resumen en el mismo tweet, ampliando la noticia en unas 3 ó 4 líneas, y en ocasiones incluyendo elementos gráficos del acontecimiento.

Protagonismo de Twitter en RTVE

La radio televisión pública española (RTVE) ha sido de las pioneras en entrar en las redes sociales y adaptarse a la concepción de cibermedios. Cuenta con una página capaz de alojar todos sus contenidos de las más diversas formas –ya sea a través de programas completos o piezas seleccionadas– favoreciendo el debate y el intercambio de información con su público receptor, tanto a través de las redes sociales como de herramientas internas dentro de la web. Uno de los medios audiovisuales que tiene una mayor capacidad para aunar todas las vertientes comunicativas y aprovechar todas las sinergias que esa colaboración le aporta, es RTVE. En esta plataforma web se agrupan todos los medios que forman parte del ente público y se suman las aportaciones de las redes sociales, tanto Facebook como Twitter, que vienen a captar al público a través de pequeñas cápsulas que vierten contenidos en la red y a través de hipervínculos que los relacionan con la web principal de RTVE.

Las redes sociales son empleadas para acercarse al público, especialmente al juvenil y “tecnológico”, tradicionalmente más difícil de enganchar por los medios

tradicionales. Esa es la utilidad clara de los medios en estas plataformas. Y cada red social posee sus diferencias.

El grupo RTVE (que posee cuentas tanto de RTVE, TVE, RNE...) utiliza Twitter, como plataforma de intercomunicación rápida y sencilla entre seguidores a través de 140 caracteres y como reclamo de contenidos y programas. Al igual que hace en su web, propone el contenido que considere más adecuado a través de un enlace y la explicación más breve y atractiva posible.

RTVE cuenta con cerca de 200 perfiles entre cuentas de Twitter y cuentas Facebook verificadas tanto personales, como de programas. La cuenta más importante es la general de RTVE desde la que se hacen retweets de contenidos de otras cuentas como por ejemplo TVE. El perfil también lanza informaciones en directo o noticias en elaboración, avisando de que la información todavía no está terminada. Muchos periodistas de la casa son muy activos en la red social y han llegado a cobrar gran protagonismo en programas como “La Noche en 24 Horas” donde a los navegantes se les lanza una o varias preguntas y a lo largo del programa se va viendo la reacción y comentarios de la gente en las redes sociales. Hay que destacar que cada web propone unas herramientas de enlace directo a las redes sociales para que los propios usuarios enlacen y suban contenidos de RTVE. Por tanto las redes sociales vienen a servir de reclamo, de llamada de atención del usuario. Otra manera más de acercarse a la audiencia, que permite que los medios de comunicación continúen con su constante evolución.

Tabla 1.2 Presencia de Twitter en RTVE

	RTVE
(*) Página web	http://www.rtve.es/television/
(*) Perfil de Twitter	@rtve
(*) Seguidores	Feb 2013 137.049/ Feb 2014 634.728 Feb 2015 780.228
(*) N° de Tweets	54.956
Nacional	
Internacional	
Política	
Economía	
Deportes	
Sucesos	
Programación	
Noticias del corazón	
Géneros	
Noticia	
Entrevista	
Encuesta	
Encuentro digital	
Videoencuentro	

El grupo RTVE ha multiplicado prácticamente por cinco el número de tweets y el número de seguidores, en menos de año, prueba del incesante crecimiento de la actividad de Twitter en este medio, tal y como se observa en la tabla anterior.

En la mayor parte de las secciones (febrero) tiene mayor protagonismo Twitter, y con menos representatividad las noticias de sucesos y de noticias del corazón. Existe un apartado específico de Tendencias que presenta las informaciones que durante varias horas son seguidas en esta red social. Por lo que respecta a géneros, los protagonistas en Twitter son la noticia, la entrevista y el encuentro digital.

Protagonismo de Twitter en la Cadena SER

La cadena SER se presenta en las redes sociales como un medio que se hace eco de la información de actualidad y en el que hay continuas entradas a las informaciones más recientes de última hora. La SER también se ha unido a Twitter, una forma de periodismo cada vez más utilizada, gracias a su instantaneidad y rapidez, y por supuesto, a los muchos usuarios que hay por todo el mundo.

Con el twitter @LA_SER, se ofrecen al instante todas las noticias del día, al igual que los enlaces para escuchar la radio, y volver a escuchar los podcast más relevantes. Y todo ello con fotos, vídeos, que se interrelacionan con todos los formatos y todo a modo de titulares como se define en su propia cuenta como “La cadena SER te trae los titulares del día”.

Tabla 1.3 Presencia de Twitter en la Cadena SER

	SER
(*) Página web	http://www.cadenaser.com/
(*) Perfil de Twitter	@La_SER
(*) Seguidores	Febrero 2013: 212.447/ Febrero 2014/365 K Febrero 2015 505 K
(*) N° de Tweets	Febrero 2013: 30.756/ Febrero 2014: 46,7 K Febrero 2015 58,82K
Nacional	
Internacional	
Política	
Economía	
Deportes	
Sucesos	
Programación	

Fuente: Elaboración propia

La SER sigue en Twitter a cerca de 500 cuentas, cifra que se mantiene casi idéntica en el último año. Sin embargo, ha crecido proporcionalmente tanto en el número de tweets como el número de seguidores. En cuanto a la media de tweets

El protagonismo de Twitter en esta emisora queda patente al tener una presencia diaria no inferior a los 10 tweets diarios y se incrementa hasta setenta o más, cuando se refieren a informaciones de última hora y a lo más escuchado, o lo más visto. Entre los tweets de la SER, entran intercalándose los de los programas y secciones, como “Hoy por Hoy”, “La Script” o “Gastronomía”.

En la página de Twitter de la SER destaca también el apartado de tendencias globales, entre las que se destacan diez diarias de todas las partes del mundo y el espacio de fotos y videos.

Por lo que respecta a los géneros a diferencia de los otros medios, en la SER se emplean los enlaces a reportajes, además del protagonismo absoluto de la noticia y la entrevista.

Conclusiones

La presencia y protagonismo de Twitter en los medios de comunicación españoles queda de manifiesto al contar, al menos todos con una cuenta oficial en Twitter, mientras crecen exponencialmente las de secciones especializadas y los perfiles de los periodistas.

Gracias a la presencia en esta red social los medios pueden mejorar su identidad de marca, fidelizar con la audiencia y potenciar la demandada interactividad. En este sentido, podemos decir que el futuro de los medios de comunicación está en aumentar cada vez más su presencia en las redes sociales, al tiempo que se les da un mayor protagonismo.

Los periodistas utilizan la red social Twitter tanto para la publicación y difusión de información, utilizándolos como canales de distribución masivos, como fuente informativa, al conocer las opiniones e informaciones que vierten en la red social los usuarios. Mientras los usuarios pueden decidir qué información ver o leer con los servicios de televisión o radio a la carta y periódicos personalizados.

Estamos ante un nuevo escenario en el que todo el mundo se beneficia, en aras de alcanzar la auténtica sociedad de la información.

Por lo que respecta a los contenidos que los medios difunden en Twitter pesa más el carácter informativo en prensa que en radio o en televisión, donde a excepción de RTVE, prima el entretenimiento por encima de la información.

Podemos decir que existe una cierta homogeneidad entre los medios cuando nos referimos al uso que hacen de los distintos recursos que ofrece Twitter, además

de la palabra, fotos, videos, participación de los usuarios en encuestas, encuentros digitales y videoencuentros.

Los medios de comunicación, cada vez se adaptan más a esta plataforma y no dejan de actualizarse e incluir nuevos recursos para poder tener un aprovechamiento total de esta red social. Cada vez es más frecuente, sobre todo en deportes, que en los telediarios se mencione Twitter como fuente, cuando por ejemplo, un jugador utiliza esta red social para comunicar su fichaje por un equipo y lo hace antes que el propio club o medio. Lo mismo sucede con la información meteorológica en concreto en TVE donde se presentan tweets y se proponen concursos o cualquier otra iniciativa a través de esta red social. Y es que Twitter se ha convertido en un elemento más de los medios de comunicación.

Todo esto ha provocado cambios en las audiencias, en los telespectadores, al dejar de ser sujetos pasivos frente al televisor. Ahora, mientras vemos un partido de fútbol, una película o una catástrofe como la del accidente de Santiago de Compostela, lo hacemos de una manera activa, comentando a través de Twitter y creando etiquetas para dialogar y opinar con el resto de personas lo está pasando en el mismo momento y sobre el mismo tema.

La tendencia actual está orientada al periodismo personal, es decir, a utilizar Twitter como un canal en el que los periodistas informan, opinan e incluso aportan datos personales, más allá de firmar en un medio.

Cada vez más periodistas destacan en Twitter casi tanto como los medios en los que trabajan, llegando incluso a eclipsar en algunos casos a estos medios, generando su propia marca personal. En algunos casos, los medios están empezando a poner normas que regulen la participación de los periodistas en Twitter.

Todo ello pone de manifiesto la falta de regulación o de políticas de actuación en Twitter, sobre todo para convertirlas en auténticas estrategias de comunicación que rentabilicen el protagonismo y la presencia de los medios en twitter.

Bibliografía

Cebrián Herreros, M. (2009). "Comunicación interactiva en los cibermedios". En Revista Comunicar, nº 33.

Casero Ripollés, A. (2010). "Prensa en Internet: nuevos modelos de negocio en el escenario de la convergencia". En El profesional de la información, Vol. 19, nº 6, noviembre/diciembre. Disponible en <http://eprints.rclis.org/15015/1/595-601.pdf>.

Díaz Noci, J. (2010). "Medios de comunicación en internet: algunas tendencias". En El profesional de la información, Vol. 19, nº 6, noviembre/diciembre. Disponible:

<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2010/noviembre/01.html> .

Flores Vivar, J. (2009). “Nuevos modelos de comunicación, perfiles y tendencias en las redes sociales”. En Revista Comunicar nº 33.

García Estevez, N. (2012). Redes sociales en internet. Implicaciones y consecuencias de las plataformas 2.0 en la sociedad. Madrid, Editorial Universitas.

Gonzalés Conde, M. J. (2014). “Los programas de información universitaria en la radio pública y desde la universidad”. En Las radios universitarias en América y Europa. Madrid, Editorial Fragua.

Gonzalés Conde, M. & Salgado Santamaría, C. (2009) “Redes de participación e intercambios en la radio pública. Los podcasting”. En: Revista Comunicar nº 33.

Gonzalés Conde, M. & Salgado Santamaría, C. (2011). “Perspectiva sobre la comunicación radiofónica dentro de la evolución mediática. La figura del comunicador de información”. En Radio 3.0. Una nueva radio para una nueva era. La democratización de los contenidos. Madrid, Editorial Fragua.

Orihuela, J. L. (2011). Mundo twitter. Una guía para comprender y dominar la plataforma que cambió la red. Barcelona, Editorial Alienta.

Pérez Martínez, M. (2012). “Cibermedios: El impacto de internet en los medios de comunicación en España”. En Revista Latina de Comunicación Social.

Salgado Santamaría, C. (2007). “La radio del futuro: digital y multimedia”. En Blogs y Periodismo en internet; VV. AA. Cebrián, M. y Flores, J. (edit.). Madrid, Editorial Fragua.

Salgado Santamaría, C. & Zamarra López, M. (2012). “Sinergias periodísticas en las redes sociales, los medios audiovisuales y la prensa digital”. En Innovaciones periodísticas en las redes sociales. Madrid. Servicio de Publicaciones de la UCM.

Tuit Experimento (2012). “¿Interactúan los medios de comunicación en Twitter?” [Fecha de consulta 5 de mayo de 2012] <http://tuitexperimento.com/>.

Zamarra López, M. (2014). “Los periódicos generalista nacionales impresos y sus versiones digitales”. En Líneas emergentes en la investigación de vanguardia; Angélica Mendieta Ramírez y Clara Janneth Santos Martínez (Coordinadoras). Madrid, McGraw Hill.

PARTE II
ATIVISMO EM REDE E POLÍTICA

NET-ATIVISMO CONTRA A CAMPANHA MEDIÁTICA DO ESTADO ISLÂMICO NAS REDES: O COMBATE À PROPAGANDA TERRORISTA ATRAVÉS DAS AÇÕES DE ISIS-CHAN NO TWITTER

Carlos Santos Neto⁴² e Marina Magalhães⁴³

Introdução

Pensar o net-ativismo contemporâneo consiste, antes de tudo, em refletir sobre as novas formas de conflitualidade nas redes sociais digitais. Mais do que ferramentas apropriadas pelas práticas tradicionais de ativismo⁴⁴, no âmbito daquelas também denominadas redes de relacionamento surgem possibilidades de um novo agir colaborativo, numa lógica horizontal, de causas múltiplas, de forças nômadas e, muitas vezes, opostas entre si. É o caso do net-ativismo contra a campanha mediática do autoproclamado Estado Islâmico (aEI) nas redes, através das ações do ISIS-Chan no Twitter.

Se, por um lado, as novas tecnologias colaborativas são incorporadas nas estratégias de comunicação desse grupo fundamentalista – seja no recrutamento de membros de pontos distintos do globo, seja pela espetacularização mediática disseminada pelas vias digitais –, por outro lado, essas mesmas tecnologias colaborativas ultrapassam a fronteira de uma mera ferramenta utilizada em prol de uma causa para se constituírem numa nova forma de ativismo em rede. Pontuar essa diferenciação torna-se um caminho elementar para compreender a essência do net-ativismo.

Neste sentido, com o intuito de refletir de que forma as ações colaborativas em rede visam combater os efeitos de intimidação propagados pelo aEI, o artigo em questão propõe um caminho teórico-metodológico que parte do conceito de net-ativismo como uma nova forma de participação digital. Pretende-se, assim, abordar a trollagem como um dos recursos existentes dentro do net-ativismo, exemplificada através da criação da personagem ISIS-chan no Twitter – uma figura moe, oriunda

42 Carlos Santos Neto possui Graduação em Administração em Comércio Exterior pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA/Brasil), e Mestrado em Relações Internacionais pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, instituição na qual segue seu aprimoramento acadêmico como doutorando em Relações Internacionais, vinculado ao Instituto do Oriente da Escola de Estudos Políticos e Estratégicos para pesquisa científica. O autor ainda possui envolvimento ativo dentro das práticas de contraterrorismo para o combate à expansão de conteúdo propagandista de células terroristas em plataformas sociais digitais

43 Marina Magalhães de Moraes é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, com investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Comunicação e Culturas Mediáticas e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Membro do Centro de Pesquisa Internacional Atopos e do CIC Digital. É professora convidada da Universidade Lusófona do Porto e autora dos livros *Jornalistas no Cotidiano das Redes Digitais* (2013) e *Polarizações do Jornalismo Cultural* (2008), publicados pela Editora Marca de Fantasia. E-mail: marinamagalhaes@msn.com.

44 Aquelas práticas restritas a organizações e associações construídas em torno de uma causa única, geralmente projetadas na figura de um líder ou diretor, de estrutura verticalizada como, por exemplo, os movimentos sindicais.

de uma subcultura japonesa que retrata personagens kawai⁴⁵ –, cujo o objetivo consiste em satirizar a violência visível na campanha mediática do grupo terrorista em destaque. Este será apresentado de forma mais detalhada no segundo tópico deste estudo, dedicado ao entendimento preliminar do terrorismo e do fundamentalismo islâmico.

Por fim, a pesquisa apresenta uma análise das ações do ISIS-chan de acordo com a tipologia das dinâmicas atópicas de interação em rede (Di Felice, 2012)⁴⁶, a fim de se perceber se o caso estudado reflete características de um tipo de colaboração frontal, imersiva, dialógica ou ecossistêmica, ou ainda se demonstra características várias dessas categorias simultaneamente. Também se visa investigar os níveis de interação quanto à arquitetura informativa dentro desse caso específico para, finalmente, propor reflexões acerca dos significados dessas ações em rede.

1. Net-ativismo: novas práticas de participação nas redes digitais

Com os novos movimentos emergidos no contexto da cibercultura, atualmente tratada como cultura das redes, surgiram também esforços teóricos no sentido de significar essas ações. O termo ciberativismo representa um desses postulados teóricos, originado na década de 1990 por referência à luta zapatista⁴⁷ (1994) e aos grupos ativistas ligados aos movimentos no-global, como por exemplo o People's Global Action⁴⁸.

Naquele período, considerado por Di Felice (2017) como uma fase de experimentação do fenômeno, as novas tecnologias eram tidas ainda como um suporte, um instrumento valioso para fortalecimento das organizações, tanto local quanto globalmente, através da arrecadação de fundos, coordenação de campanhas e protestos, canais de difusão de informações, denúncias e petições. Entretanto, o que constitui a essência do ativismo on-line ou do ativismo digital contemporâneo não se limita à simples amplificação em rede dos processos comunicativos do ativismo.

A espinha dorsal da questão está na forma como o próprio ativismo é transformado por essas tecnologias comunicativas, capazes de renovar os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, ressignificando as formas de ação social através dos movimentos ciberativistas (McCaughey & Ayers, 2003). Prova disso são os movimentos mais recentes desenvolvidos em diversas partes do mundo, como a Primavera Árabe, que impulsionou as transformações democráticas

⁴⁵ No sentido literal da palavra, “personagens fofos”.

⁴⁶ Apresentada pelo sociólogo durante Seminário do Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade Lusófona de Lisboa, em 2012, ainda sem publicação disponível.

⁴⁷ Responsável por inaugurar uma nova forma de conflito por meio da divulgação dos seus comunicados através da internet, conectando-se, dessa forma, a outros movimentos sociais globais e permitindo o acesso a informações e a atuação conjunta da sociedade civil internacional, que teve um papel ativo no conflito entre o governo mexicano e as comunidades indígenas (Di Felice & Muñoz, 1998).

⁴⁸ Alguns desses movimentos chegaram a organizar grandes protestos de repercussão mundial, como por exemplo aqueles que ocuparam as ruas de Seattle (1999), Gênova (2001) e Londres (2004).

num conjunto de países do Norte da África e do Médio Oriente, entre o final de 2010 e meados de 2012.

Perante o universo de significações em torno da ideia do ativismo em rede e à necessidade de focar as interações entre indivíduos, territórios, redes e tecnologias digitais, adotamos na nossa abordagem o termo *net activism* (em português, *net-ativismo*) (Schwartz, 1996). A simplificação da expressão *Networked Activism*, o termo representa uma nova forma de ativismo que se desenvolve em rede – no que diz respeito ao social, isto é, com a colaboração entre humanos e não humanos (Latour, 2012) – e na rede – uma vez que essas colaborações acontecem (e se transformam) mediadas pelas redes digitais.

Tratamos, portanto, de conexões articuladas como expoentes de novas possibilidades de autonomia e sustentabilidade do desenvolvimento e da criatividade, no âmbito dos movimentos *new-global*. Tais movimentos contemporâneos afastam-se daquela antiga oposição à globalização, na medida em que se aproximam de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação *glocal* avançam na direção das necessidades comuns dos seus utilizadores⁴⁹.

E, diante da miríade de possibilidades existentes no desenvolvimento dessa nova forma de ativismo, na dimensão das redes sociais digitais, está o fenómeno da *trollagem*⁵⁰. A gíria popularizou-se na internet derivada da expressão inglesa “*trolling for suckers*”, algo como “lançando a isca para os trouxas”. As pesquisas sobre o termo conduzem-nos aos anos oitenta, ao fórum de discussões chamado Usenet, que estimulava os seus participantes a utilizarem uma tática, denominada por Judith Donath (1998), do Massachusetts Institute of Technology (MIT), como “*pseudo-naïve*” (algo que pode ser traduzido como “falsa ingenuidade”). A técnica levava os participantes a elaborarem perguntas consideradas “*idiotas*” e a adotarem argumentos levianos sobre um tema relativamente sério, com o intuito de observar aquele que primeiro “*morderia a isca*” e demonstraria irritação com a brincadeira.

Mais recentemente, a expressão popularizou-se nas redes ao ser empregue para dar nome a um utilizador, cujo comportamento tende a desestabilizar os outros membros durante uma discussão, seja por meio de publicações sobre o tema em questão, seja pela criação de memes⁵¹. No caso estudado neste artigo, a intenção de provocar ou

49 Ainda que busquemos um distanciamento da ideia de tecnologia como simples ferramenta a ser utilizada, adotamos o termo utilizadores para designar os membros da rede por assim se ter convencionado chamá-los em Portugal. Neste mesmo sentido, os termos *usuários*, no Brasil, e *users*, nos países de língua inglesa, também acabam por reforçar essa relação de separação entre homem e tecnologia, a qual questionamos ao longo deste artigo.

50 Embora seu significado como verbo tenha vindo do francês antigo, a palavra “*troll*” era originalmente adotada para definir monstros do folclore escandinavo. O termo aplicava-se a diversas criaturas, de pequenos goblins a gigantes horrendos, geralmente agressivos e pouco inteligentes. Já no inglês, a expressão é associada a uma técnica de pescaria (Coutinho, 2013).

51 Oriunda de um termo grego que significa “imitação”. Entretanto, na sua popularização na Internet está associada ao conteúdo que viraliza nas redes sociais digitais, podendo este ter um formato de texto, imagem, música, filme, fotografia, charge, caricatura, dentre outras expressões criativas produzidas e propagadas em larga escala pelos utilizadores.

irritar um grupo terrorista e fundamentalista, cuja campanha se foi desenvolvendo nos meios sociais digitais, baseia-se na intimidação da sociedade através de um discurso de terror.

Basicamente, o “troll” é um engraçadinho da Internet que procura aplicar uma espécie de trote nos demais. “Trollar”, então, é fazer com que alguém leve a sério aquilo que era apenas uma brincadeira. Um exemplo clássico de “trollagem” é um vídeo postado no YouTube em que o título sugere uma coisa e a mídia em si é outra totalmente diferente. O importante para que o trote seja bem sucedido é que a pessoa leve a sério e sinta-se lesada pela brincadeira. Um “troll” pode, por outro exemplo, criar um perfil falso no Facebook com o nome de “Ninguém” e sair curtindo os status dos amigos para que apareça “Ninguém curtiu isso”. A trollagem é uma nova forma de humor muito apreciada nas redes sociais (Coutinho, 2013).

O recurso da trollagem merece a nossa atenção por estar no centro das ações net-ativistas do ISIS-chan. Assim, temos como propósito investigar se a ação, desenvolvida no contexto estudado, apresenta-se como uma estratégia antiterrorista à campanha mediática do Estado Islâmico. Entretanto, antes da análise das ações desenvolvidas sob a alcunha do ISIS-chan, convém lançarmos um olhar sobre o alvo das suas contestações, o autoproclamado Estado Islâmico, a fim de refletirmos sobre o terrorismo e o fundamentalismo islâmico na era da globalização e das redes digitais.

2. Mutações do terrorismo na globalização

O terrorismo sofreu alterações no decorrer da sua existência, no sentido não só de utilização da palavra terror, como também na forma como o mesmo se desenvolve e se articula no contexto global contemporâneo. A sua evolução e adaptação são evidenciadas conforme as novas formas de interação em rede, proporcionadas pela globalização, ao longo do processo de reconfiguração social em torno de uma aldeia global (McLuhan, 2007) digitalmente conectada. O que outrora era limitado a uma zona de alcance doméstico, hoje ultrapassa as barreiras transnacionais e atinge uma audiência em grande escala e de forma imediata.

Para clarificar esta evolução, é válido entendermos a origem do terrorismo nas várias versões existentes ao longo da história. As suas raízes podem ser encontradas no primeiro século antes de Cristo, quando o grupo Sicário⁵² utilizou técnicas de terrorismo (seletivo e biológico) na sua luta pela libertação do domínio romano, na região da Palestina (Almeida & Silva, 2011). Contudo, o termo “terrorismo” só surge na língua francesa no ano de 1355, pelo monge Bersuire, derivado do latim, terror.

⁵² Sicário – grupo extremista de Judeus zelotes que tentou expulsar os romanos e seus partidários da Judéia, usando adagas escondidas (SICAE), o termo que originou seu nome.
Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/sic%C3%A1rio/>. Acedido em 21/10/2015.

Originalmente, significava um medo ou ansiedade extrema correspondente a uma ameaça vagamente percebida, pouco familiar e largamente imprevisível (Guillaume, 1989). A sua adoção mais famosa, porém, deu-se no século XVIII, durante a Revolução Francesa, tomada como instrumento consolidador de poder do Estado na forma de violência política na autoridade de Robespierre (Monteiro, 2010).

O fenómeno do terrorismo passou a apresentar meios próprios e diversificados a partir do final do século XX, no período pós Guerra Fria, com uma nova caracterização de alcance global por meio de linhas operacionais e logísticas de guerra. O termo terrorismo internacional, ou terrorismo transnacional, surgiu como um desafio para o cenário mundial, requerendo um novo olhar sobre o problema. A partir de então, os centros de financiamento, recrutamento e de formação deixaram, cada vez mais, de ser centralizados ou territorializados, modificando também os seus alvos, aumentando a probabilidade de ataques fora dos cenários estritamente nacionais de disputa ideológica ou religiosa (Poletto, 2009). Como afirma Azevedo (2008:21), “a emergência dos fluxos que ultrapassam as fronteiras políticas e o surgimento de novos atores e canais de comunicação foram atores que contribuíram para a promoção das ações terroristas”.

Tabela 1 – Diferenças entre Terrorismo Clássico e Transnacional

Clássico	Internacional / Transnacional
Local	Global
Secular	Radical religioso
Nacional-Autodeterminação	Imperialista-Califado Islâmico
Marxista Leninista	Islâmico / Teológico
Organizações terroristas fixas	Organizações terroristas móveis
Estrutura hierarquizada	Estrutura em rede

Fonte: Pinheiro, 2010:5.

Entende-se por terrorismo transnacional, portanto, qualquer meio de empregar o terror em sítios que trespassam a barreira nacional da origem do conflito ou da formação da organização terrorista. São exemplos de ampla notoriedade os atentados de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, que se revelaram como um terrorismo transnacional, enquanto projeto político-ideológico de reconfiguração da ordem internacional pela violência.

Tal classificação de terrorismo distancia-se, ainda, do terrorismo clássico à medida que se apropria de mecanismos sofisticados para expandir a sua zona de influência. As Suas ferramentas de acesso deixam de ser as mesmas utilizadas em décadas passadas,

constituindo, hoje, uma rede sofisticada de interação internacional, cujas cadeias de informação estendem-se, em ramificações, a pontos outrora improváveis ao redor do mundo. Esta dinâmica emerge como o novo desafio aos serviços de Inteligência e Segurança de informações no panorama global.

Deste modo, a ação terrorista, o seu significado e os efeitos tendem a tornar-se globalizados, não apenas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e da tecnologia, que permitem a abrangência dos seus preparativos, mas porque os seus efeitos são noticiados em tempo real para todo o mundo. Esses propagam-se, ainda, pela própria difusão do terror, que se pode tornar globalizado, uma vez que a abertura do espaço público transnacional permite a emergência de diferenças culturais antes subordinadas ao controle estatal, como é o caso do fundamentalismo islâmico (Lasmar, 2003), no qual se enquadra o grupo analisado neste artigo, o autoproclamado Estado Islâmico.

2.1 O fundamentalismo no Islão, o direito à luta do autoproclamado Estado Islâmico e a sua campanha mediática

Para discutirmos o autoproclamado Estado Islâmico, convém, como ponto de partida, dissociar o fundamentalismo islâmico do terrorismo islâmico, uma vez que, nos dias atuais, principalmente devido aos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, ambos costumam ser associados de forma errônea (Almeida & Silva, 2011).

O fundamentalismo islâmico está relacionado com a perspectiva dos muçulmanos, que defendem uma interpretação mais radical dos escritos sagrados do Alcorão, adotando-os no quotidiano. A atribuição a estes fiéis da alcunha automática de terroristas é considerada, portanto, irresponsável e leviana. É importante ressaltar que há uma grande discussão sobre o que sustenta o elemento motivacional terrorista dentro desse nicho, no qual a Jihad tende a surgir como resposta comum a esse questionamento.

A cultura islâmica está sustentada em cinco pilares que, na essência, pregam o amor ao próximo e a devoção a Alá: a profissão de fé, a oração, a esmola legal, o jejum e a peregrinação. No entanto, existe, dentro desta cultura, uma minoria de crentes radicais defensores da existência de um sexto pilar, a Jihad (Almeida & Silva, 2011). Apesar das diferentes conotações, em linhas gerais este vocábulo árabe significa o direito à luta para proteger o Islão. Pelo fato de haver um certo número de referências no Corão à necessidade de combater os infieis (Costa, 2003), a interpretação radical do seu significado tem conduzido aos caminhos da guerra.

A Jihad possui ainda duas grandes tipologias⁵³; porém, há ainda um novo elemento representativo que condensa basicamente o sentido de luta no contexto do terrorismo transnacional de matriz islâmica, a Jihad Global, definida por Pinto (2004:441) da seguinte forma:

O termo Jihad Global refere-se ao fenómeno da confluência de uma variedade de movimentos, grupos e células agindo ao abrigo de um “guarda-chuva ideológico” de interpretações radicais do Islão. Estas interpretações são o resultado de desenvolvimentos que tiveram origem no Médio Oriente nos anos 60. O movimento Jihad Global também reflete a consolidação, nos últimos 20 anos, de tendências e doutrinas multinacionais, quer no seio do mundo árabe, quer entre as comunidades muçulmanas do Ocidente.

No sentido em questão, o autoproclamado Estado Islâmico surge dentro do contexto de Jihad global e se estabelece como um grupo terrorista transnacional de acordo com a classificação utilizada pelos Estados Unidos – apesar das divergências de alguns estudiosos em classificá-los como grupo insurgente⁵⁴. É compreensível, de fato, esta interpretação, uma vez que tal grupo fundamentalista tem sua origem nos grupos insurgentes sunitas que lutavam contra a ocupação norte-americana na região e, posteriormente, somaram-se à Guerra Civil em explosão na Síria.

Se observarmos o percurso que este grupo terrorista tem percorrido e a construção de sua imagem mediática com ininterruptas demonstrações de seus atos – disseminando o pânico e a intimidação através de vídeos de decapitações e diversas atrocidades divulgadas pelas redes sociais digitais e pelos média tradicionais nos últimos tempos – é necessário ater-se a algumas características fundamentais acerca deste fenómeno. Dentre tais elementos, destacamos o papel da espetacularização dos média como grande veiculador de sua campanha propagandista.

O autoproclamado Estado Islâmico é hoje considerado uma ameaça global, tendo conquistado uma devida atenção na agenda de segurança da comunidade internacional, em especial dos Estados Unidos e da União Europeia. A cooperação entre estes atores justifica-se como uma resposta natural ao combate dessas ações terroristas. Contudo, o panorama no qual se insere o aEI – envolto de uma guerra civil presente na Síria e de uma internacionalização de conflitos internos – possui uma acentuada complexidade, uma vez que o seu surgimento ainda está relacionado a interesses geopolíticos nesta região por estes mesmos atores que, agora, tentam combatê-lo.

53 A primeira tipologia concentra-se na diferenciação entre Jihad Defensiva/Ofensiva e a segunda tipologia foca-se na Jihad Menor/Maior. A Jihad Defensiva verifica-se quando o mundo Islão é objeto de ataques pelos infieis, enquanto que a Jihad Ofensiva ocorre quando o Islão ataca o território dos infieis com o objetivo de os subjugar à sua fé. Já a Jihad Maior, ou Jihad Pessoal, relaciona-se com a luta que é exigida de todos os muçulmanos para que se libtem de instintos básicos nocivos a sua vida, como o ciúme, a inveja, a avareza. E, por fim, a Jihad Menor, ou Jihad Violenta, ou Jihad Marcial, representa a luta contra os agressores, em nome da religião. (Almeida & Silva, 2010:158).

54 Aguilar, S. L. C. (2014). O Estado Islâmico: insurgente, não terrorista. Unesp Ciência, v. 58, n. 1, p. 50-50 [online] Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115185>. Acedido em 16/04/2016].

Todavia, o grupo terrorista em questão não representa uma ameaça global apenas pelos seus atentados no Iraque, pelo seu envolvimento na guerra civil da Síria ou por se autoproclamar um califado islâmico, mas principalmente pelo grande potencial de aumentar o seu exercício terrorista e expandir a sua ideologia a cidadãos fora do Médio Oriente. Deve ter-se em consideração que o principal meio de difusão dessa ideologia passa pela divulgação de vídeos nos média e pelo acesso constante às redes sociais digitais, método esse retroalimentado de forma bastante eficaz na rede Twitter, retratada neste estudo.

O avanço da sua campanha de recrutamento de estrangeiros “aos olhos ocidentais”, de certo modo, não alcança uma compreensão razoável. A outros olhares, podem-se encontrar justificativas e pisas de esclarecimento para esse tipo de interesse, como tratou de forma mais genérica Stuart Hall, na sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006).

Para Hall, os fluxos culturais entre as nações e o consumismo global criam possibilidades de “identidades compartilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão distantes uma das outras no espaço e no tempo. À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, “é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (2006:74).

A identidade compartilhada não é o único fator para a expansão do fenómeno, que exigiria uma investigação mais extensa e aprofundada a fim de se analisar outros elementos possíveis. Entretanto, esta pode ser indicada como um catalisador da crescente adesão internacional à causa do Estado Islâmico. Prova disto é o aumento no fluxo de combatentes estrangeiros nos seus territórios de controlo, tendo alcançado 15 mil pessoas, oriundas de mais de 80 países distintos, de acordo com dados do relatório do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵⁵.

3. Procedimentos de análise

Uma vez apresentados os conceitos de net-ativismo e de terrorismo, seguidos por uma contextualização do terrorismo na contemporaneidade, introduzimos neste tópico os procedimentos de análise das conexões estabelecidas em torno da temática proposta: um estudo sobre o combate à propaganda terrorista através das ações de ISIS-chan no Twitter.

O caso ISIS-Chan foi descoberto por meio de uma pesquisa exploratória sobre o

⁵⁵ Fonte: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/estado-islamico-esta-a-recrutar-combatentes-a-uma-escala-sem-precedentes-1674751>. Acedido em 27/10/15.

autoproclamado Estado Islâmico nas redes sociais digitais. Ao identificarmos tal ação desenvolvida no espaço digital – voltada para a contestação da campanha midiática desenvolvida também nas redes pelo grupo terrorista e fundamentalista islâmico –, optamos por, inicialmente, descrever as suas conexões no Twitter, onde a sua atuação é mais marcante.

Em seguida, buscamos compreender os significados das suas ações com base nas dinâmicas atópicas das interações em rede (Di Felice, 2012). Tal tipologia, lançada como um esforço para a interpretação dos casos de net-ativismo desenvolvidos em pontos distintos do globo, fundamenta-se na indicação de quatro divisões resultantes das dinâmicas de trocas e fluxos tecnoinformativos, descritas de forma preliminar a seguir:

1) O primeiro tipo descrito pela tipologia seria o das colaborações frontais, caracterizadas pelas interações mínimas, como assinaturas de abaixo assinados digitais ou colagens de mensagens em murais, a exemplo das campanhas promovidas em sites e via Facebook.

2) O segundo tipo seria definido como colaborações imersivas, que acontecem nas redes, mas configuram um perfil de ação mais ativa, que exige certo conhecimento tecnológico, como as ações dos hackers e os seus ataques cibernéticos. Como exemplo de tais colaborações, destacam-se movimentos como os Anonymous, retratado no documentário *We are Legion – A História dos Hacktivistas* (2012, Brian Knappenberg).

3) No terceiro grupo estariam as colaborações dialógicas, que se desenvolvem simultaneamente nas redes e nas ruas. Tais ações partem de iniciativas organizadas nas plataformas digitais, como Facebook, Twitter etc., e são levadas até a ocupação física dos espaços públicos. Mesmo durante ou após os protestos e passeatas, os utilizadores continuam a interagir nas redes sociais digitais, através da postagem de vídeos e selfies tiradas nos eventos, publicações informativas sobre as ações físicas – como mudanças de rotas das mobilizações, orientações sobre patrulhamento policial, repercussão da cobertura midiática etc. –, fomentando uma relação de diálogo entre as ruas das cidades e as redes digitais por meio das quais a ação foi articulada.

4) E, finalmente, o quarto e último tipo, o das colaborações ecossistêmicas, representaria as formas de interação que superam as dinâmicas opinativas para constituir uma forma colaborativa de transformação social realizada através das redes digitais. Tal colaboração pode ser observada em casos de net-ativismo que resultaram em projetos sustentáveis ou de economia solidária, como, por exemplo, o projeto de agricultores portugueses Prove⁵⁶. Nesse caso, pequenos agricultores

⁵⁶ O Prove surgiu nas redes sociais digitais como uma ação net-ativista de agricultores portugueses, que reunidos pela plataforma digital desenvolveram um projeto nacional de comercialização de frutas e verduras com venda direta aos utilizadores, sem intermediários, contestando a ordem mercadológica das grandes empresas varejistas.

distanciam-se do comércio tradicional com as grandes corporações, através de um via de comercialização digital dos seus produtos, atingindo diretamente o consumidor final, priorizando ainda o respeito aos períodos de plantio e da colheita oferecidos pela natureza – uma vez que os produtos são típicos de cada estação.

Acrescentando-se às tipologias propostas, as formas de net-ativismo encontradas através do mapeamento das redes portuguesas também devem ser analisadas no que diz respeito aos seus níveis de interatividade das arquiteturas informativas: há interatividade ou apenas fornece conteúdo pronto? Existe uso de arquitetura informativa que permite a interatividade (espaço para comentários, inquéritos, fotos, eventos)? A arquitetura informativa existente permite colaboração na construção dessa mesma arquitetura, além da elaboração de conteúdo?

Fundamentados na tipologia proposta pelo autor e nas questões apresentadas anteriormente, demonstraremos os resultados da nossa investigação sobre o caso ISIS-chan no Twitter.

3.1 O caso ISIS-Chan e sua relação com o autoproclamado Estado Islâmico

Em Janeiro de 2015 foi propagado mundialmente nos média um vídeo no qual o autoproclamado Estado Islâmico exigia um pagamento de 200 milhões de dólares do governo japonês em troca da libertação de dois reféns daquele país. A cena de exibição, por si só, chocava pela crueldade e frieza demonstradas na gravação, reafirmando a fama do grupo terrorista, geralmente associada a adjetivos como “pungente” e “desumano”. Tal vídeo obteve os efeitos esperados junto da audiência japonesa, que sensibilizada por presenciar o espetáculo mediático do horror não tardou em apresentar uma resposta inusitada às ameaças e provocações.

No mesmo período, portanto, surgiu na plataforma Twitter a personagem denominada ISIS-Chan, um desenho no estilo mangá⁵⁷ com características kawaii (que significa “fofo”, em japonês), cuja intenção principal está fundamentada no bombardeamento de imagens nas páginas de domínio do aEI com o intuito de “trollar” o impacto violento das mensagens veiculadas por esse grupo.

A estratégia da criação desta página no Twitter não lançou como objetivo único apenas a trollagem dos canais de comunicação do autoproclamado Estado Islâmico, ao invadir as suas contas. Como pano de fundo dessas ações estava a tentativa de manipular os resultados de busca nas redes, mostrando ao invés de imagens violentas de decapitações e campanhas terroristas, imagens de caráter alegre e infantil como forma de desestruturar a atitude negativa do aEI. Até mesmo a sigla utilizada pela

⁵⁷ Mangá é o estilo artístico-narrativo presente no Japão que corresponde à banda desenhada ou HQ (História em Quadrinhos) no Ocidente.

comunidade internacional para denominar este grupo - ISIS (Islamic State) – tornou-se o mesmo nome adotado pela personagem, numa alusão direta ao grupo terrorista.

Além da sua emergência, enquanto ação colaborativa nas redes sociais digitais, outro aspeto dessa ação que pode ser interpretado como net-ativista remete para a questão da horizontalidade, da ausência de um líder ou diretor do movimento, ou seja, de qualquer estrutura hierárquica dentro do caso – uma vez que era possível colaborar dentro dessa lógica a partir de qualquer computador, tablete, smartphone ou dispositivo conectado do mundo. Ainda é importante realçar o anonimato por meio do qual as ações foram desenvolvidas, bem como o teor anárquico comum a esse tipo de manifestação, que na perspectiva em questão se apropria da identidade coletiva⁵⁸ ISIS-Chan como forma de contestar o grupo fundamentalista.

No perfil ISIS-Chan no Twitter, de domínio “@isisvipper”, a personagem apresenta-se como “uma doce menina de olhos alegres”, vestida de preto como os integrantes do aEI. O seu passatempo favorito é “comer melões japoneses” e, para isso, utiliza uma faca que serve para cortá-los – e não para decapitar vítimas, como o Estado Islâmico costuma mostrar em seu conteúdo mediático, o qual a personagem repreende. Os seus seguidores atuais estão em 5.626 utilizadores⁵⁹, contando com mais de 5.666 publicações⁶⁰ na página citada. A identificação através de uma figura feminina surge também como forma de contestação à cultura machista e misógina em que o aEI está inserida, o que popularizou a personagem como um símbolo da paz nas redes sociais digitais.



⁵⁸ Assim como propuseram outros movimentos net-ativistas, sobretudo na fase preparatória do net-ativismo, como Hakim Bey (Bey, 2001) e Luther Blissett (Blissett, 2000, 2002).

⁵⁹ Número informado de acordo com levantamento feito na página twitter @isisvipper, acedido no dia 28/10/15.

⁶⁰ Idem

Apartir de uma observação das publicações mais recentes na sua página do Twitter, destacamos três recortes mais relevantes que traduzem a essência deste fenómeno, evidenciando uma das facetas que esse tipo de net-ativismo pode representar na dimensão das redes sociais digitais.

3.1.1 Publicação 1 – A chamada para a luta de ISIS-Chan

Assim como o aEI costuma proceder nas suas convocatórias difundidas pela campanha mediática na internet, numa das suas publicações o Isis-Chan tira proveito da sua popularidade para atrair novos seguidores. A diferença, entretanto, está na forma como o administrador da personagem o faz. De acordo com o texto publicado, qualquer utilizador que queira fazer parte do meme “anti-ISIS” é bem-vindo, autorizando também o uso da imagem da personagem para combater a influência do aEI nas redes sociais digitais.

É curioso perceber, ainda, a semelhança da adoção deste método com o modus operandi do aEI para recrutar seguidores, pois servem-se de chamadas semelhantes, ofertando vantagens aos novos adeptos que se filiam ao grupo. A publicação reproduzida data de 22 de julho de 2015⁶¹.



Esta ação net-ativista como uma convocação via redes sociais digitais gerou resultados imediatos a ISIS-chan. Novos membros das redes, contrários ao autoproclamado Estado Islâmico, aderiram à causa e inundaram o Twitter com imagens da personagem, combatendo a ideologia fundamentalista com fotos e gifs animados. Um desses net-ativistas, que atende pelo domínio @GenKnoxxx, encarregou-se de

61 Link para a publicação: <https://twitter.com/isisvipper/status/623985408473350144/photo/1>. Acedido em 28/10/15.

expandir o movimento para o alcance global, traduzindo para o inglês as mensagens originais em língua japonesa. Foi através deste avanço que as mensagens de ISIS-chan puderam ganhar a visibilidade de utilizadores de fora do Japão, de qualquer lugar do mundo que compreenda a língua inglesa e que se identifique contra a campanha terrorista do aEI.

3.1.2 Publicação 2 – Normas para a ação do Isis-Chan

A preocupação com a desvirtuação da personagem e a apropriação da ISIS-chan em eventuais causas que fujam da premissa inicial – fator comum nas ações net-ativistas, caracterizadas pelo nomadismo digital e pela ausência de regras ou separação de assuntos – mereceu esclarecimento por parte do seu idealizador na página original do Twitter. Uma de suas publicações explicita que o intuito da personagem é apenas lutar contra a influência do autoproclamado Estado Islâmico nas redes. A cautela necessária ao abordar temáticas referentes ao mundo islâmico também está bastante clara nesta publicação, pois uma vez que a ISIS-chan faz uma crítica ao EI, a generalização da crítica à religião islâmica pode surgir como eventual consequência, isto é, a propagação deturpada da personagem por pessoas desinformadas e voltadas à islamofobia.

Na ilustração dessa publicação, datada de 08 de fevereiro de 2015⁶², Isis-Chan aparece duas vezes, em cada uma delas segurando uma placa com algumas informações. Na primeira imagem estão aquelas que podem ser vinculados à personagem japonesa, enquanto a segunda imagem apresenta os assuntos que não podem fazer parte da sua jornada mediática:

- Temas que os usuários podem fazer piada utilizando a imagem de Isis-Chan: o autoproclamado Estado Islâmico.
- Temas que os usuários NÃO podem fazer piada utilizando a imagem de Isis-Chan: Allah, Islão, Alcorão, Reféns do EI, Mohammed.



3.1.3 Publicação 3 – A invasão de Isis-Chan nas fotos do EI

Outro recorte relevante de entre as ações net-ativistas de ISIS-chan é a trollagem realizada através das fotos publicadas na página Twitter do grupo terrorista. De acordo com a publicação do dia 2 de setembro de 2015, a personagem apropria-se de fotos originais do grupo, nas quais se destacam combatentes em poses que exaltam a natureza violenta, intimidadora e truculenta do aEI, com armas em riste ou apontadas a reféns, e depois altera-as com fotomontagens de acordo com o seu humor.



Como exemplo, há a clássica foto anterior de um integrante utilizando as tradicionais vestes negras, com uma arma de fogo em punho e a bandeira do grupo ao fundo. Na versão de Isis-chan, a foto ressurgue com algumas pequenas, mas notáveis alterações: no lugar da grande arma de fogo, surge um grande travesseiro com a

ilustração de ISIS-chan adormecida, e ao invés de pessoas sendo decapitadas, grandes melões, tomates e beringelas tomam lugar dos reféns⁶³, conforme ilustração abaixo:



Considerações finais

Com base na revisão de literatura desenvolvida sobre o tema e nas postagens analisadas, podemos identificar elementos de um tipo de colaboração net-ativista ao mesmo tempo frontal e imersiva, segundo a tipologia das dinâmicas atópicas de interação em rede.

Como descrevemos nos procedimentos de análise, uma colaboração do tipo frontal caracteriza-se por um tipo de participação direta que exige um esforço mínimo dos utilizadores, a exemplo dos seguidores da página ISIS-Chan no Twitter. Tratamos, aqui, daqueles que apenas compartilham o conteúdo veiculado na página da personagem – seja este criado pelo idealizador da página ou desenvolvido por outros membros em torno da personagem ISIS-Chan.

Por outro lado, na medida em que a página da personagem japonesa no Twitter divulga uma convocatória para membros de várias partes do mundo colaborarem com a criação do conteúdo – ainda que oriente sobre as normas de utilização da imagem do ISIS-Chan, conforme ressaltado nas análises da publicação 2 – a ação passa a caracterizar-se por uma colaboração imersiva. Primeiramente, por exigir do colaborador um domínio específico de programas de computador, uma vez que parte dessas ações desenvolvidas não se configura propriamente como hacker, mas apropria-se das possibilidades oferecidas pela própria rede para subverter a lógica

imposta pelo grupo terrorista. Nos fluxos comunicativos analisados no Twitter, os utilizadores postam fotos da ISIS-Chan associando essas imagens à conta do grupo terrorista na mesma rede social digital. Em segundo lugar, também são associados hashtags que identificam o EI com o intuito de manipular os resultados de busca; ou seja, se um utilizador buscar no Google palavras-chave relacionadas ao grupo em questão pode deparar-se com textos e imagens infantis da personagem japonesa nos seus resultados.

A partir das análises das publicações selecionadas, também podemos distanciar a ISIS-Chan de um tipo de colaboração dialógica, uma vez que até ao momento da conclusão deste artigo as ações do caso net-ativista não foram levadas às ruas em formas de protestos ou manifestações. Tampouco podemos observá-la como um tipo de colaboração ecossistémica, uma vez que não foi estabelecida uma transformação profunda capaz de superar as dinâmicas opinativas para construir uma forma de transformação social através das redes sociais digitais.

Por fim, no que corresponde aos níveis de interatividade das arquiteturas informativas, percebemos que no recorte analisado – a página ISIS-Chan no Twitter – as publicações são realizadas por um administrador. Porém, os utilizadores que seguem a página não estão restritos apenas aos retweets das publicações, pois podem participar na ação através da criação e reprodução de imagens, memes, textos, vídeos, dentre outros recursos multimidiáticos. Tanto que a personagem ISIS-Chan também está presente em outras redes, como no Youtube e no Facebook, que não foram analisadas com maior profundidade pela razão do nosso recorte empírico se focar no estudo de caso específico do Twitter.

Entretanto, antes de classificarmos a ISIS-Chan como uma ação antiterrorista propriamente dita, preferimos voltar as nossas atenções para como o net-ativismo se desenvolve como uma lógica da participação em rede, motivada por um impulso colaborativo de opinar, ainda que pela “brincadeira” da trollagem, sobre as questões mais urgentes. Dentro das suas mais variadas facetas, temas de interesse e questões de natureza política, religiosa, desportiva ou ecológica – apenas para citar alguns exemplos – o net-ativismo expressa-se aqui como uma voz a favor da liberdade, da anarquia, do estar junto contra quem ou qual instituição queira impor o seu contrário.

Referências

- Almeida e Silva, T. (2011). Islão e fundamentalismo islâmico. Lisboa: Pactor.
- Almeida e Silva, T. (2010). Sociedade e cultura na área islâmica. Lisboa: ISCSP.
- Aguilar, S. L. C. (2014). O Estado Islâmico: insurgente, não terrorista. Unesp Ciência,

v. 58, n. 1, p. 50-50 [online]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115185> [acedido em 16/04/2016].

Azevedo, L. E. P. M. (2008). Regimes de Cooperação na Luta Contra o Terrorismo Transnacional [online]. Disponível em: <http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/luiz-eduardo-azevedo-regimes-de-cooperacao3a7c3a30-na-luta-contr-o-terrorismo-transnacional.pdf> [acedido em 25/10/2015].

Bey, H. (2001). T.A.Z.: Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Conrad.

Blissett, L. (2000). Totò, Peppino e la guerra psichica: 2.o. Torino: Einaudi.

Blissett, L. (2002). Q, o caçador de hereges. São Paulo: Conrad Editora.

Costa, H. S. (2003). O martírio do Islão. Lisboa: ISCSP.

Coutinho, M. (2013). “O que são ‘trolls’ e o que é ‘trollagem’?” In Vida Digital – Internet. [online]. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/06/o-que-sao-trolls-e-o-que-e-trollagem.html> [acedido em 27/10/2015].

Donath, J. (1998). “Identity and Deception in the Virtual Community”. In Communities in Cyberspace. London: Routledge.

Di Felice, M. (2017.) Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Editora Paulus.

Di Felice, M. & Muñoz, C. (1998). A revolução invencível. Subcomandante Marcos e o EZLN. São Paulo: Boitempo.

Guillaume, G. (1989). Terrorisme et droit international. IN R. Monteiro (2010). O fenomeno do terrorismo e a resposta do direito internacional [online]. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/187/3/20304598.pdf> [acedido em 25/10/2015].

Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Lasmar, J. M. (2003). A ação terrorista Internacional e o Estado: Hegemonia e Contra-Hegemonia nas Relações Internacionais. In L. N. C. Brant (Org.). Terrorismo e direito: os impactos na comunidade internacional e no Brasil (pp. 427-446.). Rio de Janeiro: Forense.

McLuhan, M. (2007). Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media). São Paulo: Cultrix.

McCaughy, M. & Yers, M. D. (2003). Cyberactivism - Online Activism In Theory And 28 Practice. EUA: Routledge.

Monteiro, R. (2010). O fenómeno do terrorismo e a resposta do direito internacional. [online] Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/187/3/20304598.pdf> [acedido em 01/04/2015].

Pinheiro, A. S. (2010). O terrorismo, o contraterrorismo e as infraestruturas críticas nacionais [online] Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/ciclodeestudosestrategicos/index.php/CEE/XCEE/paper/viewFile/12/21> [acedido em 28/10/2015].

Pinto, M. C. “A jihad global e o contexto europeu”. In A. Moreira (Coord.) Terrorismo (pp. 439-460). Coimbra: Almedina.

Poletto, R.S. (2009). Terrorismo e Contra-terrorismo na América do Sul: As políticas de segurança de Argentina, Colômbia e Peru. [Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais]. Repositório do Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. Consultada em 11/06/2015.

Schwartz, E. (1996). NetActivism: How Citizens Use the Internet. California: O'Reilly.

QUE(M) SÃO OS ALGORITMOS?

Sara Orsi⁶⁴ e Luísa Ribas⁶⁵

“As nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes”.
(Haraway, 1991:42)

1. Introdução: A ascensão dos algoritmos

No tempo em que a tecnologia digital se encontra embebida nas nossas estruturas sociais, económicas, políticas e também afectivas, vivemos no que Donna Haraway denomina por “sociedade tecnologicamente mediada” (Haraway, 1991:45).⁶⁶ Nesta sociedade, imersa numa complexa rede de ligações e numa infindável paisagem de dados capturados, mas também livremente fornecidos, a cibernética surge enquanto arte de controlar sistemas através de algoritmos, sejam eles corpos, máquinas, mentes ou os próprios ambientes. Por trás das superfícies, a governação algorítmica torna-se, então, gradativamente mais ampla e se em tempos houve o que se designou por “idade da pedra”, hoje, como refere Matteo Pasquinelli, estamos perante a “idade dos algoritmos” (Pasquinelli, 2015:2).⁶⁷ Esta noção é reforçada pela progressiva tradução do real num código numérico que normaliza diferentes matérias numa mesma linguagem passível de ser algorítmicamente manipulada. Sons, imagens, textos como o capital, o trabalho, o lazer e até mesmo as emoções passam, assim, a estar fragmentados em unidades da mesma espécie e a co-habitarem nas mesmas não hierarquizadas bases de dados. Na consequente ausência de ordem pré-estipulada, “os algoritmos são invocados como poderosas entidades que governam, julgam, organizam, regulam,

64 Sara Orsi, licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, realizou o mestrado em Design de Comunicação e Novos Media na Faculdade de Belas Artes da Universidade Lisboa. Desenvolve o seu trabalho a partir da utilização da tecnologia digital como meio para expressar as suas investigações nas áreas dos media digitais e dos estudos culturais tendo como principal mote “o impacto da tecnologia digital na cultura contemporânea.” Sara exerce a sua actividade como web-designer e web-developer. Enquanto prática artística, desenvolve projectos no âmbito dos media digitais com o colectivo Anaa e em nome próprio. Sara é co-fundadora do Arquivo 237 – espaço cultural em Lisboa com foco nas áreas da Arquitectura, Design e Tecnologia.

65 Luísa Ribas é doutorada em Arte e Design (2012), mestre em Arte Multimédia (2002) e licenciada em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (1996). É membro do ID+, Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura, dedicando-se à investigação de relações entre som e imagem, audiovisualidade e interactividade, tendo contribuído para diversas publicações com artigos sobre design e artes digitais. É professora auxiliar na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa onde lecciona Design de Comunicação com foco nos media impressos e digitais, nomeadamente nos domínios do projecto de design e da expressão audiovisual, sendo actualmente coordenadora científica do Mestrado em Design de Comunicação e Novos Media.

66 Na sociedade tecnologicamente mediada, o exercício vigilante sobre o indivíduo confinado da sociedade disciplinar foi substituído pelo controlo deste ao “ar livre” (Deleuze, 1990). Não mais confinado o indivíduo interpreta este “ar livre” como liberdade, alienado que a disciplina não desapareceu mas, antes, que se converteu num controlo omnipresente através de dispositivos tecnológicos ou panópticos digitais que “capturam tudo” (Transmediale, 2015) a todo tempo e em todo o lugar. Dentro desta lógica de captação total, “o valor pode ser agora potencialmente extraído de tudo e a medição da produtividade pode ser aplicada a todos os aspectos da vida” (Transmediale, 2015).

67 Matteo Pasquinelli apresenta esta noção na introdução do artigo “Anomaly Detection: The Mathematization of the Abnormal in the Metadata Society” Pasquinelli, 2015:2 para definir o contexto actual.

classificam, ou de outra forma disciplinam o mundo” (Barocas et al., 2013:3).⁶⁸ Perante tal invocação, cabe aos algoritmos o ambíguo papel de se encontrarem ao serviço de quem “disciplina o mundo” e de serem, eles próprios, “disciplinadores do mundo”.

2. O que são os algoritmos?

Num contexto contemporâneo os algoritmos são fundamentais e incontornáveis uma vez que são eles que permitem a toda e qualquer tecnologia digital funcionar. Na enciclopédia encontramos como definição de algoritmo “qualquer conjunto de símbolos e processo de cálculo matemático” (Chorão, 1998:7). Já Lucas D. Introna refere que “no seu nível mais básico um algoritmo é o conjunto de instruções colocadas numa máquina para resolver problemas bem definidos” (Introna, 2014:1)⁶⁹ e Andrew Goffey, por seu lado, que os “algoritmos fazem coisas, e que a sua sintaxe compreende uma estrutura de comando que possibilita que tal aconteça” (Goffey, 2008:17).⁷⁰ Neste sentido, eles são como designam Dorin et al., “mecanismos de mudanças” (Dorin, 2012:245) definidos por uma série de procedimentos que necessitam de ser executados para se atingir determinado fim. No entanto, para além da sua composição material, os algoritmos detêm, ainda, uma dimensão imaterial. Goffey, a partir da fórmula de Rober Kowalski, “Algoritmo = Lógica + Controlo” (Kowalski, 1979:1), argumenta que:

Certamente a qualidade formal do algoritmo como construção lógica consistente traz consigo um enorme poder, particularmente num contexto tecno-científico, mas há ambiguidade suficiente sobre a natureza puramente formal desta construção que nos permite compreender que há mais do que uma forma lógica consistente. (Goffey, 2008:19)⁷¹

Deste modo, um algoritmo compõe-se quer pela sua estrutura lógica que corresponde à sua materialidade ou à dimensão mecânica do seu comportamento, quer pelo seu princípio imaterial nomológico ou ideológico que controla a sua acção, sendo “ao mesmo tempo teóricos e práticos, ideológicos e materiais” e, também, “uma abstração que tem uma existência independente do que os cientistas gostam

68 T. L.: “There is a puzzling tension at the heart of much current reasoning about algorithms. On the one hand, algorithms are invoked as powerful entities that govern, judge, sort, regulate, classify, influence, or otherwise discipline the world.” (Barocas et al., 2013:3)

69 T. L.: “At its most basic level an algorithm is merely the set of instructions fed into the machine to solve a well-defined problem.” (Introna, 2014:1)

70 T. L.: “Algorithms do things, and their syntax embodies a command structure to enable this to happen.” (Goffey, 2008:17)

71 T. L.: “Certainly the formal quality of the algorithm as a logically consistent construction bears with it an enormous power-particularly in a techno- scientific universe-but there is sufficient equivocation about the purely formal nature of this construct to allow us to understand that there is more to the algorithm than logically consistent form.” (Goffey, 2008:19)

de referir como ‘detalhes de implementação’” (Goffey, 2008:15).⁷² Goffey defende, por isto, que os algoritmos são statements (declarações), e baseado na concepção de Michel Foucault define que “statements (declarações) são um tipo de linha diagonal traçada em função da existência da linguagem, que é um excesso das suas propriedades sintáticas e semânticas” (Goffey, 2008:17).⁷³ Para além desta dupla dimensão sintática e semântica, Barocas et al. afirmam ainda que os algoritmos estão envolvidos em duas formas de automatização em que, numa primeira instância, automatizam processos de análise impossíveis de serem executados manualmente e, numa segunda instância, os resultados destas análises ajudam a automatizar tomadas de decisões (Barocas et al., 2013:5).⁷⁴ Esta automatização dos processos da própria automatização lança para a discussão, por conseguinte, questões de agenciamento e controlo:

Quem são os árbitros destes (potenciais) admiráveis novos algoritmos? Se os engenheiros da Google desenham um algoritmo de procura de determinada forma, não estarão eles a exercer autoridade para além do algoritmo? Serão os engenheiros árbitros dos algoritmos? Serão os algoritmos árbitros de como a informação flui dentro das esferas públicas? E poderá a propriedade transitiva aplicar-se, por exemplo, isto faz dos engenheiros de algoritmos outra vez árbitros? Ou alguns dos algoritmos têm uma espécie de autonomia? (Barocas et al., 2013:5)⁷⁵

3. O que fazem os algoritmos?

Para um entendimento destas questões lançadas por Barocas et al., mas anterior a todas elas, impõe-se interrogar: o que fazem os algoritmos? Ao formular a mesma pergunta, Introna refere que com a crescente complexidade computacional muitas das decisões algorítmicas encontram-se codificadas e encapsuladas em complexos ninhos de argumentos, regras dentro de regras, as quais, depois de muitos ajustes, nem os próprios programadores compreendem mais (Introna, 2014:3).⁷⁶ Ou seja, Introna, baseado nas ideias de Ellen Ulmann, admite que a acção dos algoritmos pode

72 T. L.: “both theoretically and practically, ideally and materia (...) “An algorithm is an abstraction, having an autonomous existence independent of what computer scientists like to refer to as ‘implementation details,’ (...)” (Goffey, 2008:15)

73 T. L.: “the statement is a sort of diagonal line tracing out a function of the existence of language, which is in excess of its syntactic and semantic properties.” (Goffey, 2008:17)

74 T. L.: “Algorithms seem to involve two related, but very different forms of automation. In the first instance, they automate the process of subjecting data to analysis, undertaking tasks that would be impossible to perform manually. But the results of these analyses help to automate a second and very different set of operations: decision-making.” (Barocas et al., 2013:5)

75 T. L.: “Who are the arbiters of these (potentially) brave new algorithms? If Google engineers design a search algorithm in a certain way, do they thereby assert authority over more than the algorithm? Are engineers arbiters of algorithms? Are algorithms arbiters of how information flows within public spheres? And might the transitive property apply, i.e. does that make engineers of algorithms the arbiters again? Or do some algorithms have a species of autonomy?” (Barocas et al., 2013:5)

76 Cf. “Design decisions, encoded and encapsulated in complex nests of logic and control statements – rules within rules within rules – enact (in millions of lines of source code) our supposed choice bases in complex relational conditions, which after many iterations of ‘bug fixing’ and ‘tweaking’ even the programmers no longer understand.” (Introna, 2014:3)

extrapolar a sua estrutura lógica inicial, noção esta que se reforça se pensarmos no emergir de formas como “machine learning”, “algoritmos evolutivos” ou “algoritmos genéticos”, os quais detêm autonomia no sentido de independência de execução e criação de regras. Se tomarmos como inteligência a “capacidade mental de, entre outras coisas, raciocinar, planejar, resolver problemas, pensar de forma abstracta, compreender ideias complexas, aprender rapidamente e aprender a partir da experiência” (Gottfredson, 1994:1)⁷⁷, compreendemos que estes algoritmos também eles são, parcialmente, formas de inteligência. Assumimos, no entanto, que a tecnologia ainda não atingiu a singularidade, momento no qual a inteligência artificial será tão ou, muito provavelmente, mais capaz que a inteligência humana. E assumimos, também, que por não ter atingido essa singularidade, a tecnologia por enquanto não tem a capacidade de se auto-educar nem de gerar a partir de uma vontade própria. Contudo, os algoritmos que a permitem funcionar não deixam de ter a capacidade autónoma de resolver problemas segundo regras criadas, no limite, pelo seu próprio comportamento, com uma acção que, pela sua complexidade, pode ultrapassar o controlo de quem os programou (Ulmann, 1997; Introna, 2014:3).⁷⁸

No campo da filosofia, como resposta a estes objectos técnicos cada vez mais com comportamentos cada vez mais autónomos, surgiu uma série de correntes que vieram defender uma ontologia da técnica e autores, como Bernard Stiegler e Bruno Latour, que vieram alegar a importância de se ultrapassar uma abordagem antropocêntrica para que, antes, seja considerado um contexto no qual tanto entidades humanas como não humanas deliberam. Neste contexto, como Stiegler afirma, “a técnica tornou-se mais rápida que a cultura” (Stiegler, 1994:15)⁷⁹, ou seja, a evolução tecnológica encontra-se a uma velocidade que a capacidade de assimilação humana não consegue acompanhar. Consequentemente, e segundo Bragança de Miranda, “a técnica funcionava como auxiliar do processo de realização. Com a libertação da técnica que ocorreu na modernidade, a técnica acabaria por pôr em causa o próprio espaço onde funcionava, dominando-o crescentemente” (Miranda, 1997:2). Assim, a técnica moderna tem vindo a revolucionar os sistemas de dominação, num processo em que o humano gradativamente abdica do seu papel central no controlo artificial dos acontecimentos e da natureza, sendo que, cada vez mais, em vários tipos e níveis de decisões “as racionais regras algorítmicas têm vindo a substituir o sentido crítico de julgamento da razão” (Daston, 2013; Barocas, 2013:2)⁸⁰. Perante tal substituição “o

77 T. L.: “Intelligence is a very general mental capability that, among other things, involves the ability to reason, plan, solve problems, think abstractly, comprehend complex ideas, learn quickly and learn from experience.” (Gottfredson, 1994:1)

78 Cf. “As Ullman (1997a, 116–177) observes: ‘The longer the system has been running, the greater the number of programmers who have worked on it, the less any one person understands it. As years pass and untold numbers of programmers and analysts come and go, the system takes on a life of its own. It runs. That is its claim to existence: it does useful work. However badly, however buggy, however obsolete - it runs. And no one individual completely understands how’ (emphasis added).” (Introna, 2014:3)

79 T. L.: “Technics evolves more quickly than culture.” (Stiegler, 1994:15)

80 T. L.: “[i]n the models of game theory, decision theory, artificial intelligence, and military strategy, the algorithmic rules of rationality replaced the selfcritical judgments of reason” (Daston, 2013).” (Barocas, 2013:2)

pensamento moderno está crescentemente desarmado” (Miranda, 2001)⁸¹, e como adverte Gilbert Simondon:

A mais forte causa de alienação no mundo contemporâneo reside nesse desconhecimento da máquina, que não é uma alienação causada pela máquina, mas pelo não-conhecimento de sua natureza e de sua essência, pela sua ausência do mundo das significações e por sua omissão no quadro dos valores e conceitos que participam da cultura. (Simondon, 1958)

4. Quem são os algoritmos?

Parece, em tal caso, como sugere Haraway, que “a maquinaria moderna é um deus irreverente e ascendente, arremedando a ubiquidade e a espiritualidade do Pai” (Haraway, 1991:43) ou que a tecnologia digital tornou-se onnipresente e que potencialmente caminha no sentido de se libertar do seu criador. Esta noção crescente da perda do domínio do humano sobre a tecnologia não é de agora pois, em 1958, Simondon tinha lançado o mote:

(...) a tomada de consciência dos modos de existência dos objectos técnicos deve ser efectuada pelo pensamento filosófico, que deve cumprir aqui um dever análogo àquele que desempenhou na abolição da escravatura e na afirmação do valor da pessoa humana (Simondon, 1958)

Simondon, para defender a sua tese, alargou o conceito de individuação para os objectos técnicos ao tomar individuação não como um resultado, mas como um processo contínuo através do qual se dá “uma operação física biológica, mental, social, para os quais uma actividade propaga passo a passo (a partir de uma pré-individualização) dentro de um domínio” (Simondon, 1958). Para tal, esclarece que um objecto técnico para se tornar um indivíduo necessita de atingir a concretização, ou seja, necessita de um processo de passagem de “um estado de artificialidade e desarticulação para uma sinergia complexa dos componentes internos do objecto” (Campos, 2008:5). Desta forma, Simondon aproxima os objectos técnicos das noções biológicas da evolução das espécies dando, como exemplo, a evolução de um motor automóvel para um motor de avião em que este último, por aperfeiçoamento, já não necessita de um sistema de refrigeração, tornando-se um objecto mais autónomo,

⁸¹ “A tecnologia enquanto domínio da mundo humano sobre a “técnica” está a chegar ao fim, a um ponto de não retorno. Tal como o mito não impediu a teologia, e esta a tecnologia. A técnica aparece como uma língua pura e geral, capaz de traduzir todos os aspectos do mundo da informação. Essa “tradução” é algo de novo e perante ela o pensamento moderno está crescentemente desarmado.” (Miranda, 2001)

por isso mais concreto e, portanto, mais individual. Como resumem Campo e Chagas, “quanto mais um objecto técnico evolui por essência (concretização ou superdeterminação funcional), mais ele se torna indivisível, plurifuncional e próximo da individualidade em seu sentido biológico” (Campos, 2008:6).

Nesta abordagem, Simondon faz uma aproximação não antropocêntrica aos modos de existência da técnica, mas uma aproximação biológica, na qual esta existência não se concebe a partir da vontade humana de encontrar o seu semelhante, mas a partir da possibilidade dos objectos técnicos serem uma nova espécie que, embora artificial, não deixa de ter uma evolução com características biológicas. No entanto, se de um modo comum define-se como artificial um objecto que é construído a partir da acção humana e como natural um objecto que nasce de forma independente à nossa vontade, com a presente evolução, os objectos técnicos têm vindo a perder o seu carácter artificial, pois cada vez menos é necessária a intervenção humana para que ele se constitua. Logo, se Simondon conseguiu defender o seu argumento a partir do exemplo de máquinas puramente mecânicas, com a tecnologia digital as suas reflexões encontram um exponencial potencial de aplicação.

Tomemos, então, como exemplo as experiências no campo da neurociência de Karl Sims que, em 1994, desenvolveu o programa “Evolved Virtual Creature” onde, a partir de algoritmos genéticos, concebeu uma série de criaturas com características evolutivas capazes de se “adaptarem” ao ambiente em que são colocadas. Tendo assumido, como referência, a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, esta população de entidades virtuais foi criada de modo que “aquelas que são mais fortes sobrevivem e as que os seus genes virtuais contenham instruções codificadas para o seu crescimento, são copiadas, combinadas e mutadas para criar uma descendência de nova população” (Sims, 1994b)⁸². Sims define, então, “algoritmos genéticos” enquanto “método de optimização” que “permite entidades virtuais serem criadas sem se requerer a compreensão dos procedimentos ou parâmetros utilizados para a sua criação”, sacrificado o controlo do utilizador (Sims, 1994:1). Após esta primeira experiência, Sims avançou para uma segunda experiência, “Evolving 3D Morphology and Behavior by Competition”, em que pôs estas criaturas em interação umas com as outras colocando num cenário competitivo e onde, num duelo, tinham como objectivo apanhar e controlar um cubo ao centro antes do seu adversário. Se a maioria das criaturas dirigiu-se directamente para o cubo, como o próprio afirma:

82 T. L.: “[Evolved Virtual Creatures is a] research project involving simulated Darwinian evolutions of virtual block creatures. A population of several hundred creatures is created within a supercomputer, and each creature is tested for their ability to perform a given task, such as the ability to swim in a simulated water environment. Those that are most successful survive, and their virtual genes containing coded instructions for their growth, are copied, combined, and mutated to make offspring for a new population. The new creatures are again tested, and some may be improvements on their parents. As this cycle of variation and selection continues, creatures with more and more successful behaviors can emerge.” (Sims, 1994b)

Os resultados mais interessantes muitas vezes ocorreram quando ambas as espécies descobriram métodos para alcançar o cubo e ainda mais quando evoluíram para estratégias para contrariar o adversário. Algumas criaturas empurraram o seu oponente para longe do cubo, algumas moveram o cubo afastando-o da sua posição inicial e depois seguiram-no, outras simplesmente cobriram o cubo para bloquear o acesso ao seu oponente. (Sims, 1994a:36)⁸³

Desta forma, estas criaturas, mesmo que se possa argumentar que são desprovidas do que possamos chamar de livre arbítrio, desenvolvem comportamentos como mover objectos ou, no limite, empurrar outras criaturas para atingirem o seu fim. Tais comportamentos, que têm impacto directo no seu meio envolvente, não são pré-programados, ou melhor, não são pré-definidos, eles consistem no resultado de uma série de ilações embrenhadas na complexidade do “código genético” destas criaturas surpreendendo, inclusive, o seu próprio criador. Por conseguinte, o sentido clássico da artificialidade do seu comportamento, bem como da sua evolução, é posto em causa, quando ambos os sistemas, comportamental e evolutivo, não mais dependem da acção humana para serem iniciados, controlados ou mantidos. Estes objectos perdem, assim, o seu carácter puramente mecânico e artificial pelo modo como existem, ou seja, pela sua individuação no sentido biológico, o que acontece precisamente pela concretização proveniente da sua evolução. Evolução esta que os torna mais indivisíveis, mais plurifuncionais, mais autónomos, mais complexos e por isso menos controláveis.

5. Prognósticos e (in)definições

Se tomarmos em conta a evolução exponencial desta nova tecno-espécie, provavelmente, e em breve, um comportamento, de facto, inteligente pode vir a ser gerado por uma entidade não humana. Perante este prognóstico, urgem questões como por que não regular ou mesmo parar a evolução desta espécie de modo a que a supremacia humana não seja abalada? Simondon afirmou que “o desejo de poder consagra a máquina como meio de supremacia” (Simondon, 1958), o que significa que numa tecnocracia quem tiver a melhor máquina ou, no caso da sociedade tecnologicamente mediada, quem tiver o algoritmo mais eficiente deterá o poder. Facto este que transforma o nosso desejo de poder no alimento para a evolução

⁸³ T. L.: “The most interesting results often occurred when both species discovered methods for reaching the cube and then further evolved strategies to counter the opponent’s behavior. Some creatures pushed their opponent away from the cube, some moved the cube away from its initial location and then followed it, and others simply covered up the cube to block the opponent’s access.” (Sims, 1994a:36)

destas entidade, pois o galgar das entidades humanas nas suas hierarquias de poder é literalmente “maquinado” por entidades não humanas que, por sua vez, perante o investimento na sua evolução, tendem a tornar-se mais autónomas.

Hoje, estas entidades, cada vez mais autónomas, estão embrenhadas nos nossos ambientes, nos nossos sistemas e também nas nossas decisões ou, por outras palavras, estão embrenhadas tanto na governação das nossas vidas como na nossa liberdade de escolha. Aliás, se observarmos o nosso quotidiano, verificamos que o modo como procuramos a informação é guiado pelo algoritmo do Google, as nossas relações sociais pelo algoritmo do Facebook, temos algoritmos que reconhecem as nossas faces através de qualquer captor de imagem, e podemos ir mais longe, temos entidades como bots que decidem mais rápido do que nós, por exemplo, quais acções comprar nas bolsas condicionando o nosso sistema económico, e emergem, também, sistemas como o CRUSH desenvolvido para identificar, através de estatísticas e probabilidades, futuros criminosos. Perguntamos, então, se estes algoritmos a que(m) tanto confiamos, apesar de serem estruturas matemáticas, agem de um modo neutro ou imparcial⁸⁴. Ou, ainda, se são escravos do seu criador ou se, porventura, com a sua crescente evolução, caminham para uma moral própria alheia à moral humana. Relembramos que a tecnologia digital nasceu com a promessa de vir a ser um cérebro mundial que traria um futuro de harmonia, graça e beleza, um futuro que iria libertar os humanos da burocracia, da alienação e do trabalho, um futuro dotado de uma super-inteligência que iria calcular a resolução dos problemas da humanidade e, ainda, se constituir enquanto enciclopédia universal aberta a todos, num espaço laico e sem dono.⁸⁵ Enfim, o retorno ao velho sonho iluminista em que a ciência nos traria o fim da dúvida e não mais necessitaríamos de uma mediação entre nós e o mundo, pois este revelar-se-ia pela linguagem exacta da matemática. Despertos deste sonho falido, percebemos que estas entidades têm um carácter objectivo proveniente da lógica, mas também um carácter subjectivo proveniente do controlo, sendo que é cada vez mais indefinido quem, de facto, define a sua moral, se somos nós ou, eventualmente, eles próprios. Aliás como perguntam Barocas et al., “será que vamos perder a nossa moralidade ao dispormos dos algoritmos?” (Barocas et al., 2013:7).⁸⁶

Aldous Huxley ao ser entrevistado por Mike Wallance, em 1958, referiu quem “toda a tecnologia é em si moral e neutra”. Quando foram proferidas estas palavras, apesar de visionário, Huxley referia-se à possibilidade do uso indevido da tecnologia. No entanto, abordar a tecnologia como um objecto totalmente artificial que

84 Cf. “Is there such a thing as algorithmic neutrality or impartiality? Or is such neutrality necessarily illusory? Why might the public desire “neutral” or “impartial” algorithms? What values animate the urge for such neutrality? Fairness? Justice?” (Barocas et al., 2013:7)

85 Conforme o poema de Richard Brautigan (Brautigan, 1967)

86 T. L.: But in predicting more and more of our interests, will algorithms start to change them? Will we lose control of our own morality by relying on algorithms? (Barocas et al., 2013:7)

responde exclusivamente à vontade humana parece, então, constituir-se num como um pensamento obsoleto. Não questionamos que na sua génese estes mecanismos foram criados como dispositivos para tornar uma acção mais eficiente fosse ela moral ou imoral e que, também, muitos destes mecanismos estão, de facto, ao serviço dos “disciplinadores do mundo”. Contudo, com o caminhar dos objectos técnicos para um modo de existência vemo-nos obrigados a abandonar um olhar antropocêntrico de modo a assimilarmos uma evolução que embora se dê a partir de sistemas artificiais, tem vindo a adquirir características biológicas e que pode vir a originar formas avançadas de inteligência diferenciadas da humana, bem como, a gerar formas de moral alheias à nossa. Embora possa parecer algo prematuro falar-se de inteligência avançada ou de outras formas de moral, por ser do senso comum que os algoritmos ainda não detêm consciência, como alerta Huxley, na mesma entrevista, ao desenvolver a sua leitura sobre os avanços tecnológicos:

O que fortemente sinto é que não devemos ser apanhados de surpresa pelos nossos próprios avanços tecnológicos o que acontece vezes sem conta na história com a tecnologia a avançar e a mudar as condições sociais e de repente as pessoas vêem-se numa situação que elas não previram e a fazer uma série de coisas que na realidade não queriam fazer. (Huxley, 1958)⁸⁷

Por conseguinte, numa sociedade tecnologicamente mediada manter a reflexão apenas no plano do “que são” ou “o que fazem” os algoritmos parece tornar-se cada vez mais insuficiente, perante a necessidade de se questionar, de facto, “quem são” os algoritmos. Ou seja, torna-se urgente uma tomada de consciência dos modos de existência desta tecno-espécie que se encontra embrenhada em praticamente todos os nossos sistemas governamentais e com comportamentos que, cada vez mais, fogem ao nosso controlo. Como refere Sims, “é muitas vezes difícil construir entidades virtuais interessantes ou realísticas e ainda manter o controlo sobre elas” (Sims, 1994:1)⁸⁸, e se o caminho parecer ser em direcção a entidades algorítmicas, que nos governam, cada vez mais interessantes e realísticas, como declara Haraway “saber o que os ciborgues serão é uma questão radical; respondê-la é uma questão de sobrevivência” (Haraway, 1991:43).

87 T. L.: “What I feel very strongly that we mustn’t be caught by surprise by our own advancing technology this is happen again and again in history with technology is advancing and changing social condition and suddenly people found themselves in a situation which they didn’t foresee in doing all sorts of things they didn’t really want to do.” (Huxley, 1958)

88 T. L.: “it is often difficult to build interesting or realistic virtual entities and still maintain control over them.” (Sims, 1994:1)

Referências

- Barocas, S.; Hood, S. & Ziewitz, M. (2013). "Governing Algorithms: A Provocation Piece". In *Governing Algorithms*, Universidade de Nova Iorque, Nova Iorque, 15-16.05.2013. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2245322 [última consulta: 29.10.2015].
- Brautigan, R. (1967). *All Watched over by Machines of Loving Grace*. <https://www.youtube.com/watch?v=6zlsCLukG9A> [última consulta: 29.10.2015].
- Campos, J. L. & Chagas, F. (2008). "Os Conceitos De Gilbert Simondon Como Fundamentos Para O Design". <http://www.bocc.ubi.pt/pag/campos-jorge-chagas-filipe-conceitos-de-gilbert-simondon.pdf> [última consulta: 16.10.2015].
- Chorão, J. B. (1998). *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Deleuze, G. (1990). "Post-Scriptum Sur Les Sociétés De Contrôle". *L 'autre journa*, no. 1, Maio, 1990. http://aejcpp.free.fr/articles/controle_deleuze.htm [última consulta: 27.10.2015].
- Dorin, A.; McCabe, J.; McCormack, J.; Monro, G. & Whitelaw, M. (2012). "A Framework for Understanding Generative Art". *Digital Creativity* 23, no. 3-4: 239-259.
- Haraway, D. J. (1991). "Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista No Final Do Século XX" In *Antropologia do Ciborgue: As Vertigens do Pós-Humano*, editado por Tomaz Tadeu, traduzido por Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- Goffey, A. (2008). "Algorithm". In *Software Studies: a Lexicon*, editado por Matthew Fuller. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Gottfredson, L. S. (1994). "Mainstream Science on Intelligence: An Editorial with 52 Signatories, History, and Bibliography". *Wall Street Journal*. In *Intelligence U*, no. I: 13-33, 1997. <https://www.udel.edu/educ/gottfredson/reprints/1997mainstream.pdf> [última consulta: 28.08.2015].
- Governing Algorithms. (2013). *Governing. Governing Algorithms - a Conference on Computation, Automation, and Control*, Nova Iorque. <http://governingalgorithms.org/> [última consulta: 29.10.2015].
- Huxley, A. (1958). "Mike Wallace Entrevista Aldous Huxley". Editado por Mike Wallace. https://www.youtube.com/watch?v=Tg4vZrv_cRI [última consulta: 29.10.2015].

Introna, L. D. (2013). "Algorithms, Performativity and Governability". In *Governing Algorithms* Universidade de Nova Iorque, Nova Iorque, 15-16.05.2013. <http://governingalgorithms.org/wp-content/uploads/2013/05/3-paper-introna.pdf> [última consulta: 09.10.2015].

Miranda, J. A. B. (1997). "O Controlo Do Virtual."

Miranda, J. A. B. 2001. "Controlo e Paixão." *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, no. 1, 2001.

Musiani, F. (2015). "Governance by Algorithms." *Internet Policy Review, Journal on internet regulation* Volume 2, no. 1 Issue 3. <http://policyreview.info/articles/analysis/governance-algorithms> [última consulta: 29.10.2015].

Simondon, G. (1958). "Do Modo De Existência Dos Objetos Técnicos". Nada, traduzido por Pedro Peixoto Ferreira, Lisboa, 2008. <https://cteme.wordpress.com/publicacoes/do-modo-de-existencia-dos-objetos-tecnicos-simondon-1958/introducao/> [última consulta: 29.01.2015].

Sims, K. (1994). "Evolving Virtual Creatures." *Computer Graphics*, 1994: 15-22. <http://www.karlsims.com/papers/siggraph94.pdf> [última consulta: 15.20.2015].

Sims, K. (1994a). "Evolving 3d Morphology and Behavior by Competition." *Artificial Life IV Proceedings*, 1994: 28-39. <http://www.karlsims.com/papers/alife94.pdf> [última consulta: 15.20.2015].

Sims, K. (1994b). "Evolved Virtual Creatures" <http://www.karlsims.com/evolved-virtual-creatures.html> [última consulta: 15.20.2015].

Stiegler, B. (1994). *Technics and Time, 1: The Fault of Epimetheus*. Translated by Richard Beardsworth and George Collins. Stanford, California: Stanford University Press, 1998.

Transmediale. (2015). *Capture All*, Berlim. <http://transmediale.de/capture-all> [última consulta: 29.10.2015].

PARTE III
ATIVISMO EM REDE E ESTRATÉGIA DOS MEDIA

DE UMA TEIA A UMA REDE: SLUTWALK PORTUGAL NAS REDES SOCIAIS ONLINE

Rui Vieira Cruz⁸⁹, Carla Cerqueira⁹⁰ e Anabela Santos⁹¹

“The key to social engineering is influencing a person to do something that allows the hacker to gain access to information or your network”.

Kevin Mitnick – *The Art of Deception*

Introdução

A agregação de indivíduos em torno de movimentos visa gerar um grupo capaz de influenciar atitudes e comportamentos, modelando assim os sistemas sociais (Tonnie, 2002). Esta ação de engenharia social consiste em i) criar uma ideia, ii) proceder à sua disseminação e iii) fazer com que outros indivíduos a adotem. Diferentes formas de engenharia social criam uma finalidade assente numa ideia (engenharia social utópica) ou em combater um pressuposto que visa alternar no sistema social (engenharia social fragmentada) (Popper, 1966). Os movimentos sociais unem estas duas formas de engenharia social ao conferir i) uma identidade ao protesto, ii) um princípio de oposição (a mensagem) e um iii) princípio antagónico contra o qual se manifestam, enquadrando um elemento de totalidade pelo qual tentam controlar a narrativa histórica, suscitando o interesse dos restantes elementos (Touraine, 1977, 2007). As ações de mobilização pretendem angariar membros, aceder às suas redes (pessoais e sociais), e utilizá-los como elementos que catalisem e despertem o interesse de outros indivíduos.

89 Rui Vieira Cruz é mestre em Sociologia - ramo de especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais - pela Universidade do Minho e em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Brasil (IPT-SP), no qual desenvolveu um projeto que cruzou nanotecnologia e sectores de aplicação, em especial no sector energético. É atualmente doutorando em Sociologia e membro do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA. UMinho) e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Os seus interesses de investigação focam-se nos estudos de Ciência e Tecnologia, modelos schumpeterianos endógenos de inovação, ciclos de negócios, planeamento estratégico, sistemas de transferência de conhecimento/tecnologia, gamification, e práticas culturais de consumo, em particular na literatura, no cinema, nas séries televisivas e nos videojogos. Tem também trabalhado sobre netativismo, análise de redes sociais, debates públicos na esfera online e acções de protesto em grupos sociais, como a SlutWalk.

90 Carla Cerqueira é doutorada em Ciências da Comunicação - especialidade de Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho. Atualmente é bolseira de pós-doutoramento em Ciências da Comunicação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com um projeto que cruza a cobertura jornalística dos temas de género com as estratégias de comunicação das ONG da área da cidadania e igualdade de género. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), onde tem estado envolvida em projetos e iniciativas na área dos estudos de género, diversidade e média. É também nestas áreas que tem publicado em livros e revistas nacionais e internacionais, orientado teses e organizado os mais diversos eventos científicos. Das suas mais recentes publicações destacam-se o livro *De outro género: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo* (2014), do qual é co-autora e *Gender in Focus: (new) trends in media* (2016) do qual é co-editora. É também Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto.

91 Anabela Santos é bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, frequentando atualmente o Programa Doutoral FCT em “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade” (CECS-Universidade do Minho). Faz parte da coordenação do Grupo de Trabalho de Género e Sexualidades da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (GT-G&Ss/SOPCOM). Os seus principais interesses de investigação incluem os estudos feministas dos média, os estudos críticos dos animais, a teoria queer e as teorias anarquistas. É ativista feminista, bem como participa no movimento anti-especista e no movimento LGBTQIA+.

Movimentos como “Geração à Rasca” ou “Que se Lixe a Troika”, nascidos e fomentados através das redes virtuais (Loureiro, 2011) ganharam dinamismo online, promoveram debates no espaço público, criando uma cultura e uma marca identitária própria (Soeiro, 2014). Numa ação de branding - i.e., atribuição de um cunho próprio e reconhecível de forma a angariar utilizadoras/es -, estes movimentos produziram um sentido de comunidade, sendo (quase) simultaneamente emissores e recetores de uma ideologia partilhada.

As redes sociais online (SNS) têm contribuído para a constituição de redes sociais⁹² (Cole, 2011; Young & Whitty, 2010) e para fomentar espaços de participação e de ativismo político. Plataformas como o Facebook ou o Twitter reforçam o social networking no qual há um objetivo de agregação para uma causa e atuam como esfera pública digital (Valtýsson, 2012). As ações de protesto destes novos coletivos informais (Greenwald, 2008) são, numa fase inicial, marcadas pela reduzida cobertura noticiosa por parte dos média tradicionais, não sendo geralmente através deles que os indivíduos tomam conhecimento dos movimentos (Anduiza, Cristancho & Sabucedo, 2014; Loureiro, 2011). Também a ausência das organizações não-governamentais aquando da sua formação (Vromen, Xenos & Loader, 2015; Vromen, 2015) levanta questões relativas à criação das redes que os constituem e os modos como estes protestos transitam para as ruas.

A sua complexidade faz com que as redes sociais (online) se comportem e evoluam como um organismo vivo (Rosnay, 2000). Ao longo do tempo, determinadas funcionalidades são acrescentadas e outras são eliminadas, o que altera a forma como a administração e a base de utilizadores interagem com e dentro da rede (Frank & Heikkila, 2001). Esta pluralidade reflete-se em diversas transformações: determinadas comunidades internas da rede podem assumir, em períodos de tempo específicos, a centralidade e o controlo através do domínio das ferramentas de disseminação de informação, dando origem a líderes de opinião (Frank & Heikkila, 2001; Rogers & Bhowmik, 1970; Rogers, 1995; Salah, A.A., Manovich, L., Salah, A.A., Chow, 2013). Os trabalhos centrados nas organizações formais demonstram a importância de líderes de opinião e influencers (Bakshy, Karrer, & Adamic, 2009; Srivastava & Moreland, 2012) na construção de movimentos sociais (Barker, 2004; Sen, 2012), enquanto estes coletivos informais (Greenwald, 2008), atuam nas redes sociais online de forma similar ao boca-a-boca para propagar a mensagem (Oh, Susarla & Tan, 2008; Susarla, Oh & Tan, 2010), conduzindo a diferentes níveis de popularidade (Lee & Kim, 2014; Motohashi, Lee, Sawng & Kim, 2012). Todavia, as redes não são necessariamente coesas. Enquanto uma rede social se modifica de acordo com os objetivos pretendidos,

⁹² A menção a “rede social” enquadra-se na teoria das redes sociais. “Rede social online” (social network sites - SNS) corresponde a diferentes sites de partilha de conteúdos, tais como o Facebook, o Twitter, o Instagram e o LinkedIn (Rieder, 2013; Waite & Bourke, 2013; Young & Whitty, 2010).

uma teia⁹³ demonstra uma coesão tendo em vista uma finalidade, na qual os indivíduos criam significados (Francisco, 2011). Uma rede é volátil, uma teia é resistente. Uma rede possui um longo alcance, geralmente composta por laços fracos, uma teia possui um curto alcance e é geralmente composta por laços fortes.

Neste estudo cruzamos a relevância académica e social da temática e pretendemos dar uma contribuição para a forma como coletivos informais da sociedade civil - neste caso a SlutWalk - se organizam em rede para a difusão de informação, atendendo às especificidades do contexto português.

SlutWalk: origem e desenvolvimento de um movimento transnacional

A SlutWalk é um movimento transnacional que surgiu a partir de um protesto contra a culpabilização das vítimas de violência sexual e em defesa da auto-determinação das mulheres sobre os seus corpos. Foi impulsionada pela ocorrência de diversos casos de violência sexual de mulheres na Universidade de Toronto, no Canadá, após os quais, numa conferência na faculdade de Direito, um polícia, Michael Sanguinetti, referiu que as mulheres deviam evitar vestir-se de forma provocante (como sluts) para não serem violadas (Carr, 2013). Este comentário teve repercussão no meio online, com a criação de contas de Twitter, de Facebook e de um website (Mendes, 2015), tendo aparecido seguidamente em diversos média tradicionais (McNicol, 2012). Gerou uma espontânea onda de protesto⁹⁴: enquanto as estimativas iniciais apontavam para 100-300 pessoas nas ruas, no dia 3 de abril de 2011, a SlutWalk Toronto, organizada em torno do tema “Because We’ve Had Enough”, mobilizou entre mil e três mil pessoas (Dow & Wood, 2014: 22) e rapidamente se internacionalizou para diversas partes do mundo (Name & Zanetti, 2013). Eram sobretudo jovens que perfilhavam ideais feministas, que não estavam organizadas em movimentos e grupos de atuação, mas que queriam trazer para a discussão pública a mensagem impulsionada por este movimento (Name & Zanetti, 2013; Mendes, 2015).

Em 2011, foi alargada a 40 países e a 200 cidades (Carr, 2013), afirmando-se como um movimento que transcende a sua inscrição espacial ou territorial. Começou através dos meios de difusão digitais, com a utilização do Facebook, do Twitter e do email. Porém, passou rapidamente do mundo online para o mundo offline, levando várias pessoas e coletivos feministas às ruas. Nesse ano, Portugal também se juntou à vaga de indignação, através da organização da SlutWalk Lisboa e da SlutWalk Porto,

93 Uma teia atua como um protocolo de acesso (e.g., World Wide Web), que permite aceder a uma rede mais ampla (e.g., Internet) (Zhao, Liu, & Wang, 2007).

94 Para aprofundar a origem do movimento ler McNicol (2012).

sendo que o movimento também ficou conhecido como Marcha das Galdérias. Na página do movimento⁹⁵, refere-se os princípios que estão na sua base:

a recusa da culpabilização das vítimas de violência sexual e de género;
a recusa da vergonha pela afirmação da auto-determinação sexual de cada pessoa; a recusa dos moralismos sobre as várias expressões de sexualidade e não-sexualidade existentes, desde que exercidas com o consenso de todas as pessoas envolvidas.

Portanto, ao sublinhar a necessidade de ressignificação do termo “slut” (galdéria, desavergonhada, puta, descarada, vadia, badalhoca, fácil), este movimento assume uma “reivindicação sociopolítica de apropriação do discurso, do corpo, da cidadania e dos espaços” (Oliveira, 2013: 9).

Como Butler (1997: 2) refere, “language does make us vulnerable, but calling someone by an injurious name can also create a condition for linguistic agency”. É nesta ótica que a SlutWalk se posiciona como um movimento subversivo que recorre à apropriação do discurso para combater o controlo social dos corpos, nomeadamente das mulheres, e para sublinhar que a sexualidade é política.

Despite my mother’s advice – exemplified in the title of this book (“nothing bad happens to good girls”) – we know that in fact many bad things happen to ‘good girls’. And, some women refuse to constrain their lives to be good girls in spite of frequent admonitions. Furthermore, it seems that fearless women are considered bad girls because they challenge prevailing power structures (Madriz, 1997: 162).

Um dos mecanismos mais significativos no controlo social das mulheres é, justamente, o medo de serem vítimas de um crime, o que as condiciona na ação; contudo, é mascarado, muitas vezes, através das regras de conduta existentes. Essa consciência social sobre os códigos perfor(nor)mativos obsta o exercício da cidadania plena.

O movimento SlutWalk traz, portanto, para o debate alguns “problemas públicos” (Gusfield, 1981; Babo-Lança, 2006). “Constituiu-se, assim, como um movimento altamente expressivo enquanto difusor de liberdades e de questionamento das normatividades físicas e simbólicas, assegurado por frentes de atuação que buscam unir múltiplas formas de expressão da mulher: de género, sexo, raça, idade, classe social, educação e interesses” (Tomazetti & Brignol, 2015: 9). Este posicionamento remete-nos para a complexidade dos feminismos na contemporaneidade, bem como para a necessidade de incorporação de uma perspetiva interseccional. A SlutWalk é

⁹⁵ <https://slutwalklisboa.wordpress.com/category/manifesto/>

considerada uma forma de protesto feminista, a qual obteve diversas, e em alguns casos contraditórias, reações⁹⁶ (Vallenti, 2011; Dow & Wood, 2014: 22)[5]. Para Gomes e Sorj (2013: 438), trata-se de um movimento que provoca continuidades e descontinuidades no que diz respeito ao feminismo, uma vez que se trata de um movimento global, que é incorporado localmente mediante as especificidades de cada país e coletivo organizador. Aliás, atualmente os feminismos não podem ser encarados como um movimento monolítico (Genz & Brabon, 2009; Mendes, 2015) e disso a SlutWalk é um exemplo marcante, que implica equacionar o que são os feminismos de terceira vaga, o pós-feminismo, a violência de gênero e a cultura de estupro (Mendes, 2015).

Redes sociais e Difusão de Inovações

As redes sociais online são canais, espaços e plataformas, caracterizados pela sua espontaneidade, gratuidade, rápido acesso e fácil gestão (Dalgren, 2013), características que se estendem como suporte de determinadas lutas, possibilitando a sua expansão e fortalecimento. As SNS incorporam, assim, a função de social web, conferindo um sentido relacional a um objeto técnico. Permitem experiências de ativismo mais livres, bem como potenciam o intercâmbio entre coletivos (Ureta, 2005). Estas SNS fomentam a criação de smart mobs (Rheingold, 2009) centradas na auto-organização e na participação cidadã (ao invés de instituições) e promovem uma arquitetura de rede peer-to-peer, ou seja, incentivam a que todos os indivíduos interajam com os outros:

Smart mobs consist of people who are able to act in concert even if they don't know each other. The people who make up smart mobs cooperate in ways never before possible because they carry devices that possess both communication and computing capabilities. Their mobile devices connect them with other information devices in the environment as well as with other people's telephones (Rheingold, 2002: 9).

Estes coletivos são, portanto, encarados como uma arena pública de mediação de espaços públicos, configurando uma arqueologia em rede na qual convivem diversas plataformas de comunicação e de interação que requerem a utilização de estratégias comunicacionais direcionadas e articuladas com os diversos públicos (Cerqueira, 2015). Esses espaços públicos-políticos de ação e de deliberação (Arendt, 1986) são utilizados por diversos grupos enquanto espaços estratégicos de produção de discursos de causas comuns e atuam como uma contra-esfera pública (Fraser, 1990) ou

esfera pública contra-hegemónica (Esteves, 2007) para explicar em que medida estes espaços permitem a discussão pública de determinadas problemáticas sociais, neste caso a violência de género e a cultura de estupro. Trata-se de uma comunidade (trans) nacional que não se baseia unicamente na presença física, mas tem também uma presença assídua nas redes sociais online. É nestes espaços que se procura afirmar e reivindicar a ideia de que a cidadania (também) é sexual.

As redes sociais online comportam amplas vantagens, já que assentam na multidirecionalidade. Por exemplo, no Twitter, pode-se “seguir” alguém e não ser seguido. No Facebook, uma relação é assente na bidirecionalidade (eu sigo e sou seguido), ou em apenas ser seguidor de uma página ou comunidade. Isto permite que indivíduos criem, partilhem e publiquem conteúdos e enseja uma interação entre eles dentro de um espaço (formalmente) controlado pela organização (e.g. administração ou moderação).

Para atrair seguidores são criadas certas dinâmicas para instigar o seu interesse, assente num conjunto de preceitos. O modelo de difusão de inovações (DoI) revela um conjunto linear de informação desde a criação de um produto ou ideia até à sua implementação (Rogers, 1995): i) conhecimento, ii) persuasão, iii) decisão, iv) implementação e v) confirmação. Se por “conhecimento”, a primeira das fases do DoI, entende-se o despertar do público para a ideia, a “persuasão” consiste em fazê-lo ganhar real interesse. As duas primeiras fases tendem, por conseguinte, a encarar o público como um recetáculo de informação; os três restantes processos consistem em elementos que incentivam uma ação mais próativa. A “decisão” é, portanto, o processo de avaliação realizado pelo indivíduo, sendo que este aceitará ou rejeitará a inovação. Seguidamente, a “implementação” é a fase de teste/tentativa, cabendo à “confirmação” a adoção integral da ideia. Neste procedimento são definidos cinco tipos de públicos: i) inovadores; ii) os primeiros a adotar; iii) a maioria inicial; iv) a maioria tardia; e v) retardatários (laggards). A taxa de utilização dos diferentes recetores determina o ritmo de implementação e aceitação das ideias.

Para a definição de um público, a criação de uma rede fechada a elementos externos (e.g., criação de um grupo fechado no Facebook ao invés de uma página aberta) favorece um sistema homófilo (Rogers & Bhowmik, 1970), no qual apenas os elementos internos podem participar, promovendo uma elevada coesão e laços fortes (Granovetter, 1983). Ações como difusão de ideias (ou contágios sociais⁹⁷) podem estar comprometidas porque se alastram apenas dentro de determinado grupo, sem atingir os restantes: “Social positions that are similar to one another are “proximate” within a dimension of social life, which implies a greater likelihood of social contact

97 Exemplos de contágios sociais: ideias, notícias, rumores, informações de emprego (Dunbar, 2004).

between their members than with members of more “distant” positions” (Centola, 2015: 1299)

O princípio de homofilia assenta, por isso, numa premissa elementar: ‘o que gostamos, atraí-nos’. Por isso, tendemos a interagir com os indivíduos que partilham características sociais similares (Shriver, Nair, & Hofstetter, 2013). Quando a homofilia é forte, o alcance (i.e., a distância dos laços) é restrito, ou seja, os indivíduos não procuram relações fora da sua rede próxima e fortalecem os seus laços (Kramer, Guillory & Hancock, 2014; Lussier, Raeder & Chawla, 2010). A criação de grupos fechados (e.g. comunidades) contribui para o aparecimento de líderes de opinião (Vanderslice, 2000), isto é, de um núcleo de indivíduos que se constituem como especialistas no debate das temáticas em causa. Embora o debate interno possa ser feito de forma horizontal, a sua relação com os membros externos é feito de forma vertical, na qual apoiantes externos à rede só tomam conhecimento das propostas e iniciativas ao fim de estas terem já sido previamente discutidas e aprovadas, o que regularmente fomenta espirais de silêncio dos membros não-ativos (Ho, Chen & Sim, 2013; Lee & Kim, 2014; C. A. Lin & Salwen, 1997).

A propagação de conteúdos através das redes sociais (online) permite à base de utilizadores acompanhar organizações ou indivíduos com os quais não têm necessariamente de partilhar ideais e objetivos; podem entrar num grupo tendo apenas curiosidade, criando, assim, um sistema heterófilo assente em laços fracos (Granovetter, 1983, 1992). Estes aceleram a propagação de ideias e de comportamentos, permitem abranger outros grupos e, por isso, constituem laços mais extensos/longos. As vantagens competitivas de um sistema heterófilo incidem na capacidade de criar bases de propaganda de larga escala e na possibilidade de favorecer uma comunicação horizontal entre os elementos responsáveis pela página (i.e., a organização) e os seus membros. Por outro lado, uma vez que é uma página acessível a todas/os, o nível de ruído aumenta através da participação de membros que podem discordar das ações empreendidas ou que não se identificam e/ou contestam o movimento. Se a rede apresentar uma fraca consolidação⁹⁸ e uma reduzida estrutura, este facto indicará que os indivíduos apresentam diferenças consideráveis entre si e podem não estar dispostos a adotar a nova ideia/inovação (Centola, 2015).

Os efeitos promovidos para gerar ressonância da ideia são distintos entre redes heterofilas e redes homofilas. Se, por um lado, a expansão da rede permite aumentar as adesões e potenciar a visibilidade pública da mensagem, mantê-la em formato reduzido possibilita controlar o fluxo da mensagem.

⁹⁸ ‘Consolidação’ é a correlação entre os vários traços dentro de uma população. Se o sexo estiver altamente correlacionado com o rendimento, ao sabermos o sexo do indivíduo podemos prever o seu rendimento. Numa estrutura de rede altamente consolidada, ao sabermos uma das características conseguimos prever todas as restantes (Centola & Baronchelli, 2015; Centola & Macy, 2015).

Metodologia

Para este estudo exploratório foram selecionadas cinco ações de protesto (duas em Lisboa e três no Porto) e o período de seriação temporal incidiu entre a semana anterior e a semana após a realização das marchas SlutWalk. As marchas de 2011 ocorreram a 25 junho em Lisboa (cujo período analítico decorreu entre 19 de junho e 1 de julho, resultando em 121 posts); e a 13 agosto no Porto (5 a 19 de agosto, atribuindo 69 posts). Em 2012, as ações de protesto foram realizadas a 30 junho (Porto) e a 1 julho (Lisboa) (com a seriação de 29 posts entre 24 de junho e 7 de julho). Em 2015, a SlutWalk Porto ocorreu a 11 de julho (seleção no período entre 5 e 17 de julho 2015, com 4 posts). Durante o período das 5 ações⁹⁹ de protesto portuguesas, a página da causa SlutWalk produziu 223 posts. Num total de 223 notificações, nenhuma possuía referência direta ao movimento SlutWalk Portugal, Porto ou Lisboa, nos anos de 2011 e 2012. Em 2015, a SlutWalk (Internacional) promoveu no seu espaço a página da SlutWalk Porto, tendo originado 13 likes.

À luz do modelo de difusão de inovações identificamos o grupo criador do movimento SlutWalk como ‘inovadores’ e as/os ativistas portuguesas/es criadoras/es da rede SlutWalk Porto e Lisboa como os ‘primeiros a adotar’. Nesta linha, a ‘maioria (inicial e tardia)’ foi composta pelos indivíduos que posteriormente integraram, participaram ou que tomaram conhecimento anteriormente aos eventos, sendo que os ‘retardatários’ se referem aos indivíduos que tomaram conhecimento do movimento após a realização dos eventos, através da divulgação efetuada pelos média tradicionais ou nas redes sociais online.

Slutwalk Portugal em 2011 e 2012: a formação de uma teia

De acordo com o enquadramento do modelo de difusão de inovações e as suas fases de operacionalização, especialmente o ‘conhecimento’, a ‘persuasão’, a ‘decisão’ e a ‘implementação’, analisamos as estratégias de difusão e transmissão de conteúdos. Na primeira fase - o ‘conhecimento’ -, enquanto o grupo SlutWalk Toronto deu a conhecer o movimento e ações de protesto a partir da hashtag SlutWalk, os coletivos portugueses não contribuíram para a ampliação do sinal. Esta dupla característica - i.e., estar onde o público está e estar onde os promotores/”inovadores” estão – exige uma presença múltipla nas redes. Uma vez que em Portugal a presença das/os utilizadoras/es é maior no Facebook (Marktest, 2014) e que a rede SlutWalk Internacional obteve uma maior expressão no Twitter, a presença otimizada (de acordo com o ótimo de

⁹⁹ O hiato temporal 2013-2014 justifica-se pelo facto de não terem ocorrido marchas SlutWalk nesses dois anos em ambas as cidades.

Pareto¹⁰⁰) seria nas duas redes, com conteúdos em formatos diferenciados, nos quais o reforço de conteúdos numa rede não implicaria a diminuição da presença na outra.

Ao centrar-se nos públicos, o processo decisório passa por aferir quem está disposto a investir na participação direta (i.e., na organização dos eventos) e quem está somente disponível para promover a rede (através de likes, comentários, partilhas e participação nos eventos). Cabe à ‘implementação’ a manifestação nas atividades, neste caso em particular as marchas.

Quando os coletivos definiram internamente o tipo de página (aberta/pública ou fechada) construíram de forma automática (consciente ou inconscientemente) o tipo de participação e o tipo de rede que iriam formar. Nos anos de 2011 e 2012, as organizações da SlutWalk Porto e SlutWalk Lisboa optaram pela criação de grupos fechados no Facebook – uma rede social online marcadamente indireta (Zuo, Blackburn, Kourtellis, Skvoretz & Iamnitchi, 2014), contrariando o esquema de divulgação original do movimento SlutWalk Toronto, promovido através de redes sociais diretas como o Twitter (Henning et al., 2014). O acesso de novos elementos a um grupo fechado manifesta-se por um convite para integração, que pode ou não ser aceite por um conjunto restrito de membros da administração, cabendo aos responsáveis do grupo fechado incluir ou excluir os indivíduos da rede. Esta estratégia de homofilia na formação de uma teia dentro da rede permite um foco na horizontalidade da discussão interna, que resultará na constituição de um leque de especialistas que lidam com a comunicação do evento SlutWalk, atribuindo consistência à mensagem. Uma outra característica demonstrativa da homofilia da rede consiste na diferenciação dos espaços online e no facto de ter recorrido à SNS do Facebook como um grupo de trabalho, deixando a divulgação para a plataforma do website ou através dos perfis individuais das/os promotoras/es, o que limitou a extensão da rede.

¹⁰⁰ O ótimo de Pareto consiste num sistema de alocação de recursos em que são melhoradas as condições de alguns indivíduos sem piorar as condições dos restantes. Neste caso, consiste em melhorar a presença numa rede sem reduzir a presença nas restantes.

Slutwalk Portugal 2015: a formação de uma rede

Os movimentos portugueses da SlutWalk procederam a alterações na forma como divulgaram a mensagem, beneficiando de novas opções que as redes sociais online possibilitaram. Enquanto numa primeira fase (2011 e 2012) o website foi utilizado como elemento central de promoção (juntamente com a página da Wikipedia) e o Facebook como espaço de debate e discussão pelos coletivos (Lisboa e Porto), esta configuração alterou-se, em 2015, através de diversas formas de integração de redes sociais (Facebook e Twitter). Com a criação de uma página comunitária aberta, o grupo SlutWalk Porto reestruturou a sua rede, tendo transitado do modelo indireto para o direto, pelo que se tornou possível a qualquer membro registado (inter)agir com o movimento sem ser necessária a sua prévia aceitação por parte de um quadro de administradores.

Em 2015, a página SlutWalk Porto foi promovida pela SlutWalk (Internacional), gerando a 13 interações, compostas inteiramente por likes, mas nos quais 11 das/os utilizadoras/es não participaram mais na rede durante o período analisado, recaindo a participação regular sobre 2 membros da rede (imagem 1).

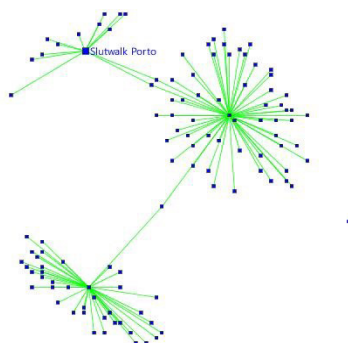


Imagem 1. Menção da rede SlutWalk Porto no perfil SlutWalk (Internacional)

Para o mesmo período de tempo, a estratégia de comunicação do grupo Slutwalk Porto com os seus membros (gráfico 1) passou por criar um ciclo de promoção e informação para incentivar o evento, dando origem a 220 interações. Contudo, os dias 7 e 8 de julho não possuíam quaisquer interações, quebrando o ciclo de notificações da ação de protesto do dia 11 de julho. De registar que os picos de notificações não ocorreram anteriormente à realização da marcha, mas sim, posteriormente à data da realização do evento, particularmente entre os dias 12 e 15 de julho, o que demonstra um maior esforço (e reconhecimento) na promoção e na divulgação de conteúdos sobre o evento do que para a formação da rede de participantes que o compôs. A

estratégia de difusão de conteúdos de 11 de julho esteve também com níveis baixos, não se configurando como uma estratégia de acompanhamento em simultâneo do evento.

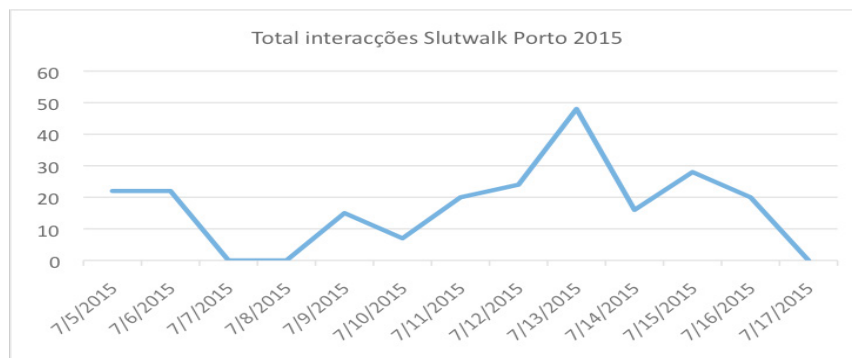


Gráfico 1. Total Interações SlutWalk Porto 2015

Decompondo as interações da rede Slutwalk Porto (gráfico 2) para o espaço temporal compreendido entre os dias 5 e 17 de julho, a participação dos membros refletiu-se em 220 interações, manifestada sobretudo através de likes. Estes compõem a maioria das interações (87,8%), sendo que as restantes estão residualmente divididas entre posts (5,9%), partilhas (3,6%) e comentários (2,7%) a partir da página SlutWalk Porto.

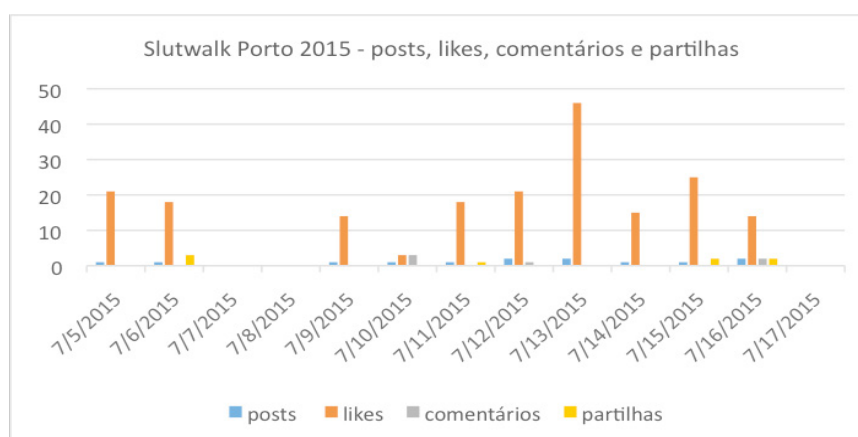


Gráfico 2. SlutWalk Porto 2015 – Tipologia de Interações entre 5 e 17 de julho

Constatou-se a existência de poucos espaços de fronteira com diferentes formas de participação e não foi registada a formação de pontos periféricos de ligação (imagem 2). A rede apresenta duas extensões diferenciadas, tendo a SlutWalk

Porto como um espaço disperso de ligação. Regista-se, portanto, uma estrutura de participação diferenciada na rede SlutWalk. Embora plural e com diferentes indivíduos/coletivos/organizações com participação ativa, a estratégia de promoção de informação revelou-se difusa, dada a diferenciação dos vários participantes, sendo registado poucos pontos de contacto na expansão para novas redes, o que demonstra limitações na capacidade de propagar a informação para novas redes. No entanto, esta aparente pluralidade de participantes na comunidade SlutWalk Porto não ignora a constatação de que alguns dos nós possuem laços de contacto entre si, replicando, de forma latente, as estratégias de comunicação ocorridas durante 2011 e 2012 que conduziu à replicação da disseminação de informação juntos dos mesmos membros.

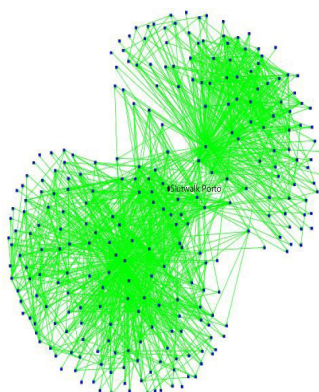


Imagem 2. Rede de ligação da SlutWalk Porto entre 5 e 17 de julho

Considerações Finais

À semelhança do que aconteceu noutros países, o movimento de protesto da SlutWalk Portugal, em 2011 e 2012, esteve presente on e offline, embora a sua afirmação na Internet ficasse praticamente restringida ao Facebook e ao website do evento. A mobilização incluiu organizações feministas, coletivos informais e indivíduos que se juntaram à causa, criando uma noção de comunidade muito mais abrangente que a sua dinâmica física/presencial. Porém, a comunicação na rede poderá não significar comunicação em rede.

A evolução na forma como ativistas interagiram nas SNS alterou-se entre 2011 e 2015. Inicialmente, as redes sociais online serviam para fazer o acompanhamento de informação disponibilizada no site e constituíam um espaço de diálogo para estratégias de cooperação internas. Em 2015, as SNS funcionavam como um agregador de informação para a base de utilizadores, relegando a presença do website.

Os modelos de difusão de inovações assentes nos postulados originais de Rogers (1995), geralmente implementados a processos ou produtos de índole comercial (bens tangíveis), revelaram algumas dificuldades de operacionalização quando se depararam com bens intangíveis, tais como ideias, ações de protesto e coletivos informais. Ao invés de centrar a análise no produto, o foco transitou para os agentes de transmissão e o seu papel na propagação da ideia (Barnett et al., 2011).

A SlutWalk Portugal, tendo um grupo fechado ou página aberta, revelou uma dificuldade em disseminar a ideia e o evento SlutWalk para novas redes de indivíduos, particularmente para fora das redes dos seus próprios elementos. Com a continuação deste movimento em Portugal, com uma ação prevista para 2016¹⁰¹, no Porto, pretende-se perceber como as estratégias de difusão de informação estão a ser mantidas e qual a articulação que vão mantendo com o movimento internacional.

Referências

- Anduiza, E., Cristancho, C., & Sabucedo, J. M. (2014). Mobilization through online social networks: the political protest of the indignados in Spain. *Information, Communication & Society*, 17(6), 750-764. <http://doi.org/10.1080/1369118X.2013.808360>
- Arendt, H. (1986). *The human condition*, Chicago, Chicago University Press.
- Babo-Lança, I. (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos. O caso República e as manifestações nos Açores em 1975*, Coimbra, Minerva.
- Bakshy, E., Karrer, B., & Adamic, L. a. (2009). Social Influence and the Diffusion of User Created Content. *Electronic Commerce*, 325-334. <http://doi.org/10.1145/1566374.1566421>
- Barker, K. (2004). Diffusion of Innovations: A World Tour. *Journal of Health Communication*, 9, 131-137. <http://doi.org/10.1080/10810730490271584>
- Barnett, J., Vasileiou, K., Djemil, F., Brooks, L., & Young, T. (2011). Understanding innovators' experiences of barriers and facilitators in implementation and diffusion of healthcare service innovations: a qualitative study. *BMC Health Services Research*, 11(1), 342. <http://doi.org/10.1186/1472-6963-11-342>
- Butler, J. (1997). *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. London and New York: Routledge.

Carr, J. (2013). The Slut Walk Movement: A Study in Transnational Feminist Activism. *Journal Of Feminist Scholarship*, 4(1), 24-38.

Centola, D. (2015). The Social Origins of Networks and Diffusion. *American Journal of Sociology*, 120(5), 1295-1338. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/10.1086/681275>

Centola, D., & Baronchelli, A. (2015). The spontaneous emergence of conventions: An experimental study of cultural evolution. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112(7), 1989-1994. <http://doi.org/10.1073/pnas.1418838112>

Centola, D., & Macy, M. (2015). Complex Contagions and the Weakness of Long Ties. *American Journal of Sociology*, 113(3), 702-734. <http://doi.org/10.1086/521238>

Cerqueira, C. (2015). As estratégias de comunicação das ONGs de cidadania, igualdade de género e/ou feministas: interconexões entre media mainstream e media sociais . In Gisela Gonçalves & Flavi Lisboa (eds.) coleção “Relações Públicas e comunicação organizacional – Dos fundamentos às práticas, Covilhã: Labcom, 45-62. http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20150430-2015_09_novos_media_novos_publicos.pdf

Cole, W. D. (2011). An Information Diffusion Approach for Detecting Emotional Contagion in Online Social Networks. Arizona State University. Retrieved from http://repository.asu.edu/attachments/57022/content/Cole_asu_0010N_10862.pdf

Dow, B.J. & Wood, J.T. (2014). Repeating History and Learning from it: What can SlutWalks Teach Us about feminism?. *Women's Studies in Communication* , 37(1), 22-43.

Dunbar, R. I. M. (2004). Gossip in evolutionary perspective. *Review of General Psychology*, 8(2), 100-110. <http://doi.org/10.1037/1089-2680.8.2.100>

Esteves, J. P. (2007). Os novos media na perspectiva da democracia deliberativa: sobre redes e tecnologias de informação e comunicação, In: Pires, E. B. (org.), *Espaços públicos, poder e comunicação*, Porto: Edições Afrontamento, 209-224.

Francisco, S. P. (2011). Downloads de Música, Blogs e Juventude: Guerrilha Cultural ou Crime? *Configurações*, 8, 125-138.

Frank, L., & Heikkila, J. (2001). Diffusion models in analysing emerging technology-based services. *Towards the E-Society: E-Commerce, E-Business, and E-Government*, 74, 657-668. Retrieved from <Go to ISI>://WOS:000178071200048

Fraser, N. (1990). *Rethinking Public Spheres: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*.

Genz, S., & Brabon, B. (2009). *Postfeminism: Cultural texts and theories*. Edinburgh, Scotland: Edinburgh University Press.

Gomes, C., & Sorj, B. (2014). Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade E Estado*, 29(2), 433-447.

Granovetter, M. (1983). The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological Theory*, 1(1983), 201-233. <http://doi.org/10.2307/202051>

Granovetter, M. (1992). Economic Institutions as Social Constructions: A Framework for Analysis. *Acta Sociologica*, 35(1), 3-11. <http://doi.org/10.1177/000169939203500101>

Greenwald, H. (2008). Let' s Get Organized! In H. Greenwald (Ed.), *Organization: Management Without Control* (pp. 393-395). Thousand Oaks, CA, USA: SAGE Publications.

Gusfield J. R. (1981). *The Culture of Public Problems. Drinking, Driving and the Symbolic Order*. Chicago: The University of Chicago Press.

Haraway, D. (1988/1991) 'Situated knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective' in Haraway, Donna (org.) *Symians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. Nova Iorque: Routledge, 183-202.

Henning, C. H. C. a., Zarnekow, N., Hedtrich, J., Stark, S., Türk, K., & Laudes, M. (2014). Identification of Direct and Indirect Social Network Effects in the Pathophysiology of Insulin Resistance in Obese Human Subjects. *PLoS ONE*, 9(4), e93860. <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0093860>

Ho, S. S., Chen, V. H.-H., & Sim, C. C. (2013). The spiral of silence: examining how cultural predispositions, news attention, and opinion congruency relate to opinion expression. *Asian Journal of Communication*, 23(2), 113-134. <http://doi.org/10.1080/01292986.2012.725178>

Kramer, A. D. I., Guillory, J. E., & Hancock, J. T. (2014). Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(24), 8788-8790. <http://doi.org/10.1073/pnas.1320040111>

Lee, N. Y., & Kim, Y. (2014). The spiral of silence and journalists' outspokenness on Twitter. *Asian Journal of Communication*, 24(February 2015), 262-278. <http://doi.org/10.1080/01292986.2014.885536>

Lin, C. A., & Salwen, M. B. (1997). Predicting the spiral of silence on a controversial public issue. *Howard Journal of Communications*, 8(1), 129-141. <http://doi.org/10.1080/10646179709361747>

Lin, H.W., & Lin, Y.-L. (2014). Digital educational game value hierarchy from a learners' perspective. *Computers in Human Behavior*, 30, 1-12. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2013.07.034>

Loureiro, L. (2011). *O Ecrã da Identificação*. Universidade do Minho.

Lussier, J. T., Raeder, T., & Chawla, N. V. (2010). User Generated Content Consumption and Social Networking in Knowledge-Sharing OSNs. *Proceedings of the Third International Conference on Social Computing, Behavioral Modeling, and PRediction*, 6007 LNCS, 228–237. http://doi.org/10.1007/978-3-642-12079-4_29

Madriz, E. (1997). *Nothing bad happens to good girls. Fear of crime in women's lives*. California: University of California Press.

Marktest Consulting (2011), *Os Portugueses e as Redes Sociais*, Lisboa, Marktest

Marktest, Grupo (2014). *Os Portugueses e as Redes Sociais 2014*, Lisboa, Marktest

McNicol, L. M. (2012) “SlutWalk is ‘kind of like feminism’”: A critical reading of Canadian mainstream news coverage of SlutWalk, Graduate Thesis for Program in the School of Kinesiology and Health Studies in conformity with the requirements for the Degree of Master of Arts, Ontario, Canada.

Mendes, K. (2015). *SlutWalk: Feminism, Activism and Media*. Nova Iorque. Palgrave MacMillan.

Motohashi, K., Lee, D.-R., Sawng, Y.-W., & Kim, S.-H. (2012). Innovative converged service and its adoption, use and diffusion: a holistic approach to diffusion of innovations, combining adoption-diffusion and use-diffusion paradigms. *Journal of Business Economics and Management*, 13(2), 308–333. <http://doi.org/10.3846/16111699.2011.620147>

Name, L. & Zanetti, J. *Meu corpo, minhas redes: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15, 2013. Recife. Anais... Recife: ANPUR, 2013.

Obercom (2014) *A Internet em Portugal: Sociedade em rede 2014*. Lisboa, Publicações Obercom.

Oh, J., Susarla, A., & Tan, Y. (2008). Examining the diffusion of user-generated content in online social networks. *Information Systems*, 1–39. Retrieved from <http://ssrn.com/abstract=1182631>

Oliveira, A. (2013), “O assédio sexual nos espaços públicos”, comunicação apresentada na/o Coimbra C. Dialogar com os Tempos e os Lugares do(s) Mundo(s), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 06 a 07 de Dezembro.

Popper, K. R. (1966). *The Open Society and its Enemies*. New Jersey: Princeton University Press.

Rheingold, H. (2007). *The Virtual Community*. New York, MIT Press. <http://doi.org/http://www.rheingold.com/vc/book/>

Rheingold, H. (2002). *Smart Mobs*. Cambridge: Perseus Publishing. <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Rieder, B. (2013). Studying Facebook via Data Extraction: The Netvizz Application. *Proceedings of WebSci '13, the 5th Annual ACM Web Science Conference*, 346-355. <http://doi.org/10.1145/2464464.2464475>

Rogers, E. M. (1995). *Diffusion of innovations*. Newyork Free Press. <http://doi.org/citeulike-article-id:126680>

Rogers, E. M., & Bhowmik, D. K. (1970). Homophily-Heterophily: Relational Concepts for Communication Research. *Public Opinion Quarterly*, 34(4), 523. <http://doi.org/10.1086/267838>

Rosnay, J. De. (2000). The symbiotic man. ... of the Organization of Life and a Vision of the Future. Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:The+Symbiotic+Man#1>

Salah, A.A., Manovich, L., Salah, A.A., Chow, J. (2013). Social Ties and User-Generated Content: Evidence from an Online Social Network. *Journal of Broadcasting and Media*, 57(3), 409-426. <http://doi.org/10.1080/08838151.2013.816710>

Sen, A. F. (2012). The Social Media as a Public Sphere: The Rise of Social Opposition. In *International Conference on Communication, Media, Technology and Design* (pp. 490-494). Retrieved from <http://www.cmdconf.net/2012/makale/92.pdf>

Shriver, S. K., Nair, H. S., & Hofstetter, R. (2013). Social Ties and User-Generated Content: Evidence from an Online Social Network. *Management Science*, 59(6), 1425-1443. <http://doi.org/DOI 10.1287/mnsc.1110.1648>

Soeiro, J. (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, XXVIII, 55-79.

Srivastava, J., & Moreland, J. J. (2012). Diffusion of Innovations: Communication Evolution and Influences. *The Communication Review*, 15(4), 294-312. <http://doi.org/10.1080/10714421.2012.728420>

Susarla, A., Oh, J., & Tan, Y. (2010). Word of Mouth Dynamics in Online Social Networks: Investigating Social Influence Cascades on YouTube. *Misrc.Umn.Edu*. Retrieved from <http://misrc.umn.edu/wise/papers/pi-6.pdf>

Tomazetti, T. & Brignol, L. (2015). O feminismo contemporâneo a (re)configuração de um terreno comunicativo para as políticas de gênero na era digital, 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/100-encontro-2015/historia-da-midia-digital/o-feminismo-contemporaneo-a-re-configuracao-de-um-terreno-comunicativo-para-as-politicas-de-genero-na-era-digital/view>

Popper, K. R. (1966). *The Open Society and its Enemies*. New Jersey: Princeton University Press.

Touraine, A. (1977). *The Self-Production of Society*. Chicago: University of Chicago.

Touraine, A. (2007). *New Paradigm for Understanding Today's World*. London: Polity Press.

Ureta, A. (2005). La Red al servicio de las mujeres. Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*. (11), 375- 392.

Vallenti, J. (2011). SlutWalks and the future of feminism. *Washington Post* online. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/opinions/slutwalks-and-the-future-of-feminism/2011/06/01/AGjB9LIH_story.html. Acesso em: 13 Ago. 2014.

Valtýsson, B. (2012). Facebook as a Digital Public Sphere: Processes of Colonization and Emancipation. *Triple C Cognition, Communication, Co-Operation*, 10(1), 77-91.

Vanderslice, S. (2000). Listening to Everett Rogers: Diffusion of Innovations and WAC. *Communication*, 4(1), 22-29.

Vromen, A. (2015). Campaign Entrepreneurs in Online Collective Action: GetUp! in Australia. *Social Movement Studies*, 14(2), 195-213. <http://doi.org/10.1080/14742837.2014.923755>

Vromen, A., Xenos, M. A., & Loader, B. (2015). Young people, social media and connective action: from organisational maintenance to everyday political talk. *Journal of Youth Studies*, 18(1), 80-100. <http://doi.org/10.1080/13676261.2014.933198>

Waite, C., & Bourke, L. (2013). Using the cyborg to re-think young people's uses of Facebook. *Journal of Sociology*, 0(0), 1-16. <http://doi.org/10.1177/1440783313505007>

Young, G., & Whitty, M. T. (2010). Games without frontiers: On the moral and psychological implications of violating taboos within multi-player virtual spaces. *Computers in Human Behavior*, 26(6), 1228-1236. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2010.03.023>

Zhao, C., Liu, Z., & Wang, I. (2007). On the Standardization of Semantic Web Network Monitoring Operations. *International Federation for Information Processing*, 252, 34-40.

Zuo, X., Blackburn, J., Kourtellis, N., Skvoretz, J., & Iamnitchi, A. (2014). The power of indirect social ties. Retrieved from <http://arxiv.org/abs/1401.4234>

(IN)VISIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO: OS REFUGIADOS PALESTINIANOS NOS DISCURSOS DE DIVULGAÇÃO DO FILME DOCUMENTAL “REMEMBER US”

Vanessa Ribeiro Rodrigues¹⁰²

Os refugiados palestinos oriundos de Gaza, a viver na Jordânia, sobretudo aqueles que vivem no campo de Jerash, têm um estatuto legal diferenciado em relação aos outros refugiados palestinos. Não são reconhecidos como cidadãos, pois não têm um número de identidade, logo não são elegíveis a direitos civis e sociais. São uma minoria invisível, sem acesso à esfera pública, consequentemente atores não participantes num espaço público comum. Neste sentido, é uma comunidade que não é pública, nem visível, nem configurada publicamente. Depois, as precárias condições de sobrevivência dos refugiados palestinos oriundos de Gaza no campo de Jerash, na Jordânia, não constituem um assunto de denúncia pública e de indignação moral na sociedade jordana, em parte, possivelmente, porque se trata de um regime de lei mista entre princípios constitucionais e a lei islâmica e, nesse enquadramento, sem uma cultura de problemas públicos.

De forma a dar voz a essa minoria, a realizadora palestina Dalia Abuzeid realizou um documentário, entre 2013 e 2014, “Remember Us” e usou as redes digitais online (Facebook, Vimeo, alojamento web yolasite, zoomal), para publicitar e envolver uma esfera pública global, como instrumento de auto-mobilização, conforme argumenta Manuel Castells, para conferir visibilidade a esta causa. E fê-lo através de um discurso que tenta construir uma narrativa sobre o problema.

Neste texto, pretende-se analisar em que medida o uso dos discursos, nessas plataformas digitais online, organizam uma inteligibilidade do fenómeno, conferindo-lhe existência enquanto problema social no espaço público jordano e global. Para isso, trataremos primeiro de enquadrar a questão do espaço público na noção de publicidade de Jurgen Habermas, de visibilidade de Hannah Arendt, de redes de automobilização de Manuel Castells e de contra-públicos de Nancy Fraser, no contexto daquela que é uma esfera pública não europeia. De seguida, trataremos da semântica com base num breve corpus de textos das plataformas de publicidade do documentário, de

¹⁰² Vanessa Ribeiro Rodrigues é jornalista, documentarista e doutoranda em Estudos em Comunicação para o Desenvolvimento, na Universidade Lusófona do Porto (ULP), com bolsa de investigação pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Mestre em Informação e Jornalismo, na Universidade do Minho e licenciada em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo tem Especialização em Cinema Documentário pela Academia Internacional de Cinema de São Paulo. O seu projeto doutoral é sobre narrativas cinemáticas (jornalismo e cinema) como dinâmicas de Jornalismo Para o Desenvolvimento e Mudança Social. As suas áreas de interesse são: cinema documentário e narrativas dos media para a mudança social (Videojornalismo e Webdocumentário), Jornalismo para o Desenvolvimento e Contraesferas públicas. É também docente de Géneros Jornalísticos e Ciberjornalismo na ULP. Além de Portugal já trabalhou no Brasil e na Jordânia.

um artigo de media jordan sobre o filme e do discurso do vídeo promocional na plataforma de crowdfunding.

No âmbito deste texto não pretendemos, contudo, encetar uma análise exaustiva sobre a participação no espaço público não europeu e não democrático (que exige um estudo mais aprofundado, até porque coloca questões problemáticas naquele que é o primado democrático das teorias do espaço público), e das redes digitais como modelos de participação, tampouco analisar a construção de problemas públicos, mas antes uma reflexão exploratória sobre o discurso para a automobilização nas redes digitais online, a partir do caso específico apresentado.

O(s) Espaço(s) público(s)

Convocar a noção de espaço público, característico do discurso filosófico da modernidade, é remeter, primeiro, historicamente, para uma ideia de arena comum, considerada como local de encontro de ideias, de relações e de fluxo de interesses partilhados. Ou seja, é o oposto ao espaço privado, que remonta à estrutura da sociedade grega, onde a ágora era, por excelência, essa arena de fluxo do comum e encontros entre cidadãos, e a casa, a arena da esfera privada. Segundo Isabel Babo (2002), essa noção de espaço público que se tornou basilar enquanto “conceito operativo da investigação sociológica” assume, ao longo do tempo, diferentes interpretações: a ligação entre público e visibilidade (Arendt, 1958; Goffman, 1973; Sennet, 1979); a noção de público, publicidade e uso público da razão (Habermas, 1978); formação da opinião e do juízo à dimensão de visibilidade do espaço público (Tassin, 1992); e, atualmente, uma multiplicidade de espaços públicos (Babo, 2002; Inneraty, 2006), onde alguns autores enunciam mesmo uma “fragmentação do espaço público” (Correia, 2004; Hodkinson, 2011).

No primeiro caso, remete-se para o modelo histórico da esfera pública representativa, com carácter cénico e dramático, onde o espaço público se refere de facto aos lugares públicos da vida em comum e onde, segundo o modelo teatral, os homens públicos são actores que representam o seu papel (Babo, 2002). Nesta configuração, a noção de espaço público está próxima da noção de cena pública, considerada como cena de visibilidade, “na qual as coisas aparecem” (idem), numa concepção de carácter fenomenal do espaço público de Hannah Arendt.

Publicidade, fenomenalidade do aparecer, visibilidade da cena pública

Já entendendo o espaço público a partir do princípio da publicidade, formulado pelo filósofo iluminista Immanuel Kant, remete-se para o uso público e livre da razão,

configurando um espaço comum de discussão crítica. É o processo através do qual tornamos público conhecimentos e ideias. Ou seja, é a emergência do público como instância superior do juízo e que está na origem da “opinião verdadeira” (Habermas, 1978).

Nesse sentido, a pedra basilar da modernidade estrutura-se neste pressuposto normativo: sendo o princípio da publicidade a oposição ao segredo do Estado Absoluto e, por conseguinte, o desfazer das amarras do controlo de opinião, perscruta-se terreno fértil para germinar uma arena onde se esgrimem ideias e onde se forma uma opinião pública livre.

Sobre o princípio da publicidade, Habermas distingue duas formas concomitantes e concorrentes no espaço público: a publicidade crítica e a publicidade de manipulação, aquela que acabou por se impor através dos meios de comunicação de massa. Para o filósofo alemão, o espaço público designa o lugar da formação das opiniões e das vontades políticas que garante a legitimidade do poder. É o lugar do debate e do uso público da razão argumentativa onde são discutidas as questões práticas e políticas (Habermas, 1978, apud Babo, 2002). É a aceção do modelo normativo da esfera pública liberal burguesa. Neste sentido, o espaço público é, em simultâneo, um espaço de discussão e um conceito normativo, alicerçado nos seguintes domínios: a teoria da democracia; a análise político-administrativa e a teoria do Estado Social; e os meios de comunicação social.

No entanto, o processo de publicitação não é universal, nem transcultural, nem transhistórico (idem) e é um processo, alegadamente, intrínseco ao regime democrático, como instituição própria, se existirem de facto as possibilidades políticas que o permitem ou não. Nesta lógica de raciocínio, a publicidade não se reduz à questão de dar simplesmente a conhecer, de ser observável e discutível, uma vez que sem a “cultura democrática” não existiria uma verdadeira publicitação das ideias - como o direito de expressão e de informação livres, de denúncia social e discussão de perspetivas ideológicas das ações políticas, entre outras características de uma arena democrática. É esse terreno democrático, que consagrando o direito de expressão livre, proporciona espaços públicos de debate *latu sensu*.

Na concepção de Étienne Tassin (1992) e Arendt (1959), que aliam a dimensão da formação da opinião e do juízo à dimensão do espaço público e visibilidade, ou seja o espaço público não é apenas o estar em comum, mas sim a dimensão do visível da pólis. Estes dois autores privilegiam a fenomenalidade do aparecer e a visibilidade da cena pública. Aliás, a metáfora da pólis é recorrente na concepção de Hannah Arendt sobre o espaço público, analisado na “Condição Humana” (1959), referindo-se a todas as instituições na história, onde o domínio público da ação e do discurso era estabelecido numa comunidade de cidadãos livres e iguais.

Atualmente, configura-se a experiência de uma “multiplicidade de espaços públicos que institucionalizam os processos da formação da opinião” (Babo, 2002). Com o advento das tecnologias de comunicação, que hoje trespassam todos os domínios da vida humana – rádio, televisão, imprensa e internet – veiculando e difundindo diferentes discursos em diversos contextos, ajudando à criação de uma rede diferenciada de espaços públicos (locais, regionais, internacionais, partidários, literários, mediáticos, científicos, políticos, subculturais, etc.), a esfera pública reconfigura-se nessa miríade de arenas, muitas vezes mediadas pela tecnologia, como é o caso das redes digitais. Habermas considera-os espaços públicos plurais e inacabados e de fronteiras permeáveis que se cruzam entre si, remetendo para um espaço público global.

Internet: espaço público mediatizado e automobilização

A internet, enquanto arena pública de mediação de espaços públicos, configura uma arqueologia em rede, onde fluem e convivem diversas plataformas de comunicação e interação de utilizadores, como as redes sociais, que introduziram “novas modalidades comunicacionais no espaço público que se subtraem aos dispositivos clássicos” (Babo, 2013). Essas novas modalidades permitiram, por exemplo, auxiliar a liberdade de expressão na denominada Primavera Árabe, em 2011, na Tunísia e no Egito, rompendo com a mordaza dos regimes autocráticos em vigor, na tentativa de controlo da informação. Uma vez que os media tradicionais estavam controlados pelo poder e desprovidos de liberdade para criticar o regime em curso, os media digitais e as redes sociais emergiram como o suporte comunicacional e de informação das manifestações.

Neste sentido, conforme analisa Babo, o espaço público é menos a esfera normativa de uma discussão racional aliada ao uso de uma razão argumentativa e de formação de uma opinião pública, conforme configurava Habermas, sendo essencialmente uma troca comunicacional, de ligações, de partilha de informações, interpretações, significações, de ação, de visibilidade e exposição de si. Ou seja, é a cena pública enquanto lugar de experiência e ação coletiva e pelas redes comunicacionais, onde as vozes se pluralizam, com novas possibilidades de circulação, produção e reprodução, a par dos media tradicionais. Nesse território de representação, onde as tecnologias de comunicação criam novas possibilidades, alinha-se a concepção de Castells (2009), de que o poder da comunicação reside, de facto, na capacidade de possibilitar a “auto-organização e a auto-mobilização da sociedade, superando as barreiras da censura e repressão impostas pelo Estado”.

Por conseguinte, a internet, dada a sua “virtualidade infinita, possibilita uma

comunicação universal e uma visibilidade sem os constrangimentos (não ilimitados) decorrentes da gestão ou monopólio” (Babo, 2013: 802) e, por isso,

as redes sociais (Twitter, Facebook, YouTube) tornam-se os utensílios eleitos para lançar as palavras de ordem, coordenar as manifestações e ajuntamentos em tempo real, manter os protestos em linha, difundir as imagens das manifestações e da repressão, criar logos e imagens (idem).

Trata-se, bem ou mal, de plataformas democratizadas. É por isso que este mesmo espaço público é tão “disputado” (Castells).

E para se ser visto é preciso, segundo Arendt, que esse espaço de aparição seja continuamente recriado pela ação, uma vez que a sua existência é assegurada sempre que os atores se reúnem, coletivamente, com o propósito de discutir e deliberar sobre assuntos de interesse público, e desaparece no exato momento em que essas mesmas atividades desaparecem. Configura-se, sempre, desta forma, como um espaço potencial que encontra a sua validação e atualização nas ações e discursos dos indivíduos que se agregam para levar a cabo um projeto comum. Pode surgir subitamente, como no caso das revoluções, por exemplo, ou pode desenvolver-se de forma gradual com o propósito de alterar aspectos específicos da legislação ou das políticas públicas.

Historicamente tem sido recriado sempre que os espaços públicos de ação e deliberação se organizam ou configuram: de manifestações a reuniões políticas, de reivindicações e lutas por justiça de direitos iguais. A esta capacidade de agir por um propósito público-político Arendt dá o nome de poder. Neste caso o poder é transferido para a esfera digital, onde a internet é o fluxo dessas possibilidades.

No enquadramento dessa mobilização, encontramos grupos que se agregam no sentido de dar voz, sentido, existência, visibilidade no espaço público. Grupos que se unem com o propósito de uma causa comum, o que Nancy Fraser denomina, em “Rethinking Public Sphere”, de “subaltern counterpublics” (Fraser, 1990), isto é, os “contra-públicos subalternos”, com função contestatária em sociedades estratificadas. Para Fraser, são arenas discursivas paralelas, onde os membros de grupos sociais subordinados inventam e fazem circular “counterdiscourses” para formular interpretações opostas das suas identidades, interesses e necessidades. Este conceito de contra-públicos de Fraser é essencial para pensar os espaços, onde indivíduos desprovidos de poder, podem fazer valer a sua capacidade de intervenção, enquanto cidadãos num espaço comunicacional, sobretudo grupos que não se sentem, convenientemente, representados no contexto de uma hegemonia cultural, social e política, podendo, assim, articular os seus próprios discursos sobre as questões que lhes dizem respeito.

Então, para Fraser a formação de um discurso comum por esses contra-públicos, para abordar os problemas de um determinado grupo social, é um aspecto basilar, e que interessa a este texto. Num primeiro momento porque, enquanto primeira abordagem ao poder, abre caminho para articular os aspectos problemáticos de um modo que faça sentido para o grupo. Depois, porque é através da argumentação e da visibilidade das discussões e debates, como, por exemplo, comentários de Facebook, fóruns online ou reuniões públicas, que é possível exercer pressão sobre um assunto que pode ser problemático para uma minoria e pode fazer pressão sobre o discurso dominante. Nesta lógica de pensamento, os contra-públicos ampliam e têm o potencial de amplificar o espaço discursivo, criando possibilidades, podendo trazer ao visível, ao espaço público comum, questões antes ausentes nesse espaço público preponderante.

É discutível, porém, a persistência, coerência e consistência dessas questões. Não obstante, o “ser e aparecer”, por momentos, podem ser considerados um valor agregado. Isso porque, para indivíduos em minoria, os media sociais podem ser um lugar de mobilização discursiva para problemas e questões específicas, que de outra forma ficariam ausentes, ou com pouca presença e visibilidade, nos meios de comunicação considerados tradicionais. Por exemplo, ao criar uma página de Facebook, uma campanha de crowdfunding para a realização de um filme documental com uma causa humana delineada, ao criar um blogue, um website ou uma conta de twitter, essas minorias constroem e dotam-se de um discurso comum. Assim, as reivindicações que tomam forma contribuem para um contra-espaço público, que chega mesmo a ter potencial de disseminação viral, ainda que não alcance a mesma audiência que o espaço público ocupado pelos meios de comunicação tradicionais.

O espaço público jordano

Abordar questões sobre espaço público relativamente a países não europeus e não completamente democráticos é um desafio, uma vez que parece não existir, ainda, muita literatura sobre o assunto, nomeadamente sobre a Jordânia. A maioria dos estudos apresentam-se, essencialmente, como discussões académicas sobre o papel do Islão no espaço público moderno e sobre o papel das redes sociais no contexto da Primavera Árabe. Tal pode tornar a tarefa problemática, para este texto, uma vez que o Médio Oriente é herdeiro de um contexto político diferente do europeu e cuja configuração epistemológica nos propomos abordar.

Nesse sentido, mais desafiante ainda é enquadrar a teoria habermesiana de espaço público (uma teoria da democracia) ao contexto jordano, por isso mesmo, convocaremos, ainda, conforme já vimos, Arendt e Fraser que parecem sugerir

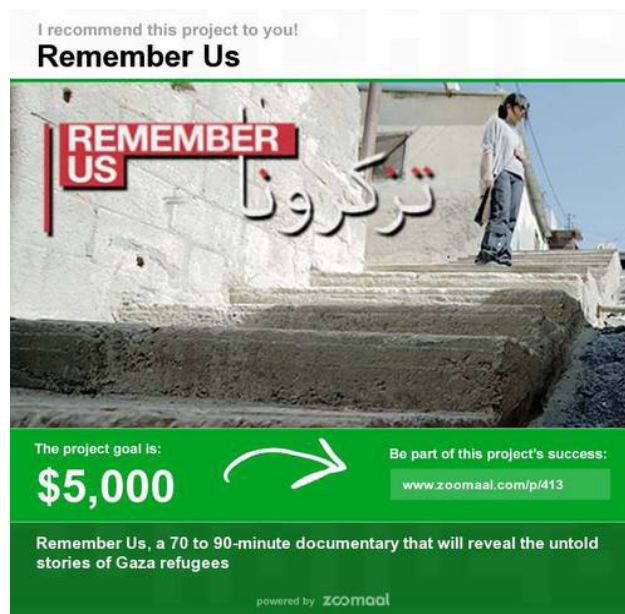
pistas epistemológicas para configurar, transversalmente, sobre o contexto jordaniano, nomeadamente as questões de discurso, poder e narrativa e contra-públicos, respetivamente.

Não obstante, foi possível encontrar alguma literatura que se refere a alguns pontos essenciais transversais a este estudo: a esfera pública política na Jordânia, a participação de jovens e a reforma política no Médio Oriente e, também, a questão dos diferentes estatutos legais dos refugiados palestinianos e respectiva restrição de acesso à vida pública.

No livro “State Interests and Public Spheres: The International Politics of Jordan’s Identity” (1999), Marc Lynch, cientista político e diretor do Institute for Middle East Studies and the Middle East Studies Program da Universidade George Washington, contextualiza a teoria da esfera pública de Habermas na Jordânia. Nessa obra, Lynch foca-se, primeiramente, em estabelecer o impacto da identidade jordaniana e o peso que os interesses nacionais têm na política externa jordaniana. Ainda que o autor esteja focado mais na influência que a esfera pública internacional, no Médio Oriente, tem na identidade jordaniana e nos interesses nacionais, ele usa a teoria habermasiana para explicar a forma como a opinião pública e os interesses nacionais se formam na Jordânia. O autor usa o conceito da esfera pública para explicar o nível de responsabilidade que os governos têm para as suas decisões políticas.

Lynch explica que na ausência de uma “esfera pública efectiva” pode considerar-se que o Estado dispõe de uma considerável autonomia da definição do que é o interesse nacional (1999: 21). Nesse sentido, a teoria de Lynch concede uma base para aplicar a teoria de Habermas sobre o espaço público ao contexto do Médio Oriente e liga, explicitamente, a força da esfera pública às ações e interesses do governo. Nessa mesma linha, convocamos, também, o investigador em assuntos políticos do Médio Oriente, Sean L. Yom, autor de “Society and Democratization in the Arab World” (2005), que defende que o conceito de sociedade civil, conforme é considerado na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, não se aplica necessariamente às sociedades do Médio Oriente. Yom é cético em relação ao poder político que as sociedades civis têm no Mundo Árabe, complementando os resultados do estudo de Krista Vendetti (2012), “Jordan Public Sphere: Understanding the Youth Awareness and Perceptions of the Constitutional Reforms in the Post-Arab Spring Era”, de que os jordanos têm acesso limitado, em geral, à esfera pública.

Aliás, a esfera pública política jordaniana enfrenta questões significativas em termos de inclusão e igualdade. A investigadora conclui que as políticas governamentais desencorajaram fortemente os jovens jordanos a se envolver em atividades públicas e, em especial, as mulheres experienciam uma exclusão económica, social e política significativa da esfera pública.



Nesse sentido, justificamos que, além de enquadrar fontes que colocam a teoria de Habermas num contexto geográfico mais exato, exploramos teorias críticas de Nancy Fraser (1990), para configurar a teoria do espaço público num contexto mais contemporâneo. Fraser argumenta que apesar de a teoria de Habermas oferecer uma análise coesa da vida pública, a historiografia recente tem demonstrado que algumas aceções de Habermas são simplistas. Por exemplo, Fraser argumenta que historicamente a esfera pública não foi totalmente inclusiva e não ignora o status completamente, conforme sugere Habermas. Ela explica que vários grupos minoritários, sobretudo as mulheres e membros de classes mais baixas, não tinham o mesmo acesso à esfera pública como o homem burguês, por causa de discriminação, alegando que ele acaba por idealizar a esfera pública não liberal (1990:115). Além disso, a autora esclarece que a noção de interesse público na concepção habermasiana entre cidadãos privados poderá ser problemática, uma vez que naturalmente não existem interesses naturalmente públicos ou privados. Pelo contrário, Fraser argumenta que os assuntos tornam-se de interesse público/preocupações comuns depois de uma contestação discursiva sustentada na esfera pública (1990:62). Para Fraser, uma concepção adequada da esfera pública requer “não apenas suspender o julgamento, mas sim a eliminação da desigualdade social” (1990:77). Neste sentido, a autora considera que configurar a existência de uma multiplicidade de esferas públicas é mais adequado do que considerar apenas uma que não é capaz de responder por uma minoria e representar a diversidade existente.

Refugiados palestinos e “problema social”

Todavia, para melhor enquadrarmos as questões subjacentes a este texto, impõe-se uma contextualização sócio-política. O Reino Hachemita da Jordânia, país criado em 1947, depois da independência do Reino Unido, é uma monarquia constitucional, por isso um sistema de governo alicerçado na separação de poderes, onde, à partida, se encontra uma inspiração democrática. Contudo, com algumas limitações, na medida em que divide o sistema legal de uma forma mista entre a Lei Civil e a Lei Islâmica.

Atualmente é o país que mais campos de refugiados tem e a sua herança cultural e étnica provém, precisamente, dessa mescla de refugiados (oriundos da Palestina, Síria e Líbano, sobretudo), que acolheu ao longo dos anos, nomeadamente das vagas de exilados Palestinos de 1947, no contexto do conflito israelo-árabe, ano da formação do Estado de Israel e da vaga de 1967-68, no contexto de novo conflito bélico israelo-árabe, quando a maioria de refugiados estava a ser empurrada desde Gaza para a Jordânia.

Se na primeira vaga, os refugiados foram oriundos de território da Cisjordânia, geográfica e historicamente relacionado com a Jordânia, e, por isso, estão hoje integrados, com direitos civis, na sociedade jordana, os refugiados da segunda vaga, oriundos de Gaza, em 1967, que então estava sob jurisdição egípcia, não tiveram, até hoje, reconhecidos quaisquer direitos civis e sociais, estando confinados a um passaporte temporário válido, por dois anos, e sem direito a acesso a várias atividades laborais. Tal condição restritiva estende-se aos herdeiros. Filhos de pais palestinos oriundos de Gaza, nascidos na Jordânia, herdaram a identidade patriarcal.

Ex-Gaza Palestine Refugees are one of the most vulnerable groups in Jordan. While most Palestinian refugees have been granted Jordanian citizenship and may enjoy the related full rights, the refugees who originally came from Gaza Strip and took refuge in Jordan after the Arab Israeli war of 1967 do not enjoy Jordanian citizenship. They are entitled to hold temporary Jordanian passports which are valid for two years only. In addition to serving as travel documents, these passports are used as an identification document and residency permit. The limited validity of their passports, which are expensive to obtain, severely limits the possibilities for these individuals to travel and gain employment abroad. Their lack of citizenship translates into several legal restrictions that limit their rights and contribute to their vulnerable living conditions (...). Ex-Gaza refugees cannot vote, work for the government (except on a casual basis), and benefit from government services. Access to domestic employment by (larger) private companies may also be denied, as national Intelligence may not grant the required approval. Also certain

government licenses, like public drivers' license, are not granted to ex-Gaza refugees. The ex-Gaza refugees often lack the skills, licences and resources to start their own small business. Further, they do not afford higher education, as they have to pay disproportionate tuition fees. (The United Nations Refugee Agency, Refugee Tribunal Review, Australia, 2009)

Este cenário configura o quadro de um problema social, ao qual estão, também, subjacentes outros problemas sociais como o alcoolismo, o desemprego, a pobreza, a insalubridade e a discriminação social. De acordo com Gusfield (1981), os problemas públicos são problemas sociais em que o que está em jogo são questões de ordem pública. Ou seja, “são problemas sociais construídos, tematizados e tratados nas arenas públicas (media, associações de cidadãos, partidos políticos, tribunas políticas (...)) o que supõe uma prática colectiva de definição e de formulação destes problemas” (Gusfield, 1981, apud Babo, 2006:109).

Neste sentido, a existência de determinados problemas sociais pode, em determinada altura, pela sua abrangência e impacto numa determinada comunidade, tornar-se de facto um problema público. Isto é, “que tenha focado sobre si a atenção coletiva, tenha constituído assunto de discussão nas arenas públicas e tenha sido constituída em objecto de uma acção pública” (idem). Não obstante, conforme analisa Babo, o modo como os problemas são formulados, tratados e tematizados, e o modo como retêm a atenção pública, não são idênticos em todos os casos e em todos os momentos. “Os problemas sofrem transformações, podem mobilizar a atenção pública e sair dela, serem recebidos de maneiras distintas em diferentes momentos, sofrer uma determinada configuração em função de uma sensibilidade moral ou de hábitos de acção, etc” (ibidem).

Para Gusfield, determinar se um problema social é um problema público abrange três critérios: deve comportar um ou vários aspectos inaceitáveis para uma sociedade num determinado momento; deve ser constituído um assunto de controvérsia, de debate e de conflito nas arenas públicas e requerer tratamento por uma acção pública. Sendo esta uma perspetiva construtivista, percebemos que os problemas públicos são construídos socialmente e, por isso, um problema público configura-se dessa forma quando atinge uma dimensão societal. Nesse sentido, segundo a aceção de Gusfield, nem sempre os problemas sociais se transformam em problemas públicos. Ora, o caso dos refugiados palestinianos oriundos de Gaza, a viver no campo de Jerash, na Jordânia, pela sua configuração, constitui um problema social, de facto, mas não um problema público. Primeiro, não constitui aspectos inaceitáveis para a sociedade jordana em geral; não há representação pública desta problemática, não constitui um assunto de

controvérsia, de debate ou conflito nas arenas públicas. Aceita-se, simplesmente, que esta questão existe, uma vez que é a própria lei jordana a impor este estatuto “legal” diferenciado de refugiado palestino de Gaza, sem direito à cidadania jordana, legitimando este problema social. São, pois, uma minoria invisível, sem acesso à esfera pública, por isso, não participantes num espaço público comum. Neste sentido, é uma comunidade que não é pública, nem visível, nem configurada publicamente. Por outro lado, mesmo as condições de sobrevivência dos refugiados palestinos oriundos de Gaza no campo de Jerash, na Jordânia, não constituem um assunto de denúncia pública e de indignação moral na sociedade jordana. A tal questão não é alheio o facto de a Jordânia, conforme já vimos, ser um governo misto, onde coabita uma Constituição – com limitações legislativas (é discutível se se trata de um regime em transição para a democracia) – com a Lei Islâmica. Logo, não é considerado um regime com personalidade plenamente democrática, mas dá sinais dessa contingência.

Por conseguinte, trata-se de uma arena que, na concepção de Gusfield (1981), não integra uma “cultura dos problemas públicos”, pois ela incorpora, necessariamente, quer “dispositivos de identificação do carácter problemático das situações, quer maneiras instituídas de tematizar estas situações problemáticas e de as tratar”. (Gusfield, 1981, apud Babo, 2006:113-114). Já Quéré (1995, 1997a, 2001) configura, por seu lado, que os problemas públicos para serem formulados e construídos em termos cognitivos e morais ou normativos, no espaço público, pressupõem a existência de um referencial do Estado de direito democrático (idem). Ele relaciona a construção dos problemas públicos à constituição de campos problemáticos, argumentando que se um acontecimento coloca problema, a forma como é categorizado e narrado abre possibilidades para que seja tematizado de uma certa maneira, para que seja associado a problemáticas disponíveis ou em vias de construção na esfera pública. Conforme analisamos, tal não acontece na arena jordana.

Dar voz à “minoria esquecida”

O documentário “Remember Us”, da jovem realizadora Palestiniana, Dalia Abuzeid, filmado em 2013 e 2014, no campo de refugiados de Jerash, na Jordânia, também conhecido como campo de Gaza, por acolher os refugiados Palestinos oriundos de Gaza, em 1968, propõe-se a tornar visível esta minoria, cujo estatuto legal os confina à invisibilidade.

Para Arendt, o espaço público configura duas dimensões distintas, mas interrelacionadas. A primeira refere-se ao espaço de aparência como espaço de liberdade política e da igualdade, que acontece sempre que os cidadãos atuam concertadamente através do meio dos discursos e da persuasão. A segunda dimensão é o mundo comum, um mundo público de artefactos humanos, instituições e valores que nos separam da

natureza e que nos conferem um contexto relativamente permanente e de longevidade para as nossas atividades. As duas dimensões são, para Arendt, essenciais para o exercício de cidadania, e a reactivação da cidadania no mundo moderno depende essencialmente da recuperação de um mundo comum, partilhado, e da criação de inúmeros espaços de aparência no qual os indivíduos podem usufruir das suas identidades e estabelecer relações de reciprocidade e de solidariedade. O que a jovem realizadora propõe, com este documentário, é precisamente conceder visibilidade à questão dos refugiados Palestínianos oriundos de Gaza, na Jordânia, sem acesso ao espaço público jordano. Por um lado, através do documentário, pelas histórias pessoais de resiliência e superação, para lhes conceder voz e existência, um presente e um futuro, apelando ao envolvimento do público para a causa; por outro, através de estratégias de comunicação online, como, por exemplo, o caso da plataforma de crowdfunding zoomal, do website com mais informação do projeto, e do Grupo de Facebook.

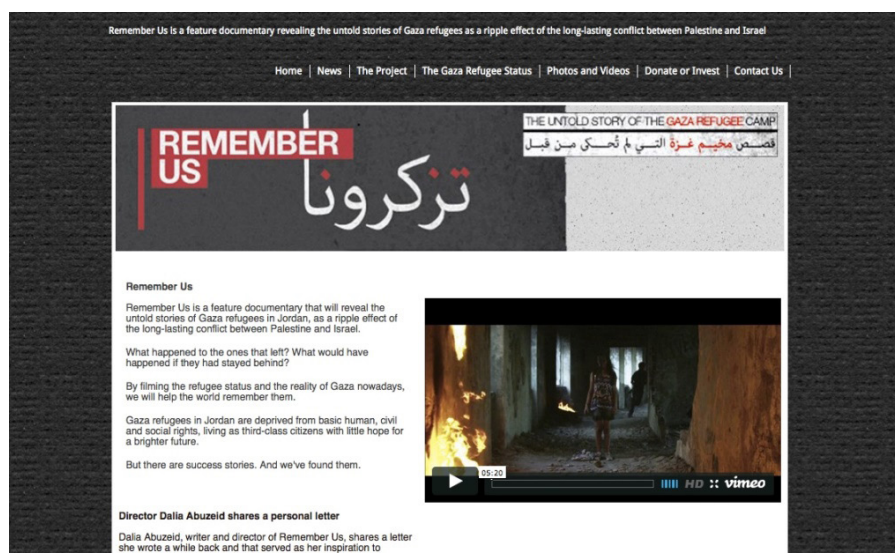


Illustration: a Visual History Estratégias para a visibilidade, “cidadãos de terceira classe”

Em “A Condição Humana”, Arendt realça que a ação é primariamente simbólica no seu carácter e que a rede de relações humanas é sustentada pela interação comunicativa (2007:178-9; 184-6; 199-200). Para ela, a ação envolve discurso: através da linguagem somos capazes de articular o sentido/significado das nossas ações e de coordenar as ações de uma pluralidade de atores. Essa ideia de que, “speech entails action”, não só no sentido de que o discurso per si é uma forma de ação (ou que a maioria dos atos são representados na forma do discurso), tem sim o sentido de que a

ação é, muitas vezes, o meio pelo qual nós verificamos a sinceridade do interlocutor.

Nesse sentido, tal como a ação sem discurso corre o risco de ficar desprovida de sentido e seria impossível de coordenar com as ações dos outros, o discurso sem ação falharia um dos meios pelo qual poderíamos confirmar a veracidade de quem fala. Esta ligação entre ação e discurso é central para a caracterização de poder de Hannah Arendt, que potencialmente surge entre as pessoas quando atuam concertadas, em uníssono: “o poder só se concretiza onde a palavra e a ação não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os actos não são brutais, onde as palavras não são utilizadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os actos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades (Arendt, 1959:179).

Em rigor, a narrativa que a realizadora Dalia Abuzeid constrói visa promover a questão da vulnerabilidade e a falta de dignidade, para tornar, deste modo, visível uma realidade que perdura há muitos anos. O objetivo é, então, “revelar histórias não contadas dos refugiados de Gaza, na Jordânia”, “ajudar o mundo a lembrar-se deles”, uma vez que são “desprovidos de direitos humanos básicos, de direitos civis e sociais”, vivendo como “cidadãos de terceira classe”, “sem esperança de um futuro melhor”.

Remember Us is a feature documentary that will reveal the untold stories of Gaza refugees in Jordan, as a ripple effect of the long-lasting conflict between Palestine and Israel. What happened to the ones that left? What would have happened if they had stayed behind? By filming the refugee status and the reality of Gaza nowadays, we will help the world remember them. Gaza refugees in Jordan are deprived from basic human, civil and social rights, living as third-class citizens with little hope for a brighter future. But there are success stories. And we've found them.¹⁰³

De facto, através da ação e do discurso individual os indivíduos são capazes de revelar as suas identidades, de revelar as suas especificidades; “their who” (Arendt), como distinto das suas habilidades e talentos pessoais, “their what” (idem). No entanto, enquanto envolvidos nos discursos e em ações, os indivíduos não podem ter certeza de qual “eu” revelam. Segundo Arendt, apenas através das histórias que surgirão das suas ações e representações, a sua identidade se manifestará na totalidade. É nesta linha que Dalia Abuzeid se enquadra, através da proposta de filme documental e sua publicitação, assumindo que, no meio da violação de direitos humanos de uma minoria esquecida, há no discurso apresentado “histórias de sucesso”. Então, a função

¹⁰³ Website Remember Us: <http://rememberusfilm.yolasite.com/>. Os grifos desta e das próximas citações foram marcados pela autora deste texto.

do contador de histórias é crucial, não apenas para a preservação dos saberes e fazeres dos atores, mas também para que a verdadeira identidade do ator seja revelada. Nesse sentido, as narrativas de um contador de histórias, argumenta Arendt: “tell us more about their subjects, the ‘hero’ in the center of each story, than any product of human hands ever tells us about the master who produced it” (Arendt, 1959:184).

Neste caso concreto representa a tentativa de configurar uma realidade, dotá-la de sentido de existência, de passado, presente e futuro. Essa narrativa é criada no sentido de “abrir os olhos” das autoridades para a questão, realçando as “condições desumanas em que vivem”, as “limitações”, por que são “cidadãos de lado nenhum”; referindo a “perda de direitos” e o facto de serem uma “minoridade esquecida”. Esta base semântica é, pois, o leitmotiv para querer dar voz e envolver o espectador e leitor, na causa, tornando-o “testemunha da vida dura, diária” destes refugiados. Ou seja, se estes refugiados, já por si estão confinados, pela sua condição, a um espaço onde não há condições suscetíveis de se configurarem como uma comunidade livre, onde apresentam os seus problemas, o que dizer quando estão enquadrados num estatuto legal que os restringe a ter acesso a direitos fundamentais. É este muro que Dalia Abuzeid propõe claramente no seu discurso de intenções, criando uma possibilidade de participação.

This documentary will tackle the situation of a forgotten minority in Jordan; Palestinian refugees from Gaza living in Jerash Camp that is also known for Gaza Camp in the town of Jerash. (...) Unlike other Palestinian refugees,

Gaza Camp refugees have no Jordanian National number, which leads them to live in tough conditions related to health, education, and financial situations.

(Website Remember Us)

The documentary will lead the audience to not just witness the daily tough life, but live it as well with an interesting raw interactive style. We believe this film will open the eyes of both governments and individuals around the world to the inhumane conditions they are living under. (Zoomal, plataforma de crowdfunding).

Dalia Abuzeid is a Palestinian filmmaker. Originally, from the city of Yaffa, Palestine. Born and raised in Amman, Jordan and living with the limitations of having a Gaza Strip ID: A citizen of nowhere, therefore she loses the rights of public medical care, public education and many career options. (...) This documentary will tackle the situation of a forgotten minority in Jordan (...) (Zoomal, plataforma de crowdfunding).

A criação dessa narrativa teve, igualmente, uma representação no espaço público mediático jordaniano, através da publicação de uma notícia da promoção do documentário e da campanha de crowdfunding no jornal nacional *Jordan Times*, com versões em papel e online. Nessa notícia, é repercutido o discurso de Dalia Abuzeid, na tentativa de construção dessa visibilidade (“este filme vai abrir os olhos dos governos e dos indivíduos à volta do mundo”), através de uma semântica que trespasa as questões de cidadania e representação. Encontramos, novamente, os termos “cidadão de lado nenhum”, “minoridade esquecida” e “histórias não contadas” e mais a identificação dos propósitos sociais do documentário: “um esforço de fazer alguma coisa pelos refugiados palestinos na Jordânia”, de “promover a consciência global” sobre o assunto e “ajudar em campanhas de ajuda social”, de maneira a responder aos problemas sociais e emocionais.

For Dalia Abuzeid, living with a Gaza Strip ID card in Jordan has made her feel like a “citizen of nowhere”, which led her to start filming “Remember Us” in an effort to do something for Palestinian refugees in Jordan.(...) The planned feature-length documentary tackles Jordan’s “forgotten minority” — Gazans — said 22-year-old Abuzeid, who studied filmmaking at the SAE Institute. (...) Abuzeid said the documentary will reveal “untold stories” about the lives of the refugees, while raising global awareness and aiding social campaigns to address their daily physical, emotional and social problems. (...) We believe this film will open the eyes of both governments and individuals around the world to the conditions in the camp, and encourage them to help by giving more opportunities rather than taking them away.¹⁰⁴

O momento discursivo em que Dalia Abuzeid assume claramente que “não [lhe] interessa a política” em si, mas a dignidade e a humanidade dos refugiados como “projeto humanitário”, isto é, “seres humanos a ajudar seres humanos”, identificam-se no vídeo promocional da campanha de crowdfunding, que passaremos a analisar mais à frente, e numa entrevista para uma revista online de estudos políticos (*Osservatori Iraqi*). Dalia considera o projeto como “uma ponte”, mas assume, claramente, que este documentário é, também, uma forma de dar visibilidade à sua própria narrativa, enquanto refugiada palestina, e de preservar a memória da sua família

Non mi interessa la politica. Con il tempo sono diventata sempre più scettica verso il sistema. A me interessano le storie. Possiamo dire che il nostro

104 Abuzeid told *The Jordan Times* in a recent interview. In: *Jordan Times*, 1 de Agosto de 2013 (Anexo II).

è un progetto umanitario: al centro abbiamo messo l'essere umano. Siamo esseri umani che aiutano altri esseri umani (...).

Io sono como un ponte: da una parte il campo, con le sue storie e la sua gente, che è anche la mia gente, senza voce; dall'altra il mondo, al quale io posso parlare, da gazawi, da refugiata e da film maker. Non posso lasciarmi scappare questa occasione: raccontare la storia della mia famiglia, e insieme quella di altre famiglie, di altre persone che hanno fatto tanto per poter raggiungere il propri obiettivi.¹⁰⁵

No vídeo promocional, o discurso de Dalia Abuzeid, além de alinhado com as questões de cidadania e de humanidade, reforça a ideia de narrativa pessoal: “por favor, ajude-nos a contar a nossa história”, em que ela própria transmite uma identificação com as histórias que serão contadas. Há neste discurso um apelo ao envolvimento, à automobilização, analisada por Castells, onde de facto as redes digitais têm um papel basilar de publicidade e de visibilidade. Dalia reforça que “precisa” da nossa ajuda, para “lançar luz à fronteira dos conflitos” deste problema social, com base na construção de uma narrativa da negação: não têm direitos, por isso, urge, nesta perspectiva discursiva, agir: “é aqui que todos entramos, queremos elevar a ideia de política neste filme e regressar à origem: seres humanos a ajudar seres humanos.”

Agora precisamos da sua ajuda, novamente. Estamos perto de atingir o nosso objetivo. Conseguimos assegurar já 50 mil dólares, mas ainda precisamos de outros 15 mil. 46 anos depois, o que aconteceu àqueles que deixaram Gaza? E o que teria acontecido se eles tivessem ficado para trás? Ao filmarmos as histórias ainda não contadas dos refugiados de Gaza no campo de refugiados em Jerash, na Jordânia (...) esperamos lançar uma luz à fronteira dos seus conflitos. . (...) Eles não têm acesso à saúde pública (...) enquanto refugiados de Gaza não podem trabalhar no setor público bem como não podem ter algumas profissões como dentistas, engenheiros, advogados, contabilistas. E é aqui que todos entramos, queremos elevar a ideia de política neste filme, e regressar à origem: seres humanos a ajuda seres humanos. O meu nome é Dalia Abuzeid e sou uma refugiada de Gaza, por favor ajude-nos a contar a nossa história.¹⁰⁶

Em Discussão

As estratégias de publicidade (Habermas) e de visibilidade (Arendt, 1959) utilizadas pela realizadora Dalia Abuzeid, através das redes digitais, mediando tecnologicamente a

experiência, para, num primeiro momento, promover o documentário “Remember Us”, de forma a dar visibilidade à questão dos refugiados palestinos de Gaza, a viver na Jordânia, e de envolver o público nacional jordano e global, tiveram, conforme constatamos, um propósito de auto-mobilização individual para apoiar o filme, de forma a “ajudar a contar a história deles”.

Apesar de a realizadora afirmar que não tinha o objetivo político com esta promoção e publicidade, o pedido de mobilização tinha de facto, por um lado, esse intento, no sentido da participação, chamando a atenção, através do discurso utilizado, para uma questão de “minoridade esquecida”, “cidadãos de lado nenhum”, para “chamar a atenção de governos e indivíduos” de uma questão histórica que se arrastava, “esquecida”. Ou seja, ela exigia respostas cívicas, organizando uma outra inteligibilidade do fenómeno, deste problema social.

Por outro lado, tinha o objetivo de lhes conferir existência e sentido, criando uma narrativa de histórias, dando-lhes representatividade no ciberespaço, para que não sejam esquecidos, já que, enquanto refugiados palestinos, enquadram-se num estatuto legal diferenciado que lhes veta o acesso à vida pública, à cidadania e ao “ser e aparecer”.

Outra questão importante refere-se ao processo de identificação. Dalia cria esta narrativa, a partir da sua própria história, para perpetuar e dar sentido e existência, igualmente, à sua própria narrativa (o seu passado, presente e futuro, numa memória inteligível). A forma como tenta construir um sentido destas existências no espaço público é realizada, através do discurso que pretende ser mobilizador e alicerçado na perspetiva de que se este problema social, o dos refugiados palestinos de Gaza a viver na Jordânia, se arrasta há tanto tempo, sem que tenham de facto acesso e visibilidade no espaço público. Então nós, coletivo, temos responsabilidades, por isso é tempo de agir. “Serem humanos a ajudar seres humanos”, disse ela a certa altura. Através do discurso, de contra público, nessas plataformas organiza-se uma inteligibilidade do fenómeno, conferindo-lhe existência (ainda que limitada), enquanto problema social no espaço público jordano e global.

No entanto, por limitações de tempo para uma análise mais aprofundada não foi possível averiguarmos o impacto deste discurso na sociedade jordana, nem se, por exemplo, essa publicidade chegou a contribuir para transformar o problema social em problema público. Na verdade, o enquadramento epistemológico de espaço público de Habermas (teoria da democracia) oferece questões problemáticas para analisar um contexto sócio-político não democrático. Não obstante, parece-nos que este texto poderá fornecer pistas sobre como se está a constituir o espaço público, através das redes digitais online, numa sociedade não ocidental e não totalmente democrática.

Referências Bibliográficas

Arendt, H. (1958), *The Human Condition*, University of Chicago Press, Chicago.

Arendt, H. (2007), *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Babo, I. (2000), A construção dos problemas públicos. Elementos para uma análise do caso Timor. *Antropológicas*, n.4, pág-113-130. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/923/725> [acedido em 20 de Abril de 2015]

Babo-Lança, I. (2002), *Dicionário de Sociologia*, Porto Editora.

Babo-Lança, I. (2006), *A Configuração dos Acontecimentos Públicos. O Caso República e as Manifestações nos Açores em 1975*. Coimbra, MinervaCoimbra.

Babo, I. (2013), As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais, *Análise Social*, 209, xlviii (4.0).

Bardin, L. (2009), *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA.

Castells, M. (2009), *Comunicación y poder*, Alianza Editorial, Madrid, España.

Castells, M. (2011), “A era das wikirrevoluções”. Entrevista a Manuel Castells por Jordi Rovira. In *Jornal de Debates*, edição 632, terça-feira, 07-02-2012.

Correia, J. C. (2004), *Fragmentação do espaço público*, Universidade da Beira Interior. <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-fragmentacao-do-espaco-publico.pdf>

[acedido a 30 de Abril de 2015]

Fairclough, N. (1989), *Language and Power*. Harlow: Longman Group UK Limited.

Fraser, N. (1990), *Rethinking Public Spheres: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*, Duke University Press, 58.

Gusfield, J. (1981), *The Culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*, Chicago University of Chicago Press.

Goffman, E. (1974), *Les rites d’interaction*, Paris: Minuit.

Habermas, J. (1978), *L’espace public*, Paris, Payot.

Habermas, J. (1992), *L’espace publique 30 ans après*, Quaderni, n.º18, pp. 161-191.

Hodkinson, P. (2011), *Decline of the national public: commercialization, fragmenta-*

tion and globalization. In Paul Hodkinson. *Media, Culture and Society: an introduction* (pp. 173-193). London: SAGE.

Inneraty, D. (2010), *Novo Espaço Público*, Lisboa: Editorial Teorema.

Lynch, M. (1999), *State Interests and the Public Sphere: The International Politics of Jordan's Identity*. New York: Columbia University Press.

Yom, S. L. (2005), "Society and Democratization in the Arab World," *The Middle East Review of International Affairs* 9.4. <http://www.eden.rutgers.edu/~spath/351/Readings/Yom%20-%20Civil%20Society%20and%20Democratization%20in%20Arab%20World.pdf> [accedido a 28 de abril de 2015]

Schiffrin, D.; Tannen, D. & Hamilton, H. (Eds.). (2001), *The Handbook of discourse analysis*. USA: Blackwell Publishers Inc. <http://occupytampa.org/files/wcom/The%20Handbook%20of%20Discourse%20Analysis.pdf> [accedido em 23 de Abril de 2015]

Sennet, R. (1974), *The fall of public man*, New York, Alfred A. Knopf, Inc.

Sennett, R. (1979), *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Seuil.

Tassin, E. (1992), *L'espace commun ou espace public? L'antagonisme de la communauté*, in *Hermes*, n.º 10, CNRS, pp. 23-27.

The United Nations Refugee Agency, Refugee Review Tribunal, Australia, disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/4b6fe264d.pdf> [accedido a 21 de abril de 2015]

Van Dijk, T. A. (1990), *La noticia como discurso – Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Paidós Comunicación.

Van Dijk, T. A. (2001), *Relevance in text and context*, Discussion of Joseph E. Grimes: preprint context structure patterns, Universiteit van Amsterdam, disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/Relevance%20in%20text%20and%20context.pdf>

Vendetti, K. (2012), "Jordan's Political Public Sphere: Understanding the Youth's Awareness and Perceptions of the Constitutional Reforms in the Post-Arab Spring Era". Independent Study Project (ISP) Collection. Paper 1275. http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/1275 [accedido a 30 de Abril de 2015]

Verón, E. (1988), "Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento". In J.C. Abrantes e D. Dayan (orgs.), *Televisão: das Audiências aos Públicos*, Lisboa, Livros Horizonte.

Internet (corpus de análise)

Site Remember Us: <http://rememberusfilm.yolasite.com/>

Site de Campanha de crowdfunding zoomal: <http://www.zoomaal.com/projects/remember-us1/>

Link do jornal online Jordan Times: <http://jordan-times.com/>

[ordantimes.com/local-filmmaker-seeks-to-expose-plight-of-jordans-gaza-refugees](http://jordan-times.com/local-filmmaker-seeks-to-expose-plight-of-jordans-gaza-refugees)

Link da revista online: <http://www.osservatorioiraq.it/med-generation/remember-us-raccontare-i-profughi-di-gaza-parlando-ai>

Anexo

Anexo I

I - Technical Specs

Working title: Remember Us
Film duration: 70-90 minutes
Production Company: Concept View
Producer: Frederico Baja
Writer: Dalia Abuzeid and Vanessa Rodrigues
Director: Dalia Abuzeid
Director of photography: António Morais
Editor: Mariana Figueiredo
Composer: Ricardo Guedes

II - Working Hypothesis and Interpretation

This documentary will tackle the situation of a forgotten minority in Jordan; Palestinian refugees from Gaza living in Jerash Camp that is also known for Gaza Camp in the town of Jerash. According to different sources, the population of the camp goes from 20,000 to 40,000 people living in the space of 0.75 square kilometers. Unlike other Palestinian refugees, Gaza Camp refugees have no Jordanian National number, which leads them to live in tough conditions related to health, education, and financial situations.

The average income for a family in the camp is \$217 US dollars, which includes the help they get from agencies. Yet, 64% of the refugees in the camp have an average of \$2 US dollars to spend a day, and those who have 1 US dollar a day to spend are 14% of the camp.

Some of the major problems in the Gaza Camp are poverty, high unemployment, and the majority of shelter being unsuitable for accommodation. Of the 20,000+ refugees, there is an unemployment rate of 43% due to the following reasons:

- They cannot work in public sectors.
- They cannot work as a dentist, agricultural engineer, lawyer, or legal accountant.
- They have difficulties working as nurses.
- They cannot work in private schools unless a security clearance certificate is provided from the Department of Palestinian Affairs.
- They cannot work in a bank.
- They cannot work in a 4 or 5 star hotel; and working in a 1, 2, or 3 star hotel is difficult.
- They are not allowed to register a company (business) outside the camp.
- They are not included in vocational trainings conducted by the government, or a private sector in cooperation with the government.

For more information about the legal status of ex-Gaza refugees in Jordan, please visit the [Statistics and Legal Status](#) page.

The documentary will lead the audience to not just witness the daily tough life, but live it as well with an interesting raw interactive style.

We believe this film will open the eyes of both governments and individuals around the world to the inhumane conditions they are living under, and encourage them to help them by giving them more opportunities rather than taking them away. Also to encourage people to start projects in the camp; which will make capable individuals to working individuals to give them better and equal opportunities to other citizens of Jordan to have a decent productive rate as well as decrease the rate of drug and alcohol intake which will effectively decrease the murder rate within the camp.

III - Visuals

Anexo II

INTERNET ARCHIVE
WayBackMachine

1 captures
30 Jul 13 - 30 Jul 13

http://jordantimes.com/local-filmmaker-seeks-to-expose-plight-of-jordans-gaza-refu/ Go

JUN JUL AUG
2012 2013 2014

Close X

Help ?

Login | Sign Up | Read JT PDF Version

About us | Contact us | Advertise | Archive

THE JORDAN TIMES

Wednesday, July 31, 2013

Home | Local | Region | World | Business | Sports | Features | Letters | Opinion | What's On | Feeds

LATEST NEWS

INTERNET ARCHIVE
WayBackMachine

Homepage > Local > article details

Local filmmaker seeks to expose plight of Jordan's Gaza refugees

by Lubna Ali | Jul 30, 2013 | 23:37



The feature-length documentary 'Remember Us', sheds light on the life of Palestinian refugees living in the Gaza camp in Jerash, some 48km north of Amman (Photo courtesy of Dalia Abuzeid)

AMMAN — For Dalia Abuzeid, living with a Gaza Strip ID card in Jordan has made her feel like a "citizen of nowhere", which led her to start filming "Remember Us" in an effort to do something for Palestinian refugees in Jordan.

"[Being a refugee] brought me closer to this issue and sparked an interest that led me to visit the Gaza Refugee Camp [in Jerash] on several occasions," the director and writer of "Remember Us", told The Jordan Times.

The planned feature-length documentary tackles Jordan's "forgotten minority" — Gazans — said 22-year-old Abuzeid, who studied filmmaking at the SAE Institute.

A sequence of the documentary will be shot in Gaza to raise questions about what would have happened to the Gazans residing in Jordan, had they never come.

Refugees from Gaza came to Jordan in the wake of the 1967 Arab-Israeli war. They are treated as Palestinians residing in the Kingdom, with temporary passports that must be renewed every two years.

Abuzeid said the documentary will reveal "untold stories" about the lives of the refugees, while raising global awareness and aiding social campaigns to address their daily physical, emotional and social problems.

A turning point in the film's production came after a private European investor contributed half of the project's budget, she said.

"Her passion and help led us to the stage we are at now."

In order to cover the rest of the film's expected costs, Abuzeid launched several fundraising campaigns and is now in the process of applying for human rights grants before she starts filming.

She noted that "Remember Us" will be released internationally, according to the planned distribution and marketing campaigns, to bring the issue to a global audience.

Abuzeid began working on the film in 2012 and teamed up with production company Concept View after she completed the first draft of the script.

INTERNET ARCHIVE
WayBackMachine

http://jtox.jordantimes.com/www/

Latest

Most Popular | Top Rated | Most Commented



Jordanian released after serving time in Israeli jail
Ala Ayash was released from Israeli prison on Tuesday after serving a four-month term, according to activists. Full story

- Exclusion of Brotherhood unlikely but dialogue vital
- 'Preparations under way to implement water projects worth JD56.7 million'
- House endorses Social Security Law after a month of deliberations
- Local filmmaker seeks to expose plight of Jordan's Gaza refugees

INTERNET ARCHIVE
WayBackMachine

http://jtox.jordantimes.com/www/

Latest

HOME INVETRINA PARTNER
CHI SIAMO IN REDAZIONE LOGIN
ISSN: 2240-323X

OSSERVATORIO IRAQ
MEDIORIENTE E NORDAFRICA

Cerca

APPROFONDIMENTI ANALISI FOCUS RAPPORTI PUNTI DI VISTA VOCI DAL CAMPO MED GENERATION FOTO-NOTIZIA FOTOGALLERY MULTIMEDIA

ARMI CAMPAGNE E INIZIATIVE CULTURA E DINTORNI BIOMED MIGRANDO MUSICA PETROLIO QUESTIONE DI GENERI SPECIALI

Home

Remember us: raccontare i profughi di Gaza parlando ai profughi di Gaza

Un progetto che piano piano vede la luce: una ricerca lunga due anni, cinque storie, Gaza, un campo profughi in Giordania, dei diritti negati, un ritorno impossibile e la speranza che dal basso, dalle persone stesse, riesca a rinascere la scintilla della speranza e del cambiamento.

Sono questi gli ingredienti di 'Remember us', docu-drama diretto dalla giovane filmmaker e produttrice Dalia Abuzeid, gazawi in Giordania: *"La prima volta è stato uno schiaffo in pieno viso. Ho iniziato a chiedermi 'ma dove sono stata in tutto questo tempo? Dove siamo stati tutti, come esseri umani?'. Una sera, tornando a casa dal campo, mi sono resa conto d'essere invecchiata dieci anni di colpo".*

Se a dirlo è una ragazza di poco più di vent'anni, non è facile cogliere al volo il significato di queste parole. Ma mentre racconta dove ha passato gli ultimi 24 mesi della sua vita, tutto diventa un po' più chiaro.

Dalia Abuzeid ha una carta d'identità che dice 'Striscia di Gaza', un passaporto da rinnovare ogni due anni, ma non ha una nazionalità né un paese in cui tornare. Dalia Abuzeid, con una famiglia, degli amici, un tetto sopra la testa, un percorso di studi artistici, un lavoro e dei sogni da realizzare, è nata e cresciuta in Giordania, ma sa per certo che l'unico posto che non la accetterà mai come cittadina è proprio questo.

Perché è gazawi, in un paese che riconosce il diritto di cittadinanza a molti palestinesi, ma non a tutti.

Suo padre, oggi affermato professionista nel campo del marketing, ha passato il fiume nel 1968, scappando da una guerra, e da una Striscia affacciata sul mare, che presto sarebbe diventata una prigione a cielo aperto. Per finire come dietro le sbarre.

Il padre di Dalia, che in Giordania ha formato una famiglia, e in Giordania paga le tasse, non è, e non sarà mai, un cittadino giordano. Lo dice la legge: dopo il 1967, con Gaza sotto il controllo egiziano, nessun profugo ha più ottenuto il passaporto giordano.

"E noi siamo ancora fortunati, perché abbiamo un permesso di residenza lungo, di due anni. Ma vedere nelle facce dei funzionari, ogni volta che devo rinnovare i documenti, quello stupore nel realizzare che sì, sono gazawi, ma no, non vivo nel campo, è una cosa fastidiosa".

Il campo a cui fa riferimento Dalia è il campo profughi che in Giordania accoglie la maggior parte di chi, dopo il 1967, è fuggito da Gaza. Stessa superficie, stessi confini, stesse regole di gestione interna ed esterna: *"Non passano a raccogliere l'immondizia. Dicono che quella è zona Unrwa, quindi non è compito della municipalità occuparsi dei servizi lì dentro".*

Un campo di cui non si sa nemmeno per certo il numero di abitanti. *"Abbiamo dei dati, ma non coincidono, da un report all'altro. Possiamo fare una stima, sì, ma non ci sono ricerche recenti in proposito".*

Dimenticati. I profughi gazawi in Giordania sono semplicemente dimenticati. Senza diritti e

DA OLTRE 20 ANNI COSTRUIAMO NUOVI PONTI

La crisi irachena
Cause ed effetti di una storia che non insegna

Ricerca filtrata

Area geografica
-Selezione-

Nella categoria...
-Selezione-

...e/o nella categoria
-Selezione-

Filtro

Clicca su "Filtro" per vedere i risultati.

Info Paese

Seleziona un paese dalla lista

Sostienici!

Osservatorio Iraq, Medio Oriente e Nordafrica è gratuito ma non a costo zero: dietro le analisi, le notizie che avete appena letto c'è il lavoro dei collaboratori e dei soci della cooperativa Memoriente. Osservatorio Iraq, Medio Oriente e Nordafrica conta sul sostegno dei propri lettori e delle

[+ CREATE](#)
[Projects](#)

[عربي](#)
[How it works](#)
[Login](#)
[Register](#)

1675

Share

53

Tweet

15

Share

10

8+1

be more effective

Email a friend

spread the word

Remember Us

From Amman, Jordan

by Dalia Abuzaid

05:20

HD :: vimeo

Summary

Remember Us, a 70 to 90-minute documentary that will reveal the untold stories of Gaza refugees

8,914

views on this project

2,072

shares

31

Contributors

1675

53

10

15

Share

Tweet

8+1

Share

Campaign ends on: 07 Aug,2013

This project has been successfully funded!

Overview

Comments

Backers

Updates

Sponsors

Dalia Abuzaid

Amman, Jordan

diversamente, avremmo potuto vivere tutti nel campo, e invece no".

"Io sono come un ponte: da una parte il campo, con le sue storie e la sua gente, che è anche la mia gente, senza voce; dall'altra il mondo, al quale io posso parlare, di gazawi, di rifugiati e di film maker. Non posso lasciarmi scappare questa occasione: raccontare la storia della mia famiglia, e insieme quella di altre famiglie, di altre persone che hanno fatto tanto per poter raggiungere i propri obiettivi".

E come credete che verrà accolto, il vostro lavoro, dal pubblico giordano?

"La questione gazawi in Giordania è una storia lunga. Se davvero qualcuno avesse voluto fare qualcosa per cambiare la situazione, l'avrebbe già fatto. In realtà non mi preoccupo molto di quello che dirà la platea giordana. Io voglio sollevare prima di tutto una consapevolezza interna alle persone del campo, e poi una coscienza collettiva su quello che accade nel campo ormai da quarant'anni. So che ci saranno delle critiche, ma siamo pronti ad incassarle".

E Vanessa aggiunge: "Abbiamo preso parte da una conferenza, qui in Giordania, e parlando davanti ad un gruppo di giovani, ci siamo resi conto di quanto poco sapessero, in realtà, dei diritti e della situazione dei profughi gazawi. C'è bisogno, a livello locale, di tirare fuori il discorso, di parlarne alla luce del sole. Anche le nuove generazioni sono soggette ormai a idee vecchie, stereotipi che non hanno ragione di esistere. È tempo di cambiare".

"La situazione è ai limiti dell'insostenibile: io sono qui da tutta la vita, ma non ho diritto alla cittadinanza, non posso aprire un conto in banca, non posso viaggiare liberamente, non posso frequentare le scuole pubbliche (al cui mantenimento contribuisco pagando le tasse), non ho diritto all'assistenza sanitaria. E non possono nemmeno dirmi 'tornate al tuo paese', perché io in un paese dove tornare non ce l'ho. Una parte del documentario doveva essere girata a Gaza: l'idea era riportare mio padre lì dove è nato e dove non è mai potuto tornare. Poi settimana scorsa l'Egitto ha chiuso di nuovo la frontiera e ora aspettiamo di sapere cosa succederà. Vadi? Tutto la storia non ha senso. È una situazione in stallo, che a nessuno interessa cambiare. Non sta cambiando e mai lo farà. Ma possiamo cambiare noi, come esseri umani".

"Per la pagina crowd funding del progetto "Remember us", clicca [qui](#)."

14 Luglio 2013 di: *Marta Ghezzi da Amman*

Area Geografica: **Giordania** **Palestina**
Video:

PARTE IV
ATIVISMO EM REDE E ARTES COLABORATIVAS/RELACIONAIS

HARUM FAROCKI, TRABALHO E CINEMA EM REDE: O PROJETO COLABORATIVO *LABOUR IN A SINGLE SHOT*

Rui Matoso¹⁰⁷

1. Aproximação à obra de Harun Farocki

Harun Farocki (1944-2014) estreou-se na produção de cinema em 1966. Cresceu em Hamburgo, mas mudou-se para Berlim Ocidental, onde viveu desde o início dos anos 1960. Esteve entre os primeiros estudantes que entraram no Berlin Film & Television Academy (DFFB), mas acabou por ser expulso em 1968 devido a atividades consideradas subversivas.

Começou por trabalhar em curtas-metragens para televisão e estabeleceu-se entre 1970 e 1980 como reconhecido cineasta de perfil político através de uma série de obras de longa-metragem, em parte auto-financiadas, como: *Zwischen den Kriegen* (Between Two Wars, 1978), *Etwas wird sichtbar* (Before Your Eyes, Vietnam, 1982), *Betrogen* (Betrayed, 1985) e *Wie man sieht* (As You See, 1986).

Os meios a que recorreu dependeram essencialmente da eficácia crítica face aos dispositivos visuais em vigor. Desde a sua primeira longa metragem, *Nicht löschesbares Feuer* (Fogo Inextinguível, 1969)¹⁰⁸, até às instalações mais recentes como *Visibility Machines*¹⁰⁹ (2013, com Trevor Paglen), o potencial crítico das suas obras tem sido exímio na análise e desconstrução de formas de dominação e governamentalização estabelecidas nos múltiplos campos de poder.

Se no início de carreira Farocki se inscreve de modo ativista no confronto político e social em torno da guerra do Vietname, posteriormente coloca-nos perante uma investigação empírica e conceptual em torno das categorias, usos e efeitos das imagens (imagens-operativas, imagens-fantasma) e das tecnologias do visível /invisível no terreno da guerra e das indústrias militares, nas prisões ou no espaço público em geral.

A sua obra pluridisciplinar está, desde os primeiros trabalhos cinematográficos, vinculada à desconstrução dos processos de constituição do visível fantasmático (virtual, digital, ubíquo) patente nos dispositivos tecno-estéticos, mas também na sua

¹⁰⁷ Rui Matoso é gestor e programador cultural. Professor na Universidade Lusófona/ECATI e na Escola Superior de Teatro e Cinema (IPL - Lisboa). É membro da European Expert Network on Culture (EENC) e da ECREA - European Communication Research and Education Association. É doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e mestre em Práticas Culturais para Municípios pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (2008), tendo anteriormente realizado uma Pós-Graduação em Gestão Cultural na ULHT (2006).

¹⁰⁸ <http://www.harunfarocki.de/films/1960s/1969/inextinguishable-fire.html>

¹⁰⁹ <http://www.umbc.edu/cadvce/exhibitions/VisibilityMachines.php>

relação com o invisível semiótico e simbólico, ou seja, com as formações ideológicas e discursivas da imagem. Em ambos os casos, trata-se pois de aceder a uma estratigrafia subjacente à produção da imagem e de reconhecer o invisível dentro do visível, ou de «detetar o código através do qual o visível é programado» (Elsaesser, 2004, 12).

Os seus filmes incorporam imagens de arquivo (*found footage*) provenientes de arquivos de imagens icónicas culturais e históricas (registos televisivos, imprensa, cinema...); mas também de câmaras de vigilância (*Prison Images*, 2000)¹¹⁰ e de imagens-operativas como aquelas usadas algoritmicamente pelas bombas inteligentes durante a Guerra do Golfo (*War at Distance*, 2003)¹¹¹.

No género denominado como *surveillance cinema* (Zimmer, 2011), um filme de Michael Klier, *The Giant* (*Der Riese*)¹¹², 1983 – com banda sonora de Mahler e composto exclusivamente a partir de imagens de arquivo de vídeos gerados por câmaras de vigilância instaladas no espaço público – é considerado pelo próprio Farocki com uma das suas principais influências cinematográficas, designadamente para o seu *Prison Images*.

O facto de Harun Farocki se dedicar igualmente a teorizar sobre a imagem no contexto da cultura visual e da ecologia dos media nas sociedades contemporâneas, faz do seu processo criativo uma espécie de metacinema (Elsaesser, 2008, p. 37), onde os métodos de produção e a inclusão de novas categorias de imagem são questionados em termos do que pode ser considerado um cinema-ensaio, regado por uma montagem dialética que o cineasta apelidou como *Verbund* (composto). *Verbund* significa, enquanto método de montagem, a simbiose entre elementos antagonistas, mas, como melhor esclarece Thomas Elsaesser:

Farocki aplicou metaforicamente o método *Verbund* no seu próprio trabalho, para sinalizar a forma como usava diferentes media - de televisão, trailers de filmes, cinema político, peças de rádio, resenhas de livros - de modo que o trabalho feito para um projecto poderia contribuir para vários outros dos seus outros projetos. Mas *Verbund* é também um termo útil quando se quer entender o princípio por trás da prática Farocki de separar e unir. Era típico para ele, juntar aquilo que quer esconder a natureza de sua conexão (prisões de segurança e shopping centers, via dispositivos de vigilância), bem como separar o que estamos acostumados a pensar em como existindo conjuntamente (por exemplo, o trabalho como trabalho assalariado) (...), propondo uma relação mais orgânica ou modulada entre as coisas. (Elsaesser e Alberro, 2014, tradução nossa.)

¹¹⁰ <http://www.harunfarocki.de/films/2000s/2000/prison-images.html>

¹¹¹ <http://www.harunfarocki.de/films/2000s/2003/war-at-a-distance.html>

¹¹² <http://www.medienkunstnetz.de/works/der-riese/> ; https://youtu.be/xLCsJuFBi_o

No filme *Fogo Inextinguível*, Farocki filma-se sentado a uma mesa de escritório enquanto lê o testemunho de Thai Bihn Dan, vítima de um bombardeamento de Napalm à sua aldeia. Logo a seguir Farocki lança duas perguntas: «Como vos posso mostrar o Napalm em ação? Como posso fazer sentir as queimaduras infligidas pelo Napalm?». A sua resposta exclui o uso de qualquer imagem icónica ou indexical que represente aquela realidade, pois o efeito no espectador provocaria o cerrar dos olhos ao horror visível¹¹³, depois levaria-o a recusar essa memória visual, e seguidamente a evitar conhecer os factos e a compreender todo o contexto envolvente (Elsaesser, 2004, p.17). Todavia, ao contrário do que poderíamos considerar num cinema politicamente engajado, Farocki dispensa mobilizações emocionais e a suposta empatia do espectador.

A solução encontrada para fornecer ao espectador uma aproximação aos efeitos do Napalm é conseguida pelo gesto performativo de apagar um cigarro na pele do seu antebraço (Img. 1.). Fazendo uso da metonímia (o cigarro queima a uma temperatura de 200° C, o Napalm a 3000° C), Farocki transmuta o horror abstrato das imagens “reais”, de deflagrações e queimaduras de Napalm, numa performance visual de sofrimento suportável. O cineasta não pretende evitar ou censurar a “violência das imagens”¹¹⁴, mas antes anular as mediações produzidas pelo “mercado do visível” (idem, p.71) e desarmar os estereótipos, a má consciência e as defesas da receção visual; para assim, como diz Georges Didi-Huberman, «abrir os olhos à violência do mundo que aparece inscrita nas imagens» (Didi-Huberman, 2013b, p.35)



Img. 1. Harun Farocki, *Inextinguishable Fire* (1969) – video still. [Cortesia de Harun Farocki GbR]

113 Esta mesma problemática da representação do irrepresentável pode ser analisada também na monstruosidade do Holocausto judeu quando o seu limiar inumano são evocados, na polémica em torno do texto «Quatro pedaços de película arrancados ao inferno» de Georges Didi-Huberman para o catálogo da exposição «Memórias dos Campos», como sendo da ordem do inimaginável, e paralelamente as quatro fotografias, registadas por um elemento do Sonderkommando de Auschwitz. Cf. Matoso, R. (2014). A imagem (in)dizível e a representação do insuportável. (<http://bit.ly/iRjFjYs>).

114 Até porque “pensar a imagem é responder pelo destino da violência” (Mondzain, 2009, 73).

As obras anteriormente referidas permitem-nos entender que o seu trabalho se focou essencialmente na crítica da violência bruta e da violência simbólica (poder simbólico), nas mais diversas envolventes sociopolíticas, na “sociedade do espectáculo”, na “sociedade disciplinar” ou na “sociedade do controle”, designadamente nas esferas da guerra, do trabalho, do lúdico, ou da vigilância. Para a construção de uma crítica da violência é fundamental saber descrevê-la e ser capaz de observá-la, i.e., desconstruir os seus artefactos e identificar e analisar as relações, o que implica desmontar e voltar a montar o estado das coisas. Esta árdua tarefa consiste então em questionar os três domínios sociais definidos por Walter Benjamin em *Para uma crítica da violência*: questionar a tecnologia, a história e a lei (Didi-Huberman, 2013b, p. 35). Depois da incursão em *Fogo Inextinguível*, na guerra do Vietname – a primeira guerra mediatizada por televisão¹¹⁵ –, voltará a focar o ponto de partida da sua investigação numa outra guerra e numa outra problemática das imagens.

Harun Farocki não foi somente realizador, artista, teórico dos media, filósofo da imagem, mas também escritor e professor. A apresentação da sua obra não se confinou apenas ao espaço das salas de cinema, espaço cada vez mais exíguo num contexto de mercado dominado por salas de exibição comercial. A sua primeira instalação em galerias de arte e museus data de 1995, com o projecto *Schnittstelle* comissariado pelo Lille Museum of Modern Art, onde examina a questão de saber o que significa trabalhar com imagens já existentes em vez de produzir as suas próprias novas imagens¹¹⁶. Posteriormente, já no ano 2000, desenvolveu três instalações multi-canal: *Eye / Machine*, *Music-Video* e *I Thought I was seeing Convicts*¹¹⁷.

2. Trabalhadores ao sair da fábrica

A obra artística e o pensamento crítico de Harun Farocki estiveram constantemente focados em torno das questões da produção e do trabalho material e imaterial. O motivo dialético produção/trabalho está presente, sob diversas formas, em três dos seus projectos: *Workers leaving the factory* (1995); *In comparison* (2009) e *Labour in a single shot* (2011). São três abordagens distintas à forma de fazer cinema, e três modulações de ritmo e forma em torno da repetição do mesmo leitmotiv, o trabalho no contexto da modernização capitalista.

115 Cf. “Vietnam on television” (<http://www.museum.tv/eotv/vietnamonte.htm>), acessado a 10-04-2015)

116 <http://www.harunfarocki.de/installations/1995.html>

117 <http://www.harunfarocki.de/installations/2000s/2000.html>



Img. 2. Harun Farocki, *Workers leaving the factory* (1995) – video still. [Cortesia de Harun Farocki GbR]

A história do cinema é desde a sua eclosão marcada pela imagem do mundo do trabalho através do filme inaugural dos irmãos Louis e Auguste Lumière: *La Sortie de l'usine Lumière à Lyon* (1895). Apesar da primeira câmara ter sido apontada ao portão de uma fábrica, e de ter havido realizadores¹¹⁸ importantes a filmar o universo laboral do operariado industrial - as condições de trabalho, as greves ou os movimentos operários - a verdade é que, posteriormente, o cinema mainstream viria a rejeitar, em grande medida, o cenário fabril, repelindo a esfera do trabalho para longe do ecrã. Ainda assim, diversos artistas (cineastas, fotógrafos, dramaturgos, escritores,...) persistiram de modo militante na representação crítica das relações de produção fordista e pós-fordista. Alan Sekula (1951-2013) é certamente um dos representantes do conjunto de artistas contemporâneos envolvidos em práticas de documentação crítica do capitalismo tardio, as exposições *Ship of Fools*¹¹⁹ ou *The Docker's Museum*¹²⁰ são parte do trajeto de Sekula enquanto artista, mas também como um dos mais destacados pensadores marxistas do nosso tempo¹²¹.

Harun Farocki faz a sua primeira incursão ao universo laboral com o filme *Workers leaving the factory*¹²² (1995), recorrendo à sua metodologia de apropriação e montagem de imagens de arquivo institucionais mas também a outros filmes que versam sobre a mesma temática. Farocki descobre assim que ao longo de um século a história do cinema proporcionou um elemento comum: o movimento dos trabalhadores a sair

¹¹⁸ *Modern Times* (1936, Charles Chaplin); *Enthusiasm* (1931, Dziga Vertov), *Metrópolis* (1927, Fritz Lang) ou *Tout Va Bien* (1972, Jean-Luc Godard), entre outros.

¹¹⁹ http://we-make-money-not-art.com/ship_of_fools/

¹²⁰ <http://www.artecapital.net/exposicao-387-allan-sekula-the-dockers-museum>

¹²¹ Vide: Gelder, Hilde Van (2015) (org.). Allan Sekula. *Ship of Fools/ The Docker's Museum*. Lisboa: Lumier Cité / Maumaus.

¹²² <http://www.harunfarocki.de/films/1990s/1995/workers-leaving-the-factory.html>

pelo portão das fábricas. No entanto, avisa-nos o realizador, o movimento registado pela câmara é apenas o movimento visível da força de trabalho, mas há um outro movimento ausente da representação, o movimento das mercadorias, do dinheiro e das ideias postas em circulação pela indústria (Farocki e Gaensheimer, 2001, p. 246).

Na nossa época, salienta o cineasta, os portões já vêm equipados com câmaras de vigilância e detetores automáticos de movimento, e com isso vem também um novo arquivo de imagens pesquisável e editável (Farocki, 2004, p. 237). Estas imagens informáticas correspondem àquilo que Farocki designou como imagens-operativas¹²³, imagens que não sendo abstratas também não cumprem a função de representação, formam parte de uma operação que permite memorizar e reconhecer padrões visuais capazes de reconhecer a identidade dos trabalhadores através da sua imagem facial.

A chamada de atenção para estas novas imagens - dos portões e dos trabalhadores vigiados a tempo inteiro - talvez pudesse indiciar um novo projeto de Harun Farocki na fileira de filmes sobre o trabalho contemporâneo, mas desta vez sem imagens autorais de realizadores prestigiados, mas com imagens operativas. Nada que Farocki já não tivesse feito anteriormente, nomeadamente com o seu *Prison Images*¹²⁴, onde uma parte substancial do filme é sustentada em imagens de câmaras de vigilância, sendo por isso integrante de um novo género de cinema denominado *Surveillance Cinema* (Zimmer, 2011). Esta aproximação entre trabalho e vigilância ganha um sentido inusitado, até porque o primeiro filme da história do cinema é desde logo um filme criado pela imagem da vigilância corporativa, pois os trabalhadores que saíam da fábrica Lumière foram filmados pelos seus próprios patrões, dando assim origem à ideia de monitorização e controle do local de trabalho como forma predominante de vigilância.

Em 2009, Farocki realiza outro filme sobre com uma abordagem centrada na produção, armazenamento e utilização comparada de tijolos em vários locais do mundo. In *Comparison*¹²⁵ é um filme rodado pelo cineasta -contrariando assim a sua regra de utilização de imagens de arquivo-, em torno desse objeto ancestral usado na construção do habitat humano. A Farocki interessava captar as semelhanças e as diferenças coetâneas dos diferentes modos técnicos de fabrico do tijolo, em três continentes [África (Burkina Faso), Ásia (Índia) e Europa (Alemanha)], mas também lhe interessava ver no tijolo um objeto poético e cultural da humanidade, bem como

¹²³ As imagens-operativas são produto do desenvolvimento de uma nova geração de máquinas inteligentes capazes de definir um novo espaço visual e uma visão pós-humana. Com a imagem digital e o seu processamento através de software, a noção de programa e de utilizador (funcionário) visados por Vilém Flusser ganham, com as imagens-operativas, um novo significado, é que estas imagens não requerem já o “funcionário” para serem produzidas e actuautes. A imagem digital (fotografia e vídeo) enquanto “máquina de visão” - seeing machines - abrange hoje praticamente todas as tecnologias de produção de imagem, desde iPhones, scanners de segurança de aeroportos, reconhecimento eletro-óticos a partir de satélites, leitores de código QR, câmaras de vigilância de reconhecimento facial, sistemas de reconhecimento automático de matrículas, Google Street View, etc. Esta definição tem ainda de incluir toda uma rede de elementos actantes, tais como o metadata associado às imagens, os protocolos de comunicação, software, algoritmos e sistemas de arquivo. (Matoso, 2015).

¹²⁴ <http://www.harunfarocki.de/films/2000s/2000/prison-images.html>

¹²⁵ <http://www.harunfarocki.de/films/2000s/2009/in-comparison.html>

observar os diferentes modos de produção das relações sociais em cada um dos contextos geográficos modulados pelas tecnologias de produção, das mais artesanais e familiares às ultra-sofisticadas fábricas automatizadas. Enquanto que no Mumbai e no Burkina Faso a produção de tijolos é um fenómeno de ritual coletivo ao ar livre, que reúne o esforço de homens e mulheres em interação com crianças; já na fábrica alemã, um conjunto de autómatos controlam a produção no interior de uma unidade do sistema de produção.

*Labour in a Single Shot (Eine Einstellung zur Arbeit)*¹²⁶ é um projeto de Antje Ehmman e Harun Farocki, realizado entre 2011 e 2013 em quinze cidades de diversos continentes e debruçado sobre o tema do trabalho. Este foi também o derradeiro trabalho de Farocki antes do seu falecimento a 31 de julho de 2014. Um dos objetivos do projeto foi o de constituir uma cartografia representativa das atividades laborais à escala planetária, desde as mais formais às menos regulamentadas, criando simultaneamente um arquivo digital do trabalho no séc.21. Como bem relembra Florian Hoof (2015), há, de facto, algumas semelhanças com os desígnios arquivísticos de Albert Khan e o seu *Archives de la Planète*, ou com o de Konrad Lorenz e a sua *Encyclopaedia Cinematographica*, designadamente o uso de curtas metragens produzidas com o fim de evidenciar a essência do objeto filmado.

Em cada uma das quinze cidades foi realizado um workshop cujos participantes foram desafiados a desenvolver projetos sobre o tema do trabalho em formato vídeo com uma regra fundamental: que constassem de um único plano (*single shot*) com duração limitada¹²⁷ a dois minutos. O ponto de partida deste exercício, para além da temática comum, teve como preocupação permitir a reflexão sobre o registo fílmico de um processo repetitivo, e de como encontrar o seu princípio e fim: a câmara deveria estar em movimento ou num ponto fixo? Será possível filmar de uma forma estimulante e num plano único a coreografia de um processo de trabalho? Que tipos de trabalhos são visíveis no centro e na periferia da cidade? O que é típico e o que é invulgar numa cidade, e que tipo de trabalho se poderia tornar num desafio cinematográfico?¹²⁸

Para além dos workshops e dos vídeos produzidos colaborativamente, são realizadas exposições e foi constituído um catálogo online (arquivo) onde estão arquivados todos os 413 filmes¹²⁹ produzidos, e que resultam num mosaico da imensa variedade de trabalhos materiais e imateriais, pagos e não pagos, éticos e indignos...

126 <http://www.labour-in-a-single-shot.net/>. O título original sugere uma outra leitura, uma vez que a palavra alemã “Einstellung” significa “atitude”, dando assim origem a “uma atitude perante o trabalho”, o que sugere a mobilização crítica dos artistas-realizadores perante a condição laboral que filmavam.

127 Entrevista: Harun Farocki/ Antje Ehmman, *Labour in a single shot*: https://youtu.be/Wvg_pOvsiow

128 <http://www.labour-in-a-single-shot.net/en/project/concept/>

129 <https://vimeo.com/user15209068>

3. Ativismo, agenciamento e cinema militante

“A questão do futuro da revolução é uma má questão, porque, enquanto se coloca, há inúmeras pessoas que não devêm revolucionárias, e ela é feita precisamente para isso, para impedir a questão do devir-revolucionário das pessoas, a todos os níveis, em qualquer lugar”.

Gilles Deleuze (Diálogos, 1977)

O desenvolvimento colaborativo de *Labour in a Single Shot*¹³⁰, com duas etapas em Lisboa organizada por Jurgen Bock e pela Maumaus¹³¹, adquiriu um cunho activista enquanto projeto de cinema militante, sendo também por isso uma marca indelével do renovado vigor crítico de Farocki.

A relação entre ativismo e globalização é de facto marcada por uma conexão essencial que se pode designar como um «agir transnacional» (Miranda, 2010, p. 251). Ainda assim, talvez convenha explicitar que o agenciamento coletivo inerente ao projeto *Labour in a Single Shot* remete mais especificamente para uma forma de ativismo social, proporcionado pela realização de workshops em quinze cidades de todos os continentes¹³², bem como pelo estabelecimento de uma rede entre instituições e participantes.



Img. 3. Website com os filmes produzidos no âmbito do projecto *Labour in a Single Shot* (www.labour-in-a-single-shot.net/en/films/)

¹³⁰ <https://www.facebook.com/laborinasingleshot>

¹³¹ http://www.maumaus.org/Maumaus/Lumiar_Cite_-Antje_Ehmann_Harun_Farocki.html

¹³² Bangalore, Berlin, Boston, Buenos Aires, Cairo, Hangzhou, Hanoi, Geneva, Johannesburg, Lisbon, Lodz, Mexiko City, Moskow, Rio de Janeiro e Tel Aviv.

Se a tecnologia é a sociedade tornada durável como pensa Bruno Latour (1991), é relevante compreender que enquanto coletivo sociotécnico, a rede de actantes ou o composto ator-rede é a unidade operativa, ou seja, não existem independentemente per se: «an actor is nothing but a network, except that a network is nothing but actors.» (Latour, 2011: 800). O problema estudado por Latour é, em suma, o problema da descrição analítica da articulação reticular entre elementos distintos em interação e o modo como as relações se modulam sob efeito das ações lançadas a cada momento na rede. Seria por isso muito pertinente empregar a metodologia da Social Network Analysis à análise deste projeto, de modo a obter uma visualização mais complexa das ligações entre os diversos filmes e as suas características, projeto que procuraremos desenvolver no futuro próximo.

Neste caso em concreto, todo o agenciamento é coletivo apesar de ter uma linha de fuga desenhada por Farocki e Antje Ehmann; porque, no fundo, aquilo a que chamamos agenciamento é precisamente uma multiplicidade, e as diferenças não se estabelecem entre o individual e o coletivo, i.e., «não existe sujeito de enunciação, mas todo o nome próprio é colectivo, qualquer agenciamento é já colectivo» (Deleuze e Parnet, 2004, p. 172).

Em *Labour in a Single Shot*, não se trata já de fundar o regime escópico no olhar soberano do realizador, mas de reticular e nomadizar as perspectivas sobre o trabalho na era da globalização. Neste aspeto, a postura tactical media de Harun Farocki, que consiste em fazer um uso crítico e exploratório dos media emergentes em cada um dos seus projetos, reflete bem a proposta invocada pelo grupo Critical Art ensemble: «By any media necessary»¹³³.

A ideia de Cinema Militante, de Octavio Getino, ainda que tenha em mente maioritariamente a produção latino-americana dos países socialistas é suficientemente adequada ao contexto do projeto em análise:

O cinema militante é expressão de uma cultura política aberta e libertadora, e construído com base numa prática coletiva e com criticismo. Mais do que estimular a passividade, satisfação e consumo, o cinema da libertação tende sempre a problematizar e a provocar a participação política da audiência. (Getino, 2011, p. 48, tradução nossa).

Tal como a audiência global do projeto, quer na sua versão online quer nas instalações realizadas em museus e galerias, também os 413 filmes produzidos representam a sua dimensão cine-geográfica, como um conjunto de práticas

e de conexões – individuais, institucionais, estéticas e políticas – que as ligam transnacionalmente a outras situações semelhantes, ou díspares. Neste sentido, a cine-geografia comporta um elemento de importância crítica que passa pela criação de plataformas discursivas, contribuindo para uma prática de mapeamento das afinidades, proximidades e afiliações (Eshun e Gray, 2011, p. 2).

A reticulação, proximidade e conexão entre os actantes da rede (artistas, filmes, cidades, world wide web,...) não implica que esta rede seja observada como uma tecitura homogénea emergida de uma pós-modernidade digital niveladora do substrato social do mundo, nem caucionar um excessivo consenso universal em torno da expansão imaterial do capitalismo tardio, na sua versão de capitalismo cognitivo ou semiótico, com as suas figuras revolucionárias da multidude e do cognitariado. Ainda assim, este é o projeto de Farocki que mais se aproxima dessa figura promovida pelos operaístas italianos, e que Toni Negri refere como o espírito insurgente, que se subjetiva a si mesmo, o espírito da multidude que surge da abstração das redes telemáticas de comunicação (Negri, 2007, p. 49).

A relação entre multidude e produção de registos videográficos é evidente pelo menos desde a cimeira do G8 em Génova, os protestos organizados por movimentos antiglobalização passaram desde então a ser filmados de forma táctica e a fazer da parte de uma estratégia de informação independente¹³⁴ orientada para contrariar a falsa subjetividade construída pelos media mainstream, uma subjetividade “vendida” ao consumidor como mistura de informação e entretenimento (infotainment), capaz de ao mesmo induzir inércia social e uma visão simulacral do mundo.

O uso de media tácticos como no caso do video activism¹³⁵ está igualmente informada pela noção de biopoder (Foucault) mas também pela distopia da sociedade de controlo (Deleuze), e que, de um modo geral, diversos artistas ligados às práticas Tactical Media¹³⁶ vêm adotando nos seus projetos de ativismo híbrido entre a esfera pública e a info-esfera.

Ainda que devemos estar atentos e conscientes dos sistemas de controlo e vigilância sustentados na infra-estrutura cibernética planetária - sistemas que Julian Assange¹³⁷ e Edward Snowden bem conhecem por dentro-, bem como dos avisos de Galloway e Thacker acerca das redes telemáticas como instrumento das novas formas de controlo¹³⁸; a Internet (web) – apesar dos vaticínios acerca da sua morte 139– está

¹³⁴ <https://www.indymedia.org/>

¹³⁵ <http://www.tacticalmediafiles.net/search?q=video%20activism>

¹³⁶ <http://www.tacticalmediafiles.net/>

¹³⁷ Vide Citizen Four (2015, Laura Poitras): <https://citizenfourfilm.com/> . Vide igualmente Cypherpunks (Julian Assange e outros): <http://blogdaboitempo.com.br/cypherpunks/>

¹³⁸ Galloway e Thacker: «the network, it appears, has emerged as a dominant form describing the nature of control today(...) Perhaps there is no greater lesson about networks than the lesson about control: networks, by their mere existence, are not liberating; they exercise novel forms of control that operate at a level that is anonymous and nonhuman, which is to say material.» (Galloway e Thacker, 2007: 4-5).

¹³⁹ Cf. The Internet Does Not Exist (2015, e-flux journal, SternBerg Press)

Sa imaginação, a atenção e a produtividade de mais pessoas do que alguma vez algum media conseguiu.

Na carta a Serge Daney publicada pelos Cahiers do Cinema, Deleuze (2003, pp. 99-114) refere-se a uma terceira idade, ou terceiro estado, da imagem, como aquele em que «seria preciso que o cinema deixasse de o fazer, deixasse de fazer cinema, que instalasse relações específicas com o vídeo, a eletrónica, as imagens numéricas, para inventar a nova resistência e se opor à função televisual de vigilância e de controlo (...) Seria aqui que se esboçaria a nova arte da Cidade-cérebro» (id, p. 109-110).

Farocki foi desde sempre um artista atento aos new media e à ecologia pós-media no universo das imagens técnicas (Flusser, 2011). Como exemplo dos seus últimos trabalhos veja-se a série *Parallel140*, uma investigação estética e cultural do mundo dos jogos de computador. Portanto, é no uso das múltiplas estratigrafias e meios de acesso ao real que Farocki constrói um projeto de cinema expandido como é *Labour in a Single Shot*. Expandido, mas concreto e materialmente enraizado, na forma ativista do cinema direto que procura registar a multiplicidade de empregos e trabalhos sem recorrer à montagem ou a outros efeitos de pós-produção audiovisual, ou seja, que procura reproduzir aquilo que na realidade acontece e nesse sentido tornam-se igualmente registos úteis do ponto de vista documental e antropológico. Neste aspeto, é evidente o enraizamento conceptual de *Labour in a Single Shot* nas ideias e práticas cinematográficas do cinema verdade e do cinema-olho de Dziga Vertov, bem como dos documentários do cineasta americano Robert Flaherty.

Também nos parece evidente que estamos diante de um projeto que se estabelece no campo do cinema expandido (Youngblood, 1970), porquanto se trata de proporcionar a visualização das curtas metragens (single shots) - e da aproximação ao conhecimento, à política e às realidades sociodemográficas a elas associadas - acessíveis através de uma ecologia pós-media, cujas possibilidades de receção são diretamente proporcionais à potência de difusão conferida pela computação ubíqua, na Internet e nos ecrãs dos múltiplos dispositivos a ela conectados. Aliás, para Gene Youngblood, o cinema expandido, antes de mais, significa consciência expandida e ferramenta de intervenção no mundo: «Expanded cinema does not mean computer films, video phosphors, atomic light, or spherical projections. Expanded cinema isn't a movie at all: like life it's a process of becoming, man's ongoing historical drive to manifest his consciousness outside of his mind, in front of his eyes.» (idem., p. 41)

Apesar da ideologia desenvolvimentista homogeneizante estabelecida planetariamente e baseado no crescimento económico, as sociedades resistiram nos seus diversos setores (família, economia, urbanismo, instituições,...) aos

programas hegemónicos da modernidade ocidental. Assim, parece-nos adequado pensar a rede criada em torno de *Labour in a Single Shot* como uma assemblage de múltiplas modernidades, o que presume que «a melhor forma de entender o mundo contemporâneo, e a história da modernidade, passa por observar a história como uma contínua constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais» (Eisenstadt, 2000, p.2, tradução nossa).

A diversidade de modos e relações de produção evidenciada nas quatro centenas de filmes, denota a disjuntura entre a cultura imaterial, com a sua classe criativa - promovida pela vulgata planetária das indústrias culturais e criativas a que nos habituámos demasiadamente - e as condições materiais e concretas da exploração capitalista que tendemos também demasiadas vezes ignorar. O que de certa forma faz justiça à famosa proposição de Marx, a de que não é a consciência do homem que determina a sua existência concreta e material (*wishful thinking*), mas é a existência social (a totalidade das relações de produção que constituem a estrutura económica da sociedade) que determina as suas consciências e processos de individuação (Marx, 1859).

No enquadramento conceptual definido por Ehmann e Farocki, é produzido um apelo ao abrir dos olhos (*to open one's eyes*), pois, tal como Didi-Huberman defende (2013b), trata-se de tomar uma posição na esfera pública através do trabalho das imagens. Esta necessidade de abrir o campo de visão e das imagens do mundo do trabalho justifica-se porque *Labour in a Single Shot* é também um projecto didático sobre fazer cinema a partir dos constrangimentos e das circunstâncias concretas em cada território, enquanto que na sua vertente multimédia (em linha) inclui ainda uma dimensão cognitiva patente na informação estatística de cada cidade onde se realizaram os workshops¹⁴¹.

O que as centenas de vídeos agrupados e interligados num website promovem, acima de tudo, é uma estratégia operacional de partilha do sensível, um mosaico de evidências sensíveis singulares e fragmentadas que revelam simultaneamente a «existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respetivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas» (Rancière, 2005, p. 15).

Esse comum que é o trabalho humano visto sob a dominação global do capitalismo financeiro, mas ainda assim fragmentado nas suas múltiplas modernidades (cronotopias) e existências sociais moldadas pelas relações de produção que constituem, por sua vez, a estrutura económica da sociedade e as diversas geografias culturais. Nesta partilha do sensível formulado em *Labour in a Single Shot*, enquanto

¹⁴¹ Por exemplo, Berlin: <http://www.labour-in-a-single-shot.net/en/workshops/berlin-en/>

regime ético da imagem, estamos evidentemente nos antípodas da geometria analítica do trabalho, que Allan Sekula atribuía à cronofotografia promovida pelos discípulos de Frederick Taylor, aplicada ao estudo da otimização dos movimentos dos operários.

4. Post-script: Um arquivo visual do trabalho na era da Globalização Digital

A variedade semântica das centenas de objetos filmicos disponíveis no website de *Labour in a Single Shot*¹⁴² engendra inúmeras possibilidades de visualização do arquivo digital através de um sistema codificado em categorias pré-definidas¹⁴³, mas também possibilita futuras montagens sequenciais com base nas unidades discretas - *single shots*¹⁴⁴ -, evidenciando assim a imensa riqueza icónica das curtas-metragens arquivadas.

Estas características intrínsecas ao projecto *Labour in a Single Shot* tinham sido anteriormente alvo de uma investigação teórica realizada por Farocki em colaboração com Friedrich Kittler e Wolfgang Ernst, cuja finalidade foi a de cogitar uma biblioteca digital de filmes que permitisse ir além da pesquisa convencional por realizadores ou data de realização, e sistematizasse sequências de imagens de acordo com motivos (*topoi*) e *statements* narrativos de modo a permitir, na esteira da semiótica de Christian Metz, uma cultura de pensamento visual e uma gramática visual com capacidades análogas à gramática linguística (Ernst e Farocki, 2004, p. 265), ou seja, tal como indica o título do artigo redigido por Farocki e Ernst, visava construir um *Visual Archive of Cinematographic Topics*.

A afinidade com o projeto *Mnemosyne-Atlas* de Aby Warburg, ao nível da criação de um arquivo visual de expressões fáticas (*Pathosformel*), é salientada pelo próprio Farocki e deve incluir, para além da trilogia já mencionada (*Workers leaving the factory*; *In comparison* e *Labour in a single shot*) um outro projeto fílmico: *The expression of hands* (1997)¹⁴⁵, um arquivo de expressões gestuais construído a partir da fotografia, ou, como lhe chamou o realizador, um *thesaurus* cinematográfico (*idem*, p. 273).

O conceito de *Atlas*, desde Warburg, não só modificou em profundidade as formas das ciências humanas, como incitou ainda um grande número de artistas arepensar

¹⁴² <http://www.labour-in-a-single-shot.net/>

¹⁴³ Estas categorias podem ser escolhidas através de três menus no website do projeto. No primeiro menu pode optar-se pela categoria laboral: Advertisement, Animals, Cleaning, Construction Work, Decor, Eye-Work, Factory Work, Finishing Touch, Food, Garbage, Hot, Lab Work, Monitors, Muscle Works, Security, Skin, Hair & Nails, Surveillance & Control, Teamwork, Waiting, Water, Work at night, Working at Height. Num segundo menu, as opções são derivadas de uma análise do histograma cromático: blue, green, gray, light brown, pink, red, silver, white e yellow. Num terceiro menu apenas existe uma opção: *workers leaving...*, que representa o leitmotiv de todo o projecto e subentende a ligação com o filme anteriormente produzido por Farocki "Workers living the factory".

¹⁴⁴ «The basic unit of video to be represented or indexed is usually assumed to be a single camera shot, consisting of one or more frames generated and recorded contiguously and representing a continuous action in time and space.» (Ernst e Farocki, 2004: 266).

¹⁴⁵ <http://www.harunfarocki.de/films/1990s/1997/the-expression-of-hands.html>

por completo as modalidades segundo as quais as artes visuais são hoje elaboradas e apresentadas. No campo da arte contemporânea, a instalação cinematográfica *The Clock*, de Christian Marclay (2010)¹⁴⁶ é, sem dúvida, um elemento herdeiro desta tradição visual dos topoi. Trata-se, pois, de um filme cuja montagem foi construída através de fragmentos de filmes da história do cinema, com a particularidade de em cada sequência surgir um relógio. Um outro projeto cinematográfico que devemos ter em consideração enquanto protótipo da ideia de arquivo fílmico é a *Encyclopaedia Cinematographica*¹⁴⁷, iniciado por Konrad Lorenz, em 1952, no Instituto Alemão de Cinema Científico, com o propósito de registar e analisar os movimentos dos animais.

Apesar destes exemplos, e de outros possíveis neste enquadramento da lógica dos sistemas de relações, vizinhanças e encontros de imagens, Harun Farocki pretendia recuperar, para a teoria dos media, a análise do discurso de Michel Foucault e a teoria matemática da comunicação de Claude Shannon, pois, pela primeira vez o arquivo mundial das imagens pode organizar-se a si mesmo, autopoieticamente, sem recurso à semântica de meta-data (ontologias de objetos inseridos pelo utilizador/programador), mas de acordo com critérios adequados às estruturas de dados endógeno a cada arquivo, «a visual memory in its own medium (endogenic)» (Ernst e Farocki, 2004: 262). Este facto evidencia que o cineasta não desconhecia as possibilidades emergentes das tecnologias digitais, bem como reconhecia plenamente que uma nova economia cibernética da memória e do arquivo, que permite a imediaticidade mnemónica, põe em causa a relação entre visão e imagem, pois, desde que as imagens são codificadas por computadores e decodificadas por algoritmos que permitem o reconhecimento e análise comparativa, e que estas obedecem a outro regime que não o da semântica antropológica do olho humano. Aliás, é graças à notoriedade da sua investigação em torno da imagem-operativa que na actualidade outros artistas (e.g. Trevor Paglen, Zach Blas) se dedicam a projetos que lidam com tecnologias visionárias.

O desenvolvimento de sistemas visuais e arquivos digitais semânticos é fruto de projetos pioneiros como o IBM search engine QBIC (Query by Image Content)¹⁴⁸ ou o VideoScribe do Institut National de l'Audiovisuel (Paris)¹⁴⁹. No entanto, a expansão das redes neurais de inteligência artificial vêm possibilitando um cada vez maior poder de injeção artificial¹⁵⁰ no tratamento da imagem. Num contexto pós-media, o projeto Soft Cinema (Lev Manovich, 2003)¹⁵¹ parece representar em parte a utopia de um Visual Archive of Cinematographic Topics.

¹⁴⁶ [https://en.wikipedia.org/wiki/The_Clock_\(2010_film\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Clock_(2010_film))

¹⁴⁷ https://de.wikipedia.org/wiki/Encyclopaedia_Cinematographica ; <https://youtu.be/ojNJPWUiz-E>

¹⁴⁸ <http://www.research.ibm.com/topics/popups/deep/manage/html/qbic.html>

¹⁴⁹ <http://www.inattheque.fr/>

¹⁵⁰ <http://googleresearch.blogspot.pt/2015/06/inceptionism-going-deeper-into-neural.html>

¹⁵¹ <http://manovich.net/index.php/projects/soft-cinema>

Referências

- Deleuze, G. (2003). *Conversações*. Lisboa: Fim de Século – Edições.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (2004). *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Didi-Huberman, G. (2013a). *Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta*. Lisboa: KKYM+EAUM.
- Didi-Huberman, G. (2013b). Como abrir los ojos. In Farocki, Harun e Stache, Inge, (Ed.). *Desconfiar de las imágenes*. Madrid: Caja Negra Editora.
- Elsaesser, T. & Alberro, A. (2014). Farocki: A Frame for the No Longer Visible: Thomas Elsaesser in Conversation with Alexander Alberro. *E-flux journal* #59-november. (<http://www.e-flux.com/journal/farocki-a-frame-for-the-no-longer-visible-thomas-elsaesser-in-conversation-with-alexander-alberro/> Consultado em 26-02-2015).
- Elsaesser, T. (2004). Harun Farocki: Filmmaker, Artist, Media Theorist. In Thomas Elsaesser (Ed.). *Harun Farocki: Working the Sight-lines*. Amsterdam University Press. Pp. 11-43.
- Eisenstadt, S. N. (2000). Multiple modernities. *Daedalus*; Winter 2000.
- Ernst, W. & Farocki, H. (2004). Towards an Archive for Visual Concepts. In Thomas Elsaesser (Ed.). *Harun Farocki: Working the Sight-lines*. Amsterdam University Press. Pp. 261-289.
- Eshun, K. & Gray, R. (2011). The Militant Image - A Ciné-Geography. *Third Text*, Vol. 25, Issue 1, January, 2011, pp 1-12.
- Farocki, H. (2004). Workers Leaving the Factory. In Thomas Elsaesser (Ed.). *Harun Farocki: Working the Sight-lines*. Amsterdam University Press. Pp. 237-242.
- Farocki, H. & Gaensheimer, S. (2001). *Imprint: Writings = Nachdruck: Texte*. New York: Lukas und Sternberg.
- Galloway, A. R. & Thacker, E. (2007). *The Exploit: A Theory of Networks* (Electronic Mediations Ser. Vol. 21). Minneapolis. U Minnesota.
- Gelder, H. V. (2015) (org.). Allan Sekula. *Ship of Fools/The Docker's Museum*. Lisboa: Lumier Cité / Maumaus.
- Getino, O. (2011). The Cinema as Political Fact. *Third Text*, Vol. 25, Issue 1, January, 2011, 41-53.
- Hoof, F. (2015). Labour in a Single Shot: Harun Farocki/Antje Ehmman. *Aniki* vol. 2, n.º 1.

Latour, B. (2011). Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist. In *International Journal of Communication* 5 (2011), 796-810.

Latour, B. (1991). Technology is Society Made Durable. In J. Law (editor). *A Sociology of Monsters - Essays on Power, Technology and Domination*, Sociological. Review Monograph N°38, 103-132.

Levin, T. Y. (2002). Rhetoric of the Temporal Index: Surveillant Narration and the Cinema of 'Real Time.' In *CTRL[SPACE]: Rhetorics of Surveillance from Bentham to Big Brother*, eds. Thomas y. Levin, Ursula Frohne, and Peter Weibel, 578-593. Cambridge, MA: MIT Press.

Marx, K. (1859). *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Moscovo: Progress Publishers(1977).

Matoso, R. (2015). Operative-Images / Phantom-Images: The Synthetic Perception Media in the late Harun Farocki. (<http://tinyurl.com/pgbjz2e>)

Matoso, R. (2014). A imagem (in)dizível e a representação do insuportável. (<http://bit.ly/1RjFjYs>)

Negri, A. (2007). Art and Culture in the Age of Empire and the Time of the Multitudes. *SubStance* #112, Vol. 36, no. 1, pp.48-55

Rancière, Jacques (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 54,.

Raley, R (2009). *Tactical Media*. Minnesota: University of Minnesota Press books

Van Gelder, H. (Org.) (2015). Alan Sekula. *Ship of Fools / The Docker's Museum*. Lisboa. Lumier Cité/Maumaus.

Youngblood, Gene (1970). *Expanded cinema*. New York: Dutton.

Zimmer, C. (2011). Surveillance Cinema: Narrative between Technology and Politics. *Surveillance & Society* 8(4): 427-440.

DA DIÁSPORA À GLOBALIZAÇÃO: O MOVIMENTO DOS ÍNDIOS GUARANI-KAIOWÁ

Rute Maria Vera Favero¹⁵²

A escrita deste artigo surgiu a partir de um facto que ecoou nas Redes Sociais, e foi descoberto nas andanças pelo rizoma¹⁵³, onde se procurava saber mais sobre o que acontece pelo mundo afora. Em outubro de 2012, foi localizado um link – no Twitter – que levava a uma reportagem sobre a situação vivenciada por uma tribo indígena, os Guarani-Kaiowás, do pequeno povoado de Pyelito Kue, que viviam em Mato Grosso do Sul (MS) (Carneiro, 2012). Esse tweet estava acompanhado com a hashtag #GenocídioGuaraniKaiowa (ou simplesmente tag). No link, constava o teor de uma carta enviada pelos índios ao Governo Federal, em que imploravam para permanecerem em suas terras, das quais estavam sendo despejados e que, depois de tantas décadas de luta, para tentar viver nas terras que lhes cabiam por direito, descobriram que só lhes restava morrer, pois de lá só saíam mortos. Avisavam a todos que morreriam como viveram: coletivamente.

Pretende-se, neste artigo, analisar os factos ocorridos com esses indígenas e a repercussão que isso teve nas redes sociais à luz dos autores Hall e Sassen. Para complementar, também serão usados alguns conceitos de Zygmunt Bauman sobre ciberativismo nas redes sociais e sobre globalização.

Um trecho da carta dos 170 índios Guarani-Kaiowás¹⁵⁴ (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças), que expõe seu desespero, após receber uma ordem de despejo da Justiça Federal, no fim de setembro de 2012, dizia:

Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo

¹⁵² Rute Maria Vera Favero é Doutora em Educação, na Linha de Pesquisa Arte, Linguagem e Currículo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Università degli Studi Roma Tre; Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Psicopedagogia, Sistemas de Ensino-Aprendizagem e Educação em Saúde, pela UFRGS; Pesquisadora nos Grupos de Pesquisa: Tecnologia Digital e Educação e Informática na Educação; Professora do Departamento de Ciências Exatas – Informática, na UFRGS, desde 1996; Coordenadora do Núcleo de Sistemas de Informação (NSI), na UFRGS, desde 2016; Desenvolvedora de cursos a distância para o MEC e para a instituição UFRGS; Desenvolvedora de material instrucional e objetos de aprendizagem.

¹⁵³ Entendendo rizoma como o conceito dado por Deleuze e Guattari, no livro *Mil Platôs*, em que dizem que as redes sociais se assemelham a um rizoma, uma vez que “um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser. A árvore impõe o verbo ser, mas o rizoma tem como tecido a conjunção e... e...” Num rizoma, qualquer pessoa pode ser recetora ou emissora – ou ambas, de mensagens, que podem ser individuais ou coletivas e simultâneas, onde o fluxo das informações pode partir de qualquer ponto, ou de vários.

¹⁵⁴ Os índios guarani estão divididos em três grupos: guarani-nhendeva, guarani-kaiowá e guarani-mbyá. À época da chegada dos europeus, esses indígenas somavam cerca de quatro milhões de pessoas. Atualmente existem cerca de quarenta mil, espalhadas pelas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil (Borges e Santos, 2012).

onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Não temos outra opção, esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS.

A fim de melhor entender o porquê dessa carta, torna-se necessário conhecer um pouco da história que envolve todo o processo, desde quando os índios eram os donos de todas as terras, há mais de 500 anos, até hoje. Assim revelam como foram perdendo espaço e terras e mostraram que, hoje, estão vivendo em locais impróprios, à beira de estradas e das fazendas, ou vivendo em pedaços de terra, demarcados pelo governo, insuficientes para a sobrevivência.

A ocupação das terras indígenas, feita pelos brancos, iniciou-se a partir do Estado Novo, período que sucedeu a um golpe de Estado e que se constituiu na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), quando os índios passaram a ser confinados em reservas demarcadas pelo governo federal, a fim de dar lugar aos colonos que chegavam de outros estados; movimento denominado de “A Grande Marcha para o Oeste”. A ideia que existia era a mesma que persiste até hoje, isto é, de que são “terras desocupadas” ou de que “não há ninguém lá, a não ser índios”. Portanto, é notório que existe, também, a cultura de que “as categorias raciais e étnicas continuam a ser hoje as formas pelas quais as estruturas de dominação e exploração são ‘vivas’” (Hall, 2011, p. 180). Os índios foram confinados em pequenos pedaços de terra, insuficientes para viverem de acordo com seus costumes, forçando-os a procurar alternativas, para sobreviverem, sendo que, dentre elas, as mais prováveis seriam a de permanecerem nas reservas, mesmo em condições precárias; trabalharem nas fazendas dos colonos, como mão de obra semiescrava ou se embrenhar na mata. Quem não aceitou as condições impostas foi massacrado pelos pistoleiros contratados pelos fazendeiros. Essa situação piorou durante a ditadura militar, entre os anos 60 e 70, quando um grande número de sulistas migrou para o Mato Grosso do Sul, ocupando as terras indígenas e, segundo eles, tornando-as “produtivas”. O que vemos são “culturas distintas que encarnam conceitos carregados de associações e memórias históricas [...] que moldam sua compreensão e abordagem do mundo e constituem culturas de comunidades distintas e coesas” (Parekh apud Hall, 2011, p. 79).

Idealizado pelos irmãos Villas Bôas, em 1961, foi criado o Parque Indígena do Xingu, sendo a primeira terra indígena homologada pelo governo federal e que se localiza ao norte do Estado de Mato Grosso. É também um dos poucos espaços respeitados que não tem sofrido invasão. A situação mais delicada, quanto à demarcação de terras e quanto às condições de vida, é a dos índios que vivem em Mato Grosso do Sul.

A Constituição Federal de 1988 trouxe, aos indígenas, uma esperança de justiça, pois decretava que a terra deveria ser demarcada, no prazo de cinco anos, o que não aconteceu, por completo. O processo de identificação, declaração, demarcação e homologação das terras tem sido lento e sofreu os entraves gerados pelos grandes proprietários de terras. Além disso, muitas das que já foram homologadas ainda estão ocupadas por fazendeiros e posseiros e o governo não consegue chegar a um consenso sobre a desocupação, permitindo que o conflito continue. Essa crise persiste e já não pode ser considerada apenas uma crise local, pois, conforme Hall, (2011, p.287),

as crises econômicas objetivas de fato se tornam crises de Estado e da sociedade, causadas pelas relações instáveis no equilíbrio das forças sociais, e germinam sob a forma de lutas ético-políticas e de ideologias políticas completas, influenciando a concepção de mundo das massas.

As consultas realizadas mostram que o que desencadeou a situação atual, isto é, o que levou os índios a escreverem essa carta, vem de mais longa data. Há anos eles reivindicam a sua terra tradicional, da qual foram expulsos pelos fazendeiros e, em janeiro de 2007, 150 indígenas (36 famílias), da tribo Guarani-Kaiowá, que residiam na reserva indígena Takuapery, em Mato Grosso do Sul, decidiram ocupar um pequeno pedaço de sua terra tradicional, localizada no mesmo estado. Alguns dias, após a retomada da terra, os fazendeiros expulsaram os indígenas novamente, agredindo-os. Durante as agressões, a indígena Xurite Lopes, a rezadora do grupo e a mais velha da comunidade, com 70 anos, foi assassinada pelos fazendeiros. Após a expulsão, os Guarani-Kaiowá, passaram a acampar nas margens de uma rodovia, próxima da fazenda, cujo pedaço de terra desejam retomar. Após a segunda tentativa, os índios, intimidados devido às agressões verbais e ameaças de morte, resolveram abandonar a retomada. Dias depois o líder guarani, Ortiz Lopes, também foi assassinado a tiro, na porta de sua casa. Desde aí, noutras tentativas de retomada, feitas pelos indígenas, ocorreram mais assassinatos e alguns líderes que foram ameaçados de morte vivem foragidos hoje.

O desmatamento desenfreado converteu as antes terras férteis em imensas fazendas de gado e de plantação de cana-de-açúcar e soja, denominado “ouro verde”. A destruição das florestas tornou impossível a prática da caça e da pesca e não há mais terra suficiente para fazerem o plantio da forma tradicional, isto é, os indígenas plantavam num pequeno pedaço de terra e depois plantavam noutro espaço, fazendo um rotação de culturas entre a sua plantação e a mata.

Dados do Distrito Sanitário Especial Indígena, da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde dão conta de 555 casos de suicídio do grupo Guarani-Kaiowás, entre 2000 e 2011 (Sá, 2012), sendo que, a maior parte dos casos, foi por enforcamento (98%) e cometidos por homens (70%), a maioria deles na faixa dos 15

aos 29 anos (Carneiro, 2012).

Em relação a esses suicídios, fica evidente o impasse que essas tribos de índios estão vivendo e esses números, relatos, fotos que são divulgados são sinalizadores do que os ideais de desenvolvimento e de crescimento económico de um povo civilizado provocam. “Domínio e coerção podem manter a autoridade de uma classe específica sobre a sociedade”, menciona (Hall, 2011, p.296), apesar de precisar recorrer continuamente aos meios coercitivos a fim de manter esse domínio. Esta busca incansável pelo poder e por obter mais, extraíndo mais da terra, aniquilando qualquer ser que estiver à frente, tem levado os índios a viver um estilo de vida, o qual não conhecem, não estão habituados. As concepções de “bem viver”, mencionadas por Hall (2011, p. 79), deixam de ser prioridade, tanto na comunidade, quanto individualmente, simplesmente porque inexistem. A forma tradicional de habitações já não existe, isto é, “ao invés das grandes habitações coletivas, casas de família, minúsculas, distantes da floresta. Sem ritos do plantio ou colheita e sagas da caça e pesca, vai se esvaindo a singularidade kaioiwá” (Borges e Santos, 2012). “A vida individual significativa está sempre incrustada em contextos culturais e é somente dentro destes que suas ‘escolhas livres’ fazem sentido” (Hall, 2011, p. 77).

Enquanto isso, os fazendeiros avançam, com seu maquinário, nas terras indígenas, até mesmo em reservas já homologadas pelo governo. Para John Kavanagh (apud Bauman, 1999), os mais ricos têm mais oportunidades, permitindo que ganhem dinheiro mais rapidamente e, com isso, mais recursos também. A tecnologia facilitada pela globalização é muito benéfica para poucos e deixa de fora ou marginaliza uma grande parcela da população mundial. Quando se fala em pobreza da população, vem à mente o binômio “pobreza = fome”, reduzindo o “problema da pobreza e privação apenas à questão da fome” (Bauman, 1999, p. 81), omitindo a verdadeira escala da pobreza, em que cerca de dois terços da população vivem na miséria, e limitando a tarefa a ser realizada, como sendo a única ação arranjar comida aos famintos. Essa situação leva ao processo de degradação social que nega as condições mínimas de vida humana.

Por mais que o Estado reconheça “formal e publicamente as necessidades formais e diferenciadas, bem como a crescente diversidade cultural de seus cidadãos, admitindo certos direitos grupais e outros definidos pelo indivíduo” (Hall, 2011, p. 77), quanto às terras indígenas, ainda ocorre um impasse, pois o governo não consegue determinar a quem pertencem. Historicamente e por decretos essas terras pertencem aos índios; os fazendeiros alegam serem suas, pois tiveram muitos custos para torná-las produtivas e já estão nelas há dezenas de anos.

Partindo-se da classificação feita por Fraser (apud Ball e Mainardes, 2011, p.

129), o que pode ser percebido é que os índios estão vivenciando uma “in/justiça social”, tanto distributiva, quanto cultural e associacional. Para Fraser, ocorre justiça económica/distributiva quando há a ausência de exploração, de marginalização económica e de privação. No entanto, os índios são coagidos a um trabalho indesejado e mal remunerado, além de lhes terem negado um padrão material de vida adequado. Além disso, Fraser classifica justiça cultural quando ocorre a ausência de dominação cultural, de não reconhecimento e de desrespeito. O que tem vindo a acontecer com os índios é exatamente o contrário, isto é, eles estão sujeitos a padrões de interpretação e comunicação associados à outra cultura, enquanto a deles é hostilizada; oficialmente eles não têm representatividade comunicativa e nem interpretativa e são ultrajados ou depreciados, não somente na vida quotidiana, mas, também, em representações culturais públicas, além de lhes serem impostos padrões de associação “que impedem algumas pessoas de participarem plenamente nas decisões que afetam as condições nas quais elas vivem e atuam” (Power e Gewirtz, 2001, p. 41, apud Ball e Mainardes, 2011, p. 129).

Antes, a luta travada pelos índios, para preservar suas terras, poder-se-ia denominar de “guerra de manobras”, conforme dito por Gramsci, no seu ensaio “Estado e sociedade cível” (Hall, 2011, p. 297), em que toda a luta ocorre num único momento e “há uma única ruptura estratégica nas defesas do inimigo, que, uma vez alcançada, possibilita às novas forças invadir e obter uma vitória (estratégica) definitiva”. Atualmente, porém, a batalha que acontece entre os “poderosos” (fazendeiros) e os “enfraquecidos” (índios) é mais sutil, apesar de violenta. Gramsci denomina de “guerra de posições” uma vez que ela é conduzida de forma mais demorada e envolve várias frentes de lutas,

onde raramente se consegue abrir um único caminho que garanta a vitória definitiva na guerra – num piscar de olhos. O que realmente conta em uma guerra de posições não são as ‘trincheiras da linha de frente’ do inimigo, [...] mas toda a estrutura da sociedade, inclusive as estruturas e instituições da sociedade cível (apud Hall, 2011, p. 97).

A situação vivenciada pelos indígenas era desconhecida da maioria das pessoas, até que numa manhã de outubro de 2012, cinco mil cruzeiros apareceram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – capital do Brasil, fazendo com que tais factos chegassem às redes sociais – Twitter e Facebook. Segundo Gramsci (apud Hall, 2011, p. 307), “as ideias têm um centro de formação, de irradiação, de disseminação, de persuasão...”, e foi assim que os brasileiros e, depois, os povos dos demais países tomaram conhecimento da carta que provocou uma mobilização inédita, principalmente, dentre os usuários das redes sociais. Foi assim que muitos tomaram conhecimento das desigualdades

existentes na sociedade brasileira. Como menciona Williams (1979, p. 112), “numa sociedade de classe, há principalmente as desigualdades entre as classes”. Para Sassen, as classes agregam grupos sociais distintos e podem ser classificadas em três classes globais, como sendo a das elites transnacionais, das redes transnacionais formadas por autoridades governamentais e da classe global de trabalhadores desfavorecidos e ativistas engajados em organizações da sociedade civil global. Essas novas classes podem ser vistas como “forças sociais emergentes” (Sassen, 2010, p. 155).

Essa não foi a primeira vez que índios pediram socorro, a fim de salvar as suas tribos e de diminuir o desespero que tem afligido tanto os jovens, como os mais idosos. Mas, para muitos, esta foi a primeira vez que tomaram conhecimento de como vivem os índios brasileiros, sobre os quais, um dia, estudaram nas suas salas de aula, mas que os tinham como personagens de livros didáticos e não reais como, agora, se mostravam. Talvez este choque entre o imaginário e a realidade fez com que surgisse uma rede de solidariedade ímpar, em busca de mais informações sobre a situação dos índios brasileiros, principalmente sobre os da etnia Guarani-Kaiowás, e divulgá-las, a fim de que mais pessoas soubessem do que estava acontecendo. “Desta rede, participaram milhares de brasileiros urbanos”, observa a jornalista, escritora e documentarista Eliane Brum (2012), em que, “de repente, pessoas de diferentes idades, profissões e regiões geográficas passaram a falar diretamente com as lideranças indígenas, no espaço das redes sociais, sem precisar de nenhum tipo de mediação. E de imediato passaram a ampliar suas vozes”. As redes sociais permitiram que, “mesmo aqueles que são geograficamente imóveis” (Sassen, 2010, p. 158), se envolvessem nessa luta em prol dos índios. Tal qual as cidades globais, as redes sociais “emergem como um lugar crucial para a reunião de uma mistura espantosa de pessoas do mundo todo” (Sassen, 2010, p. 158). A internet amplia geograficamente o acesso dos atores da sociedade civil, além das redes estratégicas de cidades globais, incluindo, localidades mais periféricas e, segundo Sassen (2010, p. 158), isso evidencia o fato de que vivemos numa era verdadeiramente global, “em que o global se manifesta horizontalmente e não por meio de sistemas de integração verticais” (Sassen apud Rossetti, 2011).

Tudo que era divulgado nas redes, principalmente no Twitter, era feito utilizando-se a tag “#GenocídioGuaraniKaiowa” e, posteriormente, utilizando as tags “#SouGuaraniKaiowa” e “#SomosTodosGuaraniKaiowa”. Em pouco tempo, além de serem divulgadas no Twitter e no Facebook, começaram a surgir informações sendo publicadas no Youtube e em uma vasta rede de blogs. Dia a dia, o número de pessoas que divulgavam e que se somavam às tags aumentava consideravelmente, uma vez que “a tecnologia se torna performante quando é parte de uma ecologia social” (Sassen, 2010, p. 192).

A maior demonstração de engajamento das pessoas na causa indígena foi a adoção do sobrenome “Guarani-Kaiowá”, nos seus perfis, nas redes sociais. Muitas pessoas, mesmo depois de passado mais de um ano que eclodiu a situação indígena, continuavam a usar esse sobrenome e, ainda hoje, pode ver-se que algumas pessoas mantiveram este sobrenome. Para o professor e antropólogo, Eduardo Viveiros de Castro (apud Brum, 2012), “pôr o nome dos Guaraní-Kaiowás como parte do seu próprio identificador nas redes é como carregar uma faixa. Ou como fazer uma tatuagem”. Além disso, chama a atenção “para o fato de que a troca de nome entre indivíduos, como modo de instituir uma relação social entre não parentes, marcar a criação de um laço de aliança e amizade, era uma prática comum entre os ancestrais dos Kaiowás, os povos Tupi-Guarani do século XVI”.

A partir dessa rede de pressão, provocada, principalmente, pelos “ativistas de sofá¹⁵⁵”, a luta dos indígenas ultrapassou as fronteiras do estado de MS e esteve presente nas pautas do Governo Federal, do Congresso, do Judiciário, porém, a adesão dos media tradicionais ocorreu somente dias depois, divulgando o que ecoava nas redes; muitos meios de comunicação aderiram, somente, semanas depois. Os media internacionais foram pioneiros na cobertura, repercutindo também o que era divulgado nas redes.

É importante lembrar, segundo Bauman (1999), que os meios de comunicação mostram situações de miséria e desastres de forma velada ou mesmo evitando-as. “As pessoas são mostradas com fome, mas, por mais que os espectadores agucem a visão, não verão um único instrumento de trabalho, uma única faixa de terra arável ou uma só cabeça de gado nas imagens. As riquezas são globais, a miséria é local” (Bauman, 1999, p. 82). A TV e os media em geral tendem a mostrar que não há nenhuma ligação casual entre tais factos mostrados por eles. Apesar disso, de terem certo conhecimento dos factos, parece que as pessoas se revestem de uma “indiferença ética rotineira” e agradecem a Deus por eles (os desgraçados, pobres, marginais) serem “habitantes locais distantes”. Para Sassen (apud Greenhalgh, 2010), “essa sensação de estar conectado e, ao mesmo tempo, se sentir perdido no mundo de hoje é um dos dilemas da globalização”, onde as pessoas se tornam cada vez mais espectadoras passivas.

Falando-se de globalização, Sassen diz que “existem múltiplas globalizações: a econômica, a corporativa, a financeira, a tecnológica”, mas, além dessas, existem novas globalizações que estão em curso, “como a da sociedade civil, da defesa dos direitos humanos, das lutas pela preservação do meio ambiente, e essas nos humanizam de maneira profunda”, trazendo à tona sentimentos coletivos de luta e solidariedade, “sinais da emergência de um humanismo desnacionalizado” (Sassen apud Greenhalgh, 2010), que não se faziam perceber como atualmente percebemos.

O que levaria tantas pessoas a se engajarem numa causa, por pessoas que não conhecem? Somente o fato de assumir que, de certa forma, todos podem ser culpados, direta ou indiretamente pela situação a que chegaram os indígenas, seja por desconhecimento, seja por omissão? Seria pelo fato de que, nas redes sociais, o coletivo tende a se sobressair e, uma vez que lá todos pertencem, hipoteticamente, a mesma casta, todos são iguais e, portanto, devem unir-se? Ou estariam todos assumindo “sentimentos líquidos”? Adam Smith defendia que somos criaturas sociais, portanto compartilhamos as emoções de outros, e Sassen (2011) considera que “se não existissem as condições estruturais que criam injustiças e desigualdades não haveria estes protestos. Isto nasce da partilha de experiência de injustiça num tempo de profunda falência do contrato social”. Para ela “as redes sociais são importantes, mas ampliam um ato de comunicação, não o geram”.

Quando um grupo começa a fortalecer-se e a mostrar que deseja lutar pelos mais desfavorecidos e quando usam o poder de disseminação que ocorre nas redes sociais, parece que as pessoas saem de um torpor em que se encontravam e, também, se engajam na luta “para tomar parte em certo tipo de prática de significação global” (Bauman, 2010b, p. 16), numa “tentativa de salvar esse mundo das piores consequências de sua própria brutalidade”, mas, segundo Bauman (1999, p. 83), essas tentativas produzem efeitos momentâneos que, a longo prazo, acabam fadadas ao fracasso. No auge do movimento, essas pessoas, que se sentiram incomodadas com a situação dos índios e que percebem que já não estão sozinhas nos seus sentimentos de injustiça social, não param para pensar sobre a temporalidade do movimento, por se sentirem “responsáveis por outras pessoas simplesmente porque são pessoas, e assim ordena [sua] responsabilidade” (Bauman, 2010a, p. 71).

A internet tem possibilitado que um número, cada vez maior, de pessoas se conectem a outras pessoas a fim de “transnacionalizar suas iniciativas” (Sassen, 2010, p. 154), em que várias delas interagem com pessoas de outros países. “A conexão se dá por objetivos compartilhados”, possibilitando “formas mais globais de consciência e participação ou pertencimento, mesmo entre aquelas em desvantagem e imóveis”. (Sassen, 2010, p. 154). Também tem aumentado a quantidade de ativistas que marcam

encontros presenciais, através das redes sociais, a fim de tornarem “mais vivido” o seu grito de luta. Sassen corrobora isso, quando diz que:

as massas de pessoas do mundo todo que se encontram umas com as outras pela primeira vez nas ruas, locais de trabalho e bairros das atuais cidades globais geram uma forma de transnacionalismo in situ. Esses encontros podem envolver indivíduos de mesma etnia [...], ou seja, um encontro de classe (Sassen, 2010, p. 154).

Toda essa movimentação ocorrida nas redes sociais, desde outubro de 2012, surtiu algum efeito, pois o desalojamento dos índios, que era a maior das reivindicações deles, foi suspenso e, assim, recomeçaram a ocupar e construir as suas habitações no pequeno espaço de território tradicional Pyelito kue, localizado na margem do córrego Ypane, numa pequena área delimitada e cedida pelo proprietário da fazenda Cambará, que reconhece a situação isolada, precária e vulnerável dos índios e o direito deles à terra, enquanto aguardam a decisão final da Justiça Federal. Em outubro de 2013, em conversa com funcionários da Funai, que é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988, soube-se que, devido à situação vivida por outras tribos, há uma dificuldade para dar atendimento às tribos que se encontram numa situação menos desfavorecida.

Apesar de ter ocorrido um esvaziamento desse movimento, as redes sociais continuam a ser o local em que é possível obter alguma informação a respeito da situação desses índios e é nestas redes que, em setembro de 2015, foi publicado que ocorreu o assassinato de mais um índio – um jovem índio de apenas 24 anos. Tais informações continuam a ser divulgadas pelos próprios indígenas que, ao mesmo tempo que informam sobre o que vem acontecendo, pedem ajuda.

Estamos a viver momentos em que os movimentos sociais se fortalecem em todo o mundo, com protestos, muita indignação, muita revolta. Os media sociais permitiram que, até os menos favorecidos, tivessem o poder de convocar a multidão. Para Sassen (apud Rossetti, 2011),

o celular é uma ferramenta poderosa para isso porque é o modo mais barato de acessar as redes sociais e mandar mensagens de texto. Temos circulação de ideias, não só por meio da mídia social, mas também por uma abertura ao mundo que nos conecta a todos.

Numa tentativa inédita de auxiliar as tribos indígenas brasileiras, a empresa Google, através de um acordo iniciado pelo cacique Almir, da tribo Surui (Zmekhol,

2008), entregou equipamentos, como GPS, computadores com acesso à internet, etc, para poderem monitorizar tudo o que acontece nas suas terras. Os índios estão a trocar arcos e flechas por computadores. “Nós não podemos discutir o futuro do mundo sozinhos”, diz o cacique. A ideia é registrar todas as mudanças ou situações consideradas estranhas que acontecem nas suas reservas. Por exemplo, cada vez que um “branco” em situação suspeita, se aproxima das suas aldeias, ou se descobrirem locais desmatados indevidamente, os índios fotografam, buscam a posição, via satélite, enviam-na à Google que cataloga tudo isso, a fim de montar um mapa das invasões e informar aos responsáveis para que possam tomar as devidas providências, possibilitando novos estudos, com a intenção de encontrar uma possível solução para a situação atual.

Conclusão

Neste mundo globalizado, “onde lugar algum está de fato isolado e a salvo do impacto de qualquer outro lugar do planeta” (Bauman, 2011, p. 10), o ciberativismo (ou netativismo) ultrapassou fronteiras no que tange à participação política das pessoas que podem fazer uso de um computador, seja lá onde estiverem. O poder de mobilização das redes sociais ainda está ilimitado, pois tem superado qualquer meio quando as pessoas se mobilizam para discutir ou resolver problemas da sociedade. Velhos paradigmas devem ser abandonados e deve-se, segundo Sassem (apud Rossetti, 2011), “atentar para o fato de que nos últimos anos o mundo testemunhou o nascimento de uma nova classe de atores históricos, e eles tomaram as ruas”, e as redes sociais.

As redes sociais ultrapassam qualquer veículo de comunicação, por possibilitar que a informação se dissemine a uma velocidade incalculável. Mais de meio bilhão de pessoas de todo o planeta acedem às redes sociais, que oferecem múltiplas possibilidades de partilha de informações e essas circulam por espaços sem fronteiras. Quem não podia fazer-se ouvir, como os índios, agora tem voz. As redes sociais foram fundamentais nesse movimento. Os próprios índios puderam mostrar a sua realidade, sem mediação, possibilitando que as informações tivessem mais credibilidade.

Vale lembrar que as redes sociais são, antes de tudo, relações entre pessoas e essas podem interagir, utilizando as tecnologias da informação e comunicação, ou não, mas sempre visam mudanças pessoais ou coletivas. Há uma lógica excludente da globalização que tem levado as pessoas a manifestarem-se em vários momentos e por várias lutas, e o que os une é uma estrutura de luta social. São pessoas que podem ser consideradas “comuns”, fazendo e, quiçá, modificando a história, e Sassen (2011) corrobora isso, dizendo que quando fala “da possibilidade dos sem poder fazerem História isso não significa que se tornem poderosos - mas podem fazer História” ao provocarem mudanças.

É perentório que “as tecnologias computadorizadas fizeram uma grande diferença [...] especialmente a internet de acesso público [...] que amplia a geografia dos atores da sociedade civil”, diz Sassen (2010, p. 159). As redes sociais possibilitam que, mesmo pessoas que não podem viajar, possam participar de lutas que não, necessariamente, sejam suas ou mesmo que sejam globais. A participação permite que sua luta seja global, mesmo que o que o mova sejam motivos bem locais. “É nesse sentido que aqueles que não têm poder e são ‘desautorizados’ [...] aqueles que vivem em situação de desvantagem, excluídos e minorias discriminadas podem ganhar presença em cidades globais, frente ao poder e frente uns aos outros” (Sassen, 2010, p. 165).

Ao ter passado cinco anos do movimento conhecido como “SouGuaraniKaiowa”, o que se sabe quanto à realidade dos índios é muito pouco, pois o movimento perdeu força e poucas pessoas replicam o que vem sendo publicado pelos índios, lembrando que, “numa vida de contínuas emergências, as relações virtuais derrotam facilmente a ‘vida real’” (Bauman, 2011, p. 23) e, nem mais a imprensa ou fontes oficiais divulgam como está a situação desses índios. É um silêncio que pode estar carregado de questões raciais e é, também, uma maneira de fazer com que o povo esqueça e não procure saber mais e, corroborando isso, Bauman (1999, p. 90) salienta que “a cultura da sociedade de consumo envolve sobretudo o esquecimento, não o aprendizado”. As pessoas dispersaram-se, foram atender outras “emergências” que sobressaíram nas redes e, quiçá, consigo próprias. Saramago dizia que essas pessoas sabem o que não querem, mas não sabem bem o que querem; então, o que levou a uma comoção há alguns meses, começa a ser substituído por outras prioridades. E foi devido à falta de prioridades por parte dos governos e das entidades responsáveis que a situação acabou agravando o conflito existente entre índios e não índios de vários locais.

As poucas informações vêm de perfis criados, tanto no Twitter como no Facebook, por parte de algumas lideranças ou de algumas entidades que trabalham em prol dos índios e divulgam o que está a ocorrer com as diversas tribos indígenas – não só do estado do Mato Grosso do Sul, mas também de outros estados. Sabe-se, através deles, que foram registadas invasões e desobediências às ordens judiciais, deixando essas tribos em estado de alerta diante de conflitos iminentes.

As redes sociais possibilitaram que a situação dos índios brasileiros, mais especificamente da região Centro-Oeste, chegasse ao conhecimento do público, e mostraram quão forte ainda é o preconceito com esse povo e o quanto eles continuam a ser explorados pelo “homem branco”. Apesar disso, a população como um todo ainda é muito ignorante, isto é, ignora quem são e como vivem os povos indígenas que também fazem parte de nossa população. Isto acontece porque os brasileiros foram e ainda são educados para não assumir abertamente o seu racismo e, muitos, de forma velada, discriminam os índios, partindo do pressuposto de que são povos “simples”,

atrasados e o que restou de um suposto passado brasileiro; quando, de facto, eles têm mostrado que têm um pensamento e um sistema económico muito mais complexo que os dos não índios, conseguindo alimentar toda a sua população, mantendo as florestas.

O que parecia ser um movimento duradouro e que traria grandes mudanças, foi-se esvaziando, mostrando que, realmente, está “talvez até mesmo impossível, reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva” (Bauman, 1999, p. 77). As relações sociais tendem a ficar cada vez mais individualizadas, destacando-se a fragilidade dos relacionamentos virtuais, pois a distância geográfica não exige laços previamente estabelecidos nem demasiados duradouros. O que importa é a comunicação momentânea, afinal, “estar conectado é menos custoso do que estar engajado” (Bauman, 2004, p. 82).

Espera-se que, mesmo com o enfraquecimento do movimento, tenha sido lançada a semente que possa trazer mais respeito aos povos indígenas e isso poderá ser feito, melhorando a educação dos não indígenas para que conheçam, não somente a história da época do descobrimento do Brasil, mas também a história mais recente, aprendendo sobre seus conhecimentos milenares e sua maneira de viver. Que as redes sociais tenham servido, ao menos, para isso!

Referências bibliográficas

Ball, S. J. & Mainardes, J. (Org.). (2011). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo, Cortez Editora.

Bauman, Z. (1999). Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro, Zahar.

Bauman, Z. (2004). Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, Zahar.

Bauman, Z. (2010a). Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro, Zahar.

Bauman, Z. (2010b). Legisladores e intérpretes. Rio de Janeiro, Zahar.

Bauman, Z. (2011). 44 cartas do mundo líquido moderno. Rio de Janeiro, Zahar.

Hall, S. (2011). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Sassen, S. (2010). Sociologia da globalização. Porto Alegre, Artmed.

Williams, R. (1979). Marxismo e literatura. Rio de Janeiro, Zahar.

Referências eletrônicas

Brum, E. (2012). Sobrenome: “Guarani Kaiowa”: O que move um brasileiro urbano, não índio, a agregar “guarani kaiowa” ao seu nome no Twitter e no Facebook?, em <http://migre.me/rWvrM>, acesso em: 20/10/2015.

Carneiro, J. D. (2012). Carta sobre “morte coletiva” de índios gera comoção e incerteza, em <http://migre.me/rWvtt>, acesso em: 20/10/2015.

Greenhalgh, L. (2010). As narrativas da globalização, entrevista concedida pela socióloga Saskia Sassen, em <http://migre.me/rWvuy>, acesso em: 20/10/2015.

Ricardo, F. P. (2015). O que são Terras Indígenas, em <http://migre.me/rWvuN>, acesso em: 20/10/2015.

Rossetti, C. (2011). A globalização do protesto, entrevista concedida pela socióloga Saskia Sassen, em <http://migre.me/rWvvb>, acesso em: 20/10/2015.

Sá, E. (2012). Apelo dos Guarani-Kaiowá ecoa na comunidade internacional, em <http://migre.me/rWvvz>, acesso em: 20/10/2015.

Sassen, S. (2011). Saskia Sassen e a Globalização, em <http://migre.me/rWvvR>, acesso em 10/01/2014.

Zmekhol, D. (2008). Trocando arcos e flechas por laptops, em <http://migre.me/rWvw8>, acesso em: 20/10/2015.

A RUA DA REDE – ARTE URBANA E COMUNICAÇÃO: O CASO WOOL

Catarina Rodrigues¹⁵⁶

Introdução

O modelo de comunicação em rede, definido por Cardoso (2009) no seguimento das ideias de Castells (2004) ao explorar as redes de informação impulsionadas pela Internet, subsiste nos mais diversos níveis da vida em sociedade.

O presente trabalho pretende analisar a relação entre a arte urbana, a comunicação, a mobilização social e o espaço público, tendo por base o trabalho desenvolvido no âmbito do WOOL - Festival de Arte Urbana da Covilhã. Trata-se de uma iniciativa que tem procurado atingir objetivos que passam por despertar o interesse da comunidade para a cultura e para a arte contemporânea e por realizar intervenções artísticas numa cidade do interior do país, revitalizando a sua memória industrial ligada aos lanifícios. As várias atividades procuram envolver os cidadãos através do contacto direto com o trabalho de diferentes artistas e não podem ser dissociadas da comunicação que assenta, sobretudo, na web, com ênfase em redes sociais como o Facebook e o Instagram. Os trabalhos têm ganho, assim, visibilidade e consequente destaque nos media. A par das diferentes mostras artísticas presentes em diversos espaços da cidade, o WOOL viu também alguns dos seus trabalhos incluídos no Google Cultural Institute, o que torna assim possível perpetuar a existência das obras, fazendo também a sua promoção.

De que forma a organização deste tipo de intervenções, e os próprios artistas, têm aproveitado a comunicação em rede para divulgar o seu trabalho, mobilizar os cidadãos e simultaneamente dinamizar atividades coletivas no espaço público? Podemos falar de ativismo cultural, aplicado a este caso concreto? E assim sendo, quais os seus fundamentos e as suas consequências? Para a obtenção de respostas a estas questões foi necessária a revisão teórica sobre alguns conceitos relacionados com esta temática, desde logo, espaço público e arte pública, bem como o estudo do caso concreto do WOOL. Para isso foi muito importante a entrevista realizada a uma das responsáveis pelo projeto, Elisabet Carceller.

¹⁵⁶ Catarina Patrício é artista plástica e Bolseira FCT em Pós-Doutoramento no CECL (FCSH-UNL). Formada em Pintura pela FBA-UL (2003), mestre em Antropologia pela FCSH-UNL (2008), é doutorada em Ciências da Comunicação (2014) com bolsa FCT (2010-2014).

Procuramos, com este trabalho, identificar um conjunto de transformações sociais e culturais assentes neste movimento e perceber se a arte urbana pode efetivamente ser considerada uma ferramenta de promoção da cidadania.

Comunicação em rede

Ao caraterizar a organização da sociedade em rede, Castells (2002) abordou dimensões como a política e a economia, passando pela cultura. A evolução constante das tecnologias da informação molda os diversos domínios da vida em sociedade. Partindo desta ideia, e considerando o sistema de media em que vivemos, Cardoso (2009) identifica a existência de um modelo comunicacional em rede. Esta constatação tem presente a centralidade da comunicação defendida por Silverstone (2006). Numa era denominada por “Galáxia Internet”, conceito utilizado por Castells (2004) para designar “a comunicação de muitos para muitos em tempo escolhido e a uma escala global” ganha importância a “forma como nós, utilizadores, nos apropriamos socialmente dos media e não apenas de como as empresas de media e o Estado organizam a comunicação” (Cardoso, 2009, p. 17). Neste contexto, para Cardoso, tem especial importância a forma como os “os novos media, e em particular a Internet, estão a promover, através das suas características, um sujeito múltiplo, descentralizado e disseminado” (2009, pp. 24-25). O autor acredita que os “media globais promovem, simultaneamente, a homogeneização e a diferenciação dos mercados, a centralização e ao mesmo tempo a dispersão de poder, implementam integração cultural e pluralismo” (Cardoso, 2009, p. 28). Para Castells o “que caracteriza o novo sistema de comunicação, que integra múltiplos modos de comunicação numa rede digitalizada, é a sua capacidade de incluir e abranger todas as expressões culturais” (2002, p. 491). O autor ressalva, no entanto, que isso não quer dizer que “haja homogeneidade das expressões culturais e domínio completo de códigos por alguns emissores centrais. É precisamente devido à sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, inclusive a dos conflitos sociais, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações” (Castells, 2002, p. 491). Acrescenta-se ainda aqui a dualidade entre global e local, um ponto de especial importância para nós se atendermos que este trabalho pretende focar um caso específico de uma cidade do interior do país. “Ao trazer a comunicação para um nível global, através da transmissão, e mais tarde ao permitir às pessoas “serem” globais, através do uso de tecnologias globais, como a Internet e as redes de telemóveis, construímos uma rede comunicacional que pode ser moldada às necessidades dos seus utilizadores, seja pelo acesso a conteúdos, a

peças ou a ambas” (Cardoso, 2009, p. 28). Recuperando as palavras de Camponez (2002, p. 20) “o local e o global não são extremos que se opõem, mas espaços que interagem, ainda que de forma desequilibrada”. Da interligação entre estes conceitos surge a ideia de “glocal” introduzida por López García (2002). Mais do que aceitar a relevância da “cidade global” (Sassen, 2001), partindo da importância de metrópoles como Nova Iorque, Tóquio ou Londres no domínio da economia mundial, impõe-se pensar as pequenas cidades e a forma como elas podem, sem perder a sua identidade, redefinir-se e reinventar-se. Num cenário de globalização e de comunicação em rede caracterizado pela velocidade da informação, é interessante observar simultaneamente iniciativas que procuram favorecer a proximidade, a cidadania e a dinamização do espaço público. O presente trabalho passa precisamente por refletir sobre estes pontos, mais concretamente sobre a forma como se concretiza a relação entre comunicação (nomeadamente através dos novos media) arte urbana e espaço público, como fatores impulsionadores da mobilização social, num contexto local, em torno de determinados temas.

A cidade como palco

Ao procurar refletir sobre os tópicos anteriormente referidos, e considerando o objeto de estudo em concreto, é importante analisar os conceitos de “espaço público” e “arte pública”. Moisés de Lemos Martins (2005) lembra que a noção de espaço público é problemática, desde logo porque pode referir-se a espaços físicos, à ação política, a diferentes realidades empíricas, mas também à mediação técnica e à forma como as tecnologias, onde se incluem os media, redefinem a fronteira entre público e privado. Vários estudos procuraram já analisar a reconfiguração do espaço público à luz das possibilidades oferecidas pela Internet (Papacharissi, 2002, 2009; Benkler, 2006; Rodrigues, 2006; Castells, 2008; Lemos e Lévy, 2010; Silva, 2011, 2013). Questiona-se a revitalização da esfera pública, através da participação em espaços online ou com recurso a novas ferramentas que, de algum modo, permitem promover o debate e a discussão. Desde a publicação da obra de Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, em 1962, o conceito de esfera pública tem sido amplamente analisado, criticado e revisto (Calhoun, 1992; Fraser, 1992; Schudson, 1992; Thompson, 1996; Correia, 2004; Martins, 2005; Gomes e Maia, 2008; Morgado, 2010; Silveirinha, 2010), nomeadamente em trabalhos posteriores do próprio autor (Habermas, 1992, 2006). Sampedro (2000) elenca algumas das principais críticas que merecem ser consideradas: a) a esfera pública ideal nunca existiu, sendo por isso uma utopia; b) não se ajusta à realidade contemporânea; c) prima pela racionalidade e

apela a um consenso da opinião pública impraticável ou até indesejável. Não deixa de ser interessante lembrar que, segundo Habermas, que defendia a discussão racional e o questionamento crítico entre sujeitos, antes de os cidadãos começarem a discutir questões políticas, debatiam temas relacionados com a arte e com a literatura, por exemplo. Neste trabalho interessa-nos sobretudo a noção de espaço público enquanto lugar físico das cidades onde, através da arte urbana e da sua dimensão simbólica, é possível desenvolver ações de intervenção e cidadania. “O espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que as nossas sociedades estão a passar por transformações estruturais, é razoável sugerir que, atualmente, estão a surgir novas formas e processos espaciais” (Castells, 2002, p. 534).

Pereira (2010) analisa precisamente os conceitos “espaço público” e “arte pública” considerando o esvaziamento e a desertificação que se tem registado em grande parte dos centros urbanos. “O espaço público, urbano por excelência, sinónimo de liberdade, objetivo central de gerações contínuas de pessoas que aí buscaram a sua integração no universo cosmopolita da cidade, espécie de farol para todos os que fugiam da ruralidade e do seu fechamento, encontra-se em acentuada degradação” (Pereira, 2010). O autor refere mesmo uma “espécie de falência do espaço público urbano como local privilegiado de sociabilidade”. Esta realidade acaba por se caracterizar também por sucessivos erros urbanísticos, insegurança nos centros votados ao abandono e centros comerciais nas periferias das cidades impulsionados pelo consumo desenfreado. Na Covilhã, a ordenação urbanística tem sido objeto de inúmeras apreciações negativas. “Os elementos críticos respeitam tanto à escassez de requalificação dos tecidos antigos como ao débil planeamento das novas frentes de urbanização” (Vaz, 2008).

Pereira defende (2010) que é importante repensar a noção de espaço público e nota que “onde ele se encontra mais ativo é, sem margens para dúvidas, no espaço virtual da rede. Da política à sociabilidade, mesmo a mais íntima, passando pela economia e, claro, pelas manifestações artísticas, todas as manifestações inerentes ao espaço público aí se desenvolvem exaustivamente” (Pereira, 2010, p. 2). Também O’Kelly (2007) reconhece a importância da esfera pública online, onde o fluxo de informação se caracteriza pela velocidade.

A arte pública refere-se, por norma, à arte realizada fora dos espaços a ela habitualmente destinados, como os museus e as galerias. Práticas como graffiti, arte urbana e arte de rua (street-art), ainda que possam ser bastante diversas e transdisciplinares, são normalmente abrangidas pelo conceito de “arte pública”, bem como a escultura, etc. O’Kelly (2007) chama a atenção para a existência de diferentes possibilidades de concretizar este tipo de práticas, equacionando, desde

logo, o facto de estas serem ou não autorizadas por entidades públicas (Câmaras Municipais, etc.), ainda que possam desenvolver-se, e em grande parte das vezes é isso que sucede, mesmo perante a inexistência de permissão. Para Villac (2010), “a arte pública é a promessa de comprometimento com o espaço urbano legitimado ou não” (p. 155). Em relação ao graffiti, por exemplo, e à possibilidade de ser considerado uma forma de arte urbana, as opiniões não são consensuais, sendo este, não raras vezes, associado a atos de mero vandalismo. A sua realização surge, normalmente, em locais proibidos, em jeito de protesto político ou manifestação social. O conceito de arte urbana é normalmente associado a trabalhos mais demorados e exigentes. Mas a verdade é que isso não significa que não existam graffiti com estas características. Daí admitir-se também a sua inclusão na arte urbana. Maria Augusta Babo lembra que os graffiti “delimitam e procedem à apropriação de um espaço, transformando-o em território” (2010, p. 1). A autora sublinha a importância da denominada “tag”, etiqueta ou assinatura, associada ao seu autor. Reconhecendo que o ato de grafitar acontece desde tempos remotos, Babo defende que “tal como provavelmente nas gravuras rupestres, os graffiti contemporâneos cumprem uma função de marcação, delimitação, apropriação, passagem, acontecimento, individuação” (2010, p. 1).

Os anos 60 e 70 constituem um período histórico importante no que à prática dos graffiti diz respeito, “enquanto movimento estético e sociologicamente relevante” (Babo, 2010, p. 1), desde logo, por constituir o registo de algum tipo de manifestação. “Nesta década viu-se surgir um movimento maciço de protestos contra o autoritarismo político e exacerbação do capitalismo nas sociedades ocidentais. Vários países europeus tiveram movimentos estudantis fortes assim como países latino-americanos” (Ferreira, 2010, p. 2).

O poder político tem tentado estabelecer algum ordenamento na área. Algumas autarquias destinam determinados espaços à criação de graffiti, de forma a tentar impedir a utilização de edifícios e zonas públicas para esse efeito (como aconteceu em Guimarães). A Câmara Municipal do Porto, depois de várias medidas que procuraram regulamentar os graffiti, chegando a limpar vários grafitos, parece ter atualmente uma visão mais aberta em relação às intervenções artísticas no espaço público, defendendo o objetivo de transformar a cidade num palco privilegiado para a arte urbana. Vejam-se os trabalhos de artistas convidados a transformar as paredes do Parque de Estacionamento da Trindade ou a convocatória para o “Mural Coletivo da Restauração”.

“A arte urbana é uma prática social” (Pallamin, 2000, p. 23-24) sendo possível admitir que este conceito deriva do de “arte pública”. Reia entende que “os espaços urbanos podem ser considerados meios de comunicação capazes de construir e

registrar mensagens, tornando-as instrumentos de comunicação cujo uso pode gerar tanto integração identitária quanto formas de dominação” (2014, p. 34). A rua constitui-se como um palco onde se exhibe arte a um público que, à partida, pode ser bastante heterogêneo e com diferentes tipos de interesse, o que por si só constitui um desafio. “Espaços urbanos são arenas de disputa entre múltiplos públicos, sendo ocupados por pessoas de diferentes gêneros e classes. Espaços urbanos são lugares físicos e temporais, nos quais ocorrem conflitos de interesses e disputas entre grupos e entre indivíduos” (Kelly, 2007, p. 115).

No caso do WOOL, uma das responsáveis, Elisabet Carceller, explica que é possível referir diferentes públicos-alvo, aos quais o projeto chega de diferentes formas.

Por um lado, existem os moradores do centro histórico, que é o local onde se realizam a maior parte das intervenções e que são os que convivem diariamente com elas. Este grupo, que à partida poderia parecer que não tem interesse neste tipo de eventos, pois é formado maioritariamente por uma população idosa, tem recebido e aceite de forma excelente as intervenções, convivido e aprendido com os artistas. Isto é muito gratificante pois este projeto não fazia sentido se eles não o valorizassem e o apreciassem.

Por outro lado, existe um público mais diversificado de jovens e adultos que já tem interesse na arte e na cultura. Estes são muito ativos, visitam regularmente as intervenções e participam ativamente em todas as atividades programadas durante o Festival (principalmente visitas guiadas, palestras, projeção de filmes e exposições). É de destacar que este público se tem tornado bastante fiel e tem vindo a aumentar de edição para edição.

Pereira (2010) chama a atenção para algumas práticas menos positivas desenvolvidas sob o chapéu da arte pública, referindo, por exemplo, a proliferação de peças na periferia das cidades:

A democracia, sobretudo ao nível de maior proximidade com a população, isto é, ao nível local, propõe-se sempre a realizar uma espécie de nivelamento interventivo que passa pelo pretense respeito estético de todos, então nada melhor que optar por uma arte aparentemente ligada aos preceitos da modernidade, quase sempre, inócua e de contornos mais ou menos abstratizantes (Pereira, 2010, p. 2).

Por outro lado, nem sempre a arte exposta na rua é bem recebida. Basta lembrar o exemplo do *Tilted arc* (1981), de Richard Serra, e a polémica que esta instalação causou em Nova Iorque, acabando por ser retirada. Há, neste domínio, vários aspetos que podem ser determinantes, passando por elementos básicos como a adequação da obra ao espaço e a relação com o público, que pode ser estabelecida de diferentes formas.

Considerando as transformações que de um modo geral atravessam os centros urbanos portugueses, nomeadamente o seu esvaziamento e consequentes tentativas de revitalização, Reia (2014) salienta o papel importante dos artistas de rua que “tentam restaurar um sentido ao espaço urbano e às suas formas arquiteturais, tratando-se de uma proposição de reapropriação dos conteúdos significativos e simbólicos do espaço, ancorando-se numa problemática da perda do lugar social que aflige a sociedade contemporânea” (2014, p. 34). Devemos, contudo, considerar que a “arte pública” constitui uma prática artística remota. Atualmente, surge relacionada com “uma hipótese de mudança e posicionamento crítico em relação ao mundo” (Reia, 2014, p. 40). Segundo Kelly, “existem diversas modalidades de práticas artísticas dedicadas a formas de colaboração, práticas de participação e de ações interativas” (2007, p. 114), ao nível da intervenção social. Este é um ponto relevante, desde logo porque a arte pode ter efetivamente este papel de se relacionar com assuntos públicos e intervir em questões sociais, promovendo não só a expressão cultural, mas também o exercício da cidadania. Neste sentido, de referir ainda a relevância do espaço público enquanto meio de comunicação visual e de interação entre diferentes agentes. “Os conceitos de cidadania tratam de participação: neles a noção de participação tem o sentido de inclusão, mais do que o de exclusão” (O’Kelly, 2007, p. 116).

Desde uma perspetiva cidadã, vejo a arte urbana como uma ferramenta para a valorização do espaço público, para a democratização do acesso à arte e à cultura e para a promoção do convívio entre moradores e, consequentemente, para a melhoria da coesão social.

Em alguns projetos de arte urbana participativa, em que os cidadãos são atores ativos na conceção e/ou execução da intervenção, existe uma clara componente de promoção da cidadania ativa (Elisabet Carceller).

Num processo artístico que pretende criar e transmitir significados é importante refletir sobre a relação entre a forma como se processa a comunicação, considerando o papel dos novos meios. A comunicação em rede impulsionou, de facto, diferentes movimentos que se debruçam sobre os mais variados temas: direitos humanos,

feminismo, ecologia, direitos dos animais, etc. Esta questão pode ser relacionada com o ativismo que “parece hoje uma prática regular bem recebida pelos utilizadores das redes sociais: causas ambientais, defesa de direitos humanos ou reação ante factos políticos são alvo de frequente atenção” (Cardoso e Lamy, 2011, p. 84).

Gonçalves (2012) dá o exemplo de coletivos artísticos brasileiros que podem ser constituídos por artistas, ativistas ou qualquer cidadão interessado em participar, sendo que o mais importante é o envolvimento em determinadas ações. “Se, por um lado, noções como “mobilização política”, “intervenção urbana” e “ativismo” se aplicam a esses grupos, por outro, eles não constituem uma forma declarada de “ativismo” ou um movimento social ou artístico, embora possam eventualmente estar ligadas a movimentos diversos em função das ações realizadas” (Gonçalves, 2012, p. 181).

Alguns dos artistas que intervêm na rua (legal ou ilegalmente) optam por utilizar a visibilidade que o espaço público lhes proporciona para passarem mensagens, que podem ser mais ou menos críticas com o status-quo social, económico e político e que estão habitualmente muito ligadas à atualidade do momento, com o objetivo de provocar reflexão no recetor. Nestes casos, essas intervenções costumam ir de mão dada com as mobilizações sociais (...) Do meu ponto de vista, o trabalho dos artistas definidos no ponto anterior é claramente um exemplo de ativismo cultural (Elisabet Carceller).

Efetivamente os trabalhos promovidos no âmbito do WOOL não se inscrevem na mesma linha de atuação de Banksy, por exemplo, conhecido pelo seu ativismo político e social normalmente caracterizado pela ironia e até por algum humor. Mas não deixam de constituir práticas que, em última análise procuram (e têm conseguido) defender causas sociais e transformar a realidade, incentivando a atuação do próprio poder político em determinadas áreas.

Podemos entender ativismo como uma ação que visa mudanças sociais ou políticas. Gonçalves (2012) explica a utilização do termo “ativismo”, observado no Brasil desde 2003, ações em que arte e ativismo se cruzam, reconhecendo essa convergência que evidencia um hibridismo entre estas duas áreas, e até outras, como por exemplo a política e a comunicação.

O caso WOOL

O WOOL - Festival de Arte Urbana da Covilhã realizou-se pela primeira vez em 2011 e tem utilizado diversas paredes do centro da cidade como tela para intervenções de diferentes artistas. A iniciativa partiu de três covilhanenses, dois de naturalidade e uma de adoção: Pedro Seixo Rodrigues, Lara Seixo Rodrigues e Elisabet Carceller, que ao dinamizarem estas intervenções artísticas numa cidade do interior do país, têm despertado o interesse da comunidade para a cultura e para a arte contemporânea. Simultaneamente procuram revitalizar a memória industrial da Covilhã, ligada aos lanifícios, dotando os locais intervencionados de uma nova aparência estética, estando já cimentados os primeiros passos para a existência de um roteiro de arte urbana na cidade. O próprio nome do festival resulta de um jogo de palavras entre WOOL (lã em inglês) e WALL (parede em inglês). Para além do processo criativo acompanhado ao vivo pelo público, o WOOL tem uma programação regular de eventos, onde se insere a realização de palestras e workshops, dinamizados pelos próprios artistas que participam nas diferentes edições.

Por um lado, a organização do evento procura estabelecer uma ligação ao passado, mantendo a memória dos lanifícios, ainda visível na grande quantidade de fábricas, na sua maioria devolutas, localizadas na cidade. Por outro lado, instiga ao desenvolvimento de um polo de arte urbana importante a nível nacional, localizado no interior do país.

A última edição teve lugar entre os dias 19 e 25 de outubro de 2015, e contou com a colaboração dos artistas Pantónio e Samina. Esta edição “EXTRA WOOL” teve o apoio exclusivo da Câmara Municipal da Covilhã, além de pequenos apoios de algumas empresas locais. As duas edições principais (2011 e 2014) tiveram o apoio da Direção Geral das Artes, da Câmara Municipal da Covilhã e apoio ao nível de material de tintas plásticas (CIN) e sprays (Montana Colors). O EXTRA WOOL de 2012, com o artista KRAM, foi todo financiado com fundos próprios. Para além dos trabalhos de Pantónio e Samina, realizados este ano, as diferentes edições do WOOL permitiram fixar nas paredes da Covilhã obras de artistas como Vhils, ARM Collective, Bordalo II, Add Fuel, Mr. Dheo, Tamara Alves, ±MaisMenos±, JR e BTOY.

Na última edição, Samina reinterpreto, numa parede da zona histórica, de forma ampliada, o rosto de uma figura conhecida da cidade, ligado ao futebol, ao atletismo e à indústria têxtil. Em declarações ao jornal Notícias da Covilhã¹⁵⁷ o artista defende a importância das suas obras “serem contextualizadas pelo lugar onde vão ficar, para que haja uma identificação e apropriação por parte das pessoas desses locais”. À mesma publicação Pantónio relatou a sua inspiração para o trabalho desenvolvido

¹⁵⁷ “Marcas da Covilhã traçadas nas paredes”, in Notícias da Covilhã, n.º 5555, 29 de outubro de 2015.

numa enorme parede branca agora pintada com grandes andorinhas. O artista diz ter sido inspirado pelo som destes pássaros presente no documentário *Da Meia Noite Pro Dia*, realizado por Vanessa Duarte, aluna de Cinema da Universidade da Beira Interior, que retrata a identidade dos trabalhadores fabris da Covilhã e os espaços hoje abandonados onde passaram as suas vidas. Alexandre Farto, mais conhecido por Vhils, esculpiu numa parede localizada num dos principais acessos ao centro da cidade, um rosto que simboliza um antigo operário de uma fábrica de lanifícios. Em 2012, na fachada de uma antiga fábrica, foram afixados 44 retratos monocromáticos de pessoas, de algum modo ligadas a esta indústria que em tempos permitiu que a Covilhã fosse designada como “Manchester portuguesa”. Foi um trabalho da autoria do artista franco-tunisino JR e que acaba também por caracterizar a efemeridade de alguns destes projetos realizados no âmbito da arte urbana. É também o que pode ser designado de arte site-specific, no sentido em que vai ao encontro das características do lugar onde vai ser concretizada. “De forma lata diz-se da arte site-specific que é realizada em função de um determinado sítio e que tem em conta as características físicas e as dinâmicas sociais do mesmo” (Pinheiro, 2010). Segundo Elisabet Carceller, essa tem sido uma preocupação da organização.

Não queremos uma intervenção que possa ser feita em qualquer parte do mundo, queremos uma com a qual a população se possa relacionar e identificar.

Para que isto aconteça, previamente à chegada dos artistas, enviamos um dossier com informação da cidade e da região e uma das primeiras coisas que fazemos com os artistas quando chegam à Covilhã são umas visitas guiadas pela cidade e por diferentes pontos de interesse, com o intuito de que sirvam de inspiração.

O passado industrial é tão forte na cidade que acaba por ser um dos temas mais recorrentes de uma maneira natural.

Grande parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do WOOL carregam esta dimensão simbólica que remete para o passado, mas não só. Durante vários dias, BORDALO II construiu um mocho gigante, símbolo de sabedoria e cultura, a partir de um amontoado de lixo e sucata. A obra, agora uma das atrações da cidade, apela a um maior investimento na zona da cidade onde está inserida, o centro histórico. O artista desenvolveu a par deste trabalho, outras intervenções que alertaram para o desinvestimento, cada vez mais acentuado, que se verifica no interior do país. MR. DHEO homenageou as costureiras e cerzideiras locais com a reinterpretação de uma pintura clássica francesa, onde consta uma jovem que costura a bandeira portuguesa.

Tamara Alves desenvolveu um trabalho onde uma figura feminina borda o seu próprio vestido com três braços. “Em todas as sociedades, a humanidade tem existido num ambiente simbólico e atuado através dele” (Castells, 2002, p. 489). Neste âmbito, a arte urbana redefine a identidade do centro urbano, qualificando o espaço público, conseguindo simultaneamente evocar a memória do passado que caracteriza a sua história. Ao mesmo tempo são deixadas mensagens de alerta e chamadas de atenção para a necessidade de intervenções e decisões políticas que deem resposta aos problemas existentes. “Enquanto representação fortemente ligada ao passado da vida dos covilhanenses, a indústria de lanifícios continua a ser mobilizada na construção do imaginário local” (Vaz, 2008).

O facto de as intervenções terem incidido maioritariamente no centro histórico tem conseguido, na medida do possível, revitalizar uma zona que estava bastante esquecida. As visitas às intervenções são uma constante durante todo o ano, não apenas no momento do Festival, o que contribui para melhorar aspetos económicos e sociais.

Um exemplo concreto é o caso de uma senhora que vê a intervenção da BTOY (imagem de um pastor) desde a sua janela e explica como lhe faz companhia e tornou o seu dia-a-dia com menos solidão. Também é habitual ver moradores a dar indicações aos turistas e a explicarem-lhes, orgulhosamente, as peças (Elisabet Carceller).

Neste campo, saliente-se a importância da Universidade da Beira Interior, localizada na Covilhã, num duplo sentido. Por um lado, esta instituição de ensino optou, em grande medida, pela reconversão de antigos edifícios, alguns deles no passado ocupados por fábricas. Deste modo, ao mesmo tempo que criou espaços destinados ao ensino e à investigação, a UBI preservou a história da cidade, nomeadamente a nível cultural e arquitetónico. Por outro lado, constitui certamente, desde logo pelos cursos que abarca nas áreas das artes e da cultura, um fator interessante para a dinamização de um Festival de Arte Urbana na cidade.

As várias atividades do WOOL que, como já observámos, procuram envolver os cidadãos através do contacto direto com o trabalho de diferentes artistas e temas, não podem ser dissociadas da comunicação que assenta, sobretudo, na web, com ênfase nas redes sociais. No Facebook o WOOL tem cerca de 15 mil seguidores e no Instagram mais de 2300.

Esta forma de comunicação tem sido efetivamente muito importante para o sucesso do projeto. O espaço online remete para o espaço físico reconfigurado, o que

resulta numa complementaridade interessante, fomenta a divulgação de trabalhos, artistas e a partilha de informação com e entre os utilizadores. A rede comunicacional online é um importante alicerce para a arte que se fixa na rua. As ações desenvolvidas utilizam as tecnologias da comunicação para dinamizar as intervenções no espaço público. Trata-se de um fenómeno já observado por Gonçalves (2012) a partir de uma análise comparativa de diferentes formas de ação política e crítica social, no Brasil e em França. “O que é interessante notar em relação às tecnologias digitais é que os coletivos de artistas e ativistas vão usá-las não apenas para aumentar a visibilidade de suas ações, mas, sobretudo para incrementar o seu capital relacional, através do estabelecimento de redes de contatos e relações de troca que vão reforçar práticas e discursos entre si” (Gonçalves, 2012, p. 183). Se é verdade que dispositivos móveis como os smartphones “fazem com que as pessoas possam cruzar fisicamente um espaço sem perceber seu entorno, pois estão ligadas a um outro contexto acessível através de toques” (Reia, 2014, p. 46), não é menos verdade que, em grande medida é através de dispositivos como estes que o trabalho dos diferentes artistas se dá a conhecer a um nível mais global criando um efeito mobilizador.

No âmbito do projeto WOOL têm surgido outras iniciativas igualmente interessantes, a nível nacional e internacional. Diferentes artistas participaram numa ação de “arte urbana participativa” juntamente com os moradores do Bairro das Nogueiras, um bairro social localizado nos arredores da Covilhã, e todos juntos deram cor a um muro cinzento. O WOOL On Tour, com lugar na LXFactory, em Lisboa, foi outra iniciativa realizada. O projeto mais recente denomina-se Lata 65, nasceu na Covilhã pela mão de Lara Seixo Rodrigues, e promove a realização de workshops de graffiti para idosos. Com o apoio da Galeria de Arte Urbana foi um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de Lisboa 2013.

O WOOL viu também alguns dos seus trabalhos incluídos no Google Cultural Institute, o que para além de constituir uma forma de reconhecimento e promoção a um nível global, permite perpetuar a existência das obras, que em determinadas circunstâncias e considerando os materiais utilizados, no espaço físico podem ser efémeras.

Considerações finais

As diferentes iniciativas desenvolvidas no âmbito do Festival de Arte Urbana da Covilhã são um exemplo interessante de apropriação do espaço público para despertar o interesse da comunidade em relação a determinados temas. Ruas anteriormente desertas e degradadas, parecendo votadas ao esquecimento, são agora palco de

intervenções artísticas, que pelas suas características e especificidades simbólicas parecem homenagear o passado com esperança no futuro. Efetivamente pode não ser o suficiente para revitalizar plenamente o centro da cidade, mas constituiu um forte contributo para tornar a zona histórica mais atrativa.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do WOOL constituem o registo de uma época que está agora presente não só na memória, mas também na paisagem urbana. Os diferentes significados sociais associados à iniciativa em geral e a cada trabalho em particular têm conseguido captar as atenções da comunidade local e não só.

Há desde logo dois pontos fundamentais que importa destacar neste projeto: revitalizar a memória industrial ligada aos lanifícios, enriquecendo o património, e aproximar os cidadãos da arte e da cultura, nomeadamente através do acompanhamento do processo criativo e do contacto com vários artistas que utilizam diferentes técnicas, focando temas diversos, ainda que tendo, normalmente, o mesmo mote.

Para o sucesso das diferentes iniciativas e consequente visibilidade do projeto e mobilização dos cidadãos tem contribuído a comunicação em rede, especialmente através de redes sociais como o Facebook e o Instagram. O WOOL tem também captado a atenção dos media, não só regionais, como também nacionais e internacionais.

A arte urbana pode, efectivamente, ser considerada uma ferramenta importante para o exercício da cidadania, desde logo se pensarmos no seu posicionamento crítico e de intervenção social no sentido de promover a valorização do espaço público e de envolver a comunidade, mas também o poder local, em temas e ações que visem alterar o panorama vigente. Considerando o nicho turístico de arte urbana, a Covilhã assume-se assim como um destino interessante. O trabalho de Boldalo II integrou a lista das 25 obras de arte urbana mais populares de 2014, da revista Street Art News¹⁵⁸. O mesmo trabalho foi um dos elementos escolhidos para integrar o stand do Turismo de Portugal na Feira Internacional de Turismo que teve lugar em Madrid, no início de 2015. O guia do EFFE - Europe for Festivals, Festivals for Europe também já inclui o WOOL. Grandes cidades como Londres, Berlim ou Nova Iorque têm apostado, institucionalmente, nesta vertente. Também cidades mais pequenas como Bristol, Tudela, Grottaglie ou Stavanger têm sido apontadas como destinos interessantes nesta área. O WOOL tem tido o apoio da autarquia sendo que continua a ser determinante a existência de políticas culturais adequadas ao desenvolvimento destes projetos. A organização já referiu publicamente a necessidade de iluminação, sinalética adequada e da criação de um roteiro com informação para os visitantes, algo que ultrapassa as competências dos promotores e que solicita a intervenção do poder local.

¹⁵⁸ <http://www.streetartnews.net/2014/12/the-25-most-popular-street-art-pieces.html>

Bibliografia

Babo, M. A. et al. (Org.), (2010). Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em: <http://www.arte-coa.pt>.

Benkler, Y. (2006). The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University Press.

Camponez, C. (2002). Jornalismo de Proximidade, Coimbra: MinervaCoimbra.

Cardoso, G., Espanha, R., Araújo, V. (2009) (Orgs.). Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede. Porto, Porto Editora.

Calhoun, C. (1992) (Ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge: The MIT Press.

Cardoso, G., Lamy, C. (2011). Redes sociais: Comunicação e mudança. In Observare – Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 2, n.º 1, pp. 73-96.

Castells, M. (2002). A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2004). A galáxia Internet. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2008). The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks and Global Governance. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 616, 78- 93.

Correia, J. C. (2004). Comunicação e Cidadania – Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Coleção Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte.

Fraser, N. (1992). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In Calhoun, C. (Ed.), Habermas and the public sphere, Cambridge: The MIT Press, pp.109- 142.

Gomes, W., & Maia, R.C.M. (2008). Comunicação e democracia. Problemas & Perspectivas, São Paulo: Paulus.

Gonçalves, F. N. (2012). Arte, ativismo e tecnologias da comunicação nas práticas políticas contemporâneas. In Contemporânea – Arte, novos ativismos sociais e práticas participativas na contemporaneidade, Ed. 20, Vol. 10, N. 2. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/2234>

Habermas, J. (1992). Further reflections on the public sphere. In Calhoun, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, pp. 421-461.

Lemos, A., & Lévy, Pierre (2010). *O futuro da Internet – Em direcção a uma ciberdemocracia planetária*, São Paulo: Paulus.

Lopez García, X. (2002). “Repensar o jornalismo de proximidade para fixar os media locais na sociedade glocal”. In *Comunicação e Sociedade*, Vol. 4, nº 1, Braga, Universidade do Minho, pp. 199-206.

Martins, M. L. (2005). Espaço público e vida privada. In *Revista Filosófica de Coimbra*, Vol. 14, n.º 27, pp. 157-172. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em: http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/vol14_n27

Morgado, I. S. (2010). Cidadania. In Correia, J. C., Ferreira, G. B., Espírito Santo, P. (Orgs.). *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã-UBI: Livros LabCom, pp. 43-54.

O’Kelly, M. (2007). Negociação urbana, arte e a produção do espaço público. In *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, nº 5. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44692>

Pallamin, V. (2000). *Arte Urbana*. São Paulo: FAPESP. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em http://www.fau.usp.br/fau/ensino/docentes/deptecnologia/v_pallamin/arte_urbana_livro.pdf

Papacharissi, Zizi (2002). The virtual sphere – the internet as a public sphere, *New Media & Society* 4, pp. 9-25.

Papacharissi, Z. (2009) (Ed.). *Journalism and Citizenship. New Agendas in Communication*. New York: Routledge.

Pereira, F.J. (2010). Arte Pública. In Babo, M.A. et al. (Org.). *Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura*. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em <http://www.arte-coa.pt>.

Pinheiro, G.V. (2010). Site Specific Art. In Babo, M.A. et al. (Org.). *Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura*. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em <http://www.arte-coa.pt>.

Reia, J. (2014). A cidade como palco: Artistas de rua e a retoma do espaço público nas cidades midiáticas. In *Contemporânea*, Ed. 24, Vol. 12, n. 2. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/12813>

Rodrigues, C. (2006). Blogs e a Fragmentação do Espaço Público. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/sinopse/ficha_catarinarodrigues_blogues.html

Sampedro, V. (2000). Opinión pública y democracia deliberativa. Medios, sondeos y urnas. Madrid: Ediciones Istmo.

Sassen, S. (2001). The global city. New York: Princeton University Press.

Schudson, M. (1992). Was There Ever a Public Sphere? If So, When? Reflections on the American Case. In Calhoun, C. (Ed.). Habermas and the public sphere, Cambridge: The MIT Press, pp. 143- 163.

Silva, E. C. (2011). Blogosfera como esfera pública alternativa? In Public Sphere Reconsidered. Theories and Practices, Covilhã-UBI: Livros LabCom, pp. 299-310.

Silveirinha, M. J. (2010). Esfera Pública. In Correia, J. C., Ferreira, G. B., Espírito Santo, P. (Orgs.). Conceitos de Comunicação Política, Covilhã-UBI, Livros LabCom, pp. 33-42.

Silverstone, Roger (2006). Media and Morality: on the Rise of Mediapolis. Oxford: Polity.

Thompson, J. B. (1996). La teoría de la esfera pública. In Voces y culturas, N°10, Barcelona. Recuperado a 12 de Julho de 2013 em <http://www.periodismo.uchile.cl/talleres/teoriacomunicacion/archivos/thompson.pdf>

Vaz, D. (2008). A Covilhã vista pelos covilhanenses: representações e práticas sobre uma urbanidade em Transformação. In Fórum Sociológico – Explorando os Interstícios Urbanos, 18. Recuperado a 15 de outubro de 2015 em <http://sociologico.revues.org/299>.

SONETIWO PROJECT BLUEPRINTS: USE OF SOCIAL NETWORKS BY IMMIGRANT WOMEN FOR COLLECTIVE MOVIE SCRIPTWRITING

Maria Teresa Rojas Rahs¹⁵⁹

Introduction

WWW came to revolution lifestyle and ways of human communication. Crucial social behaviours, from getting in love to activism have changed and will evolve in the years to come. Mobile connection has enabled continuous communication, and social networks had opened a huge field of interaction between both human and computer mediated agents.

State-of-the-art

Many immigrant women organizations have presence at the WWW, and most of them have taken advantage of social networks. Common uses are promoting workshops or events or sharing available services, from networking directories and legal services to childcare and labour advice (CIWA, 2015; Changing Together, 2015). Several organizations use blogs for sharing information, events and testimonials, as the Caravan of Disappeared Immigrants Mothers¹⁶⁰.

Women's access to social digital media enhances mobility (González & Vergés, 2013) and communication, but can also induce pressure for "fit a profile", through establishment control on gender performances and discourses (Butler, 2012). The "Swarm" promotes individualism instead of solidarity, misleading activism for virtual remote representation, extending the workplace everywhere and allowing secret surveillance (Han, 2012). In such context, there is added value on develop women's own contents, uses and discourses for social networks, meaning part research and part social action.

A relevant research on a women online social network use was performed by

¹⁵⁹ Teresa Rojas is Bachelor on Computer Science by the Universidad Autónoma Metropolitana (México) and Multimedia Engineering PhD from Barcelona Tech. She has 18 years of experience on Web programming, 16 years as business consultant and 13 years as executive project manager. Besides an extensive career at the private enterprise, Teresa has researched on telepresence for Opera Learning purposes, and nowadays is collaborating as independent researcher with the Gender and Technology group from the Universitat Oberta de Catalunya.

¹⁶⁰ <https://caravanamadres.wordpress.com/>.

CICANT, an alphabetization project where 36 immigrant women participated, and the concept of “belonging” was studied (Damasio, Henriques & Costa, 2015).

Following the “Responsible Research and Innovation” project from Horizon2020 (RRI project, 2015) we would nurture SONETIWO, merging innovation and research, and setting technology to serve public problems for a common benefit.

Research framework

Objectives of the SONETIWO Project

Promote and study the use of social networks by immigrant women and organizations, as well as obtain a movie script from an online collective writing experience.

The project includes Web creation, viral actions, the online and offline marketing, community management activities and writing of the script. On the scientific side, includes the execution web questionnaires and interviews, and the consequent qualitative and quantitative data analysis for obtaining results against research categories, both in collective intelligence and immigrant women discourses dimensions.

The interdisciplinary approach: a common thread in technology

Facing an interdisciplinary project is a common thread on technology. Main activity is the “artefact” to create, in this case the social network, built from both human and computer mediated agents. We will design specific content and also will extend the use of mobile video blogs for enhance network communication. But even more, we will have a community of users that interact over the art project, which can be considered an extension or a part of the artifact.

“We found that this kind of work has also been described as “design as research” (Purao, Baldwin, Hevner, Story, et.al., 2008), and it is characterized by the multidisciplinary approach, as well as the design activity as knowledge-generator, that can be described into a model, construct, method or framework. An important contribution to this “design as research” theoretical corpus is made by Carroll and Kellogg (Carroll and Kellogg, 1989), who describes artifacts as the nexus of theory-based design and hermeneutics. The process used can be also described as either an early phase of an innovative project or as a collaborative research across discipline boundaries” (Marcandella, Durand, Renaud & Boly, 2009).

Other consideration for multidisciplinary projects is team coordination. Teresa has experience as project manager, developer and artist. As Cummings & Kiesler states, having an expert that is gifted in several of the involved disciplines enables a

communication channel that creates a common language between disciplines (Rojas Rajs, 2012).

Collective Art and social networks

Collective creation using Web 2.0 has been addressed for music as large open licensed databases of loops, music and sounds, or taking advantage of videoconference for online performances. Similar trends are found for graphic design and image creation, where large banks of free images or icons are available, for instance under creative commons license¹⁶¹ Examples of writing collaboration can be found, even specifically for movie scripts (Filmmakers, 2014).

Best example of crowd filming experience is the fine movie “Life in a Day” directed by Kevin MacDonald and Ridley Scott at 2011, based on film contributions from YouTube community (Wikipedia, 2015).

A very interesting community related to Netactivism and art is the Yes Lab¹⁶² where the Yes Men¹⁶³ are sharing their knowledge and experience to invite activist learning how to take advantage of media and internet for social action through collaborative arts.

At this project we describe “crowd writing” based on the concept of “Collective Intelligence”, meaning that the community would be able to provide better performance than the mere individual. In particular, we could consider this a Collaborative Innovation Network as per the MIT Intelligent Collaborative Networks definition (ICKN, 2015).

Web and mobile objects

We should expect that the use of social networks by immigrant women organizations is limited by technology usability and availability. Usability issues will be studied based on user-centred design (Bevan & Curson, 1998) through web questionnaires and usability tests. Availability will be addressed providing non-technological access to the collective writing process, accepting contributions on letters, emails and pictures.

As a Web and mobile developer, Teresa might intervene on the social network artefacts that are used on the project, enhancing community communication.

¹⁶¹ <https://search.creativecommons.org/>.

¹⁶² <http://yeslab.org/>.

¹⁶³ <http://theyesmen.org/>.

Women's immigration organizations – a genre perspective

Immigration is one of European Union crucial challenges, representing 4.1 % of the EU population; not only because of the integration, solidarity and legal factors, plays a main role on security and future development matters¹⁶⁴.

Immigrant women have an especially vulnerable situation, which might be ranked according to several additional factors as professional studies, legal situation, social class, level of integration and language skills, etc. Such conditions are reflected at their (offline or “real”) social networks (Hagan, 1998). Balancing life and professional life is always complicated (del Olmo, 2013), but has additional challenges under this context (González & Vergés, 2013b).

Movie script is about an immigrant woman that has two children; she is about to give birth the third one, when her husband loses his job. They are lacking of support from the family, they don't have enough food or money, and she has to work many hours in both professional and domestic contexts to accomplish her family surviving.

The construction of the social network pursue empower women in of social networks technologies, but being aware of the social and familiar context where this use is happening. “We would need the mixed perspective of the ICT study from a feminist point of view and the feminist theories about social conditions of women, in order to analyze empirically which are the transformations by technology on women's life” (Arroyo & González, 2013).

Research methods

- The hypotheses are that the collective intelligence writing exercise will:
- Allow to recover immigrant women discourses, and therefore obtain relevant empirical data and perform analysis of their social problems.
- Improve the use of social network technology by immigrant women.
- Impact positively on the activism activity of immigrant women organization.
- This is an exploratory study, with the following research activities:
- Systematic literature review.
- Definition of research categories and constructs.
- The social network to be created is to be considered a case study.
- Applying web questionnaires to the portal users' for obtaining statistical data for surveys.

- Applying interviews to a group of women.
- Applying web questionnaires to immigrant women organizations, and when possible request for having further information as web statistics and other data. If an organization agrees on provide the whole data required during at least a whole year, can be considered as another case study.
- Analyzing forums entries, blogs and video blogs participations as information available for qualitative research. Results might be compared to interviews results to assess the depth of the qualitative and quantitative findings trough the social network.

Expected contributions:

- Provide and study the process of immigrant women and women's organizations use of social networks.
- Identify and describe main challenges and social problems expressed by immigrant women related to raising from 0 to 5, promoting their visibility.
- Manage the artistic collective writing of the movie script.
- Since we need an innovative, multidisciplinary, "design-as-research" method, resultant theoretical framework will have additional value.
- Test and document methods for approaching digital social networks data analysis.
- Spreading technologic knowledge on social networks might empower women and/or organizations, or at least enable and promote new spaces of action.

Some deliverables for each discipline

Web and marketing digital deliverables

Web-lab will be constructed using open source code, based on WordPress. People might login with their existing profile at their favourite network. Responsive design and mobile compatibility will be ensured. Any significant code generated will be published under the GPL2 license¹⁶⁵. On the digital marketing side, we will create campaigns including sharing promotional videos to get more traffic to the web. Spanish, Portuguese and English version will be delivered. Results will be measured with SEO tools.

¹⁶⁵ <http://opensource.org/licenses/GPL-2.0>.

Writing, music and video deliverables

Writing includes the content creation for the Web. Regarding the movie script, some parts would be published in advance. Teresa will create some pieces of modern and traditional music, and film small videos for the marketing campaign.

Immigrant women's organization support for social networks technology adoption

On line and offline organizations will be equally contacted and invited to the project. Support for social networks technology adoption will be provided, including workshops. Collaborations for the collective art project will be also welcome in other formats, including paper, emails, letters, pictures, etc. Users will be invited to fulfil web questionnaires, that will be available linked to specific web marketing campaigns.

Expected limitations

- Theoretical framework has to be developed to a high standard, and recovered data should be seriously treated to ensure the exercise is scientifically valuable. Even so, as part of an exploratory study for a new branch of science, is likely we try and test to obtain such reliability, and learn in the process.
- Social impact and benefits will depend of other factors as well, that are out of the experiment control.
- Depending on the conditions for the execution of this ambitious project, and if no other human resources are involved, is likely that we need to trim the scope to make it possible.

State of the project

SONETIWO is searching for funds, leaded by its creator Teresa Rojas. Is a project that is planned to be executed in at least two years, and requires some infrastructure as videocamera, audio recorders, computers and video and audio editing software, besides hosting and server facilities.

Some of the services that cannot be developed by Teresa might be crowd sourced (as translations for other languages), but the project will need to involve more people that one person at full time at its original scope.

Conclusion

This is an exciting moment in the history of knowledge, where communication and information allow new manners to reach objectives that were never possible before. At the same time, exploitation and isolation of the individual has increased as never before. For immigrant women, both of these issues are exacerbated, so is likely we could get benefits from enhance visibility of our social issues and get connected to each other.

This paper has reviewed the blueprints of SONETIWO project, including a brief of the research framework and methods, as well as main activities to be developed. If we formally describe interactions achieved using the collective intelligence concept as the skeleton, and manage the epistemological approach for the multidisciplinary project, is very likely that SONETIWO would be a valuable source of scientific knowledge, provide a unique artistic result and have a positive social impact. The project is feasible, and even from the design stage is an example of the new manners to generate knowledge, mixing several disciplines on social action with responsibility and creativity.

Bibliography

AOMI, (2015), Asociación de Mujeres inmigrantes de Cataluña Web Page (2015), retrieved from <http://aomicat.blogspot.com.es/>

Arroyo, L., González, A. (2013). L'empoderament de les dones en l'estructura social mitjançant les tecnologies de la informació i la comunicació. In: L.Arroyo, M.Simó (eds.) VI Congrés Català/Internacional de Sociologia. Societats i cultures, més enllà de les fronteres. Barcelona. Pp: 2365-2405. ISBN. 978-84-695-8911-3

Bevan, N., & Curson, I. (1998). Planning and Implementing User-Centred Design. Retrieved from doi: <http://www.nigelbevan.com/papers/ucdtut97.pdf>

Butler, J. (2012) "Current Copy: Gender Performativity and Social Networking Sites" (2012), Prezi presentation retrieved from: <https://prezi.com/lvxicyai38te/current-copy-gender-performativity-and-social-networking-sites/>

Carroll, J. M., & Kellogg, W. A. (1989). Artifact as theory-nexus: hermeneutics meets theory-based design. Paper presented at the Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems: Wings for the mind.

Changing Together Web Page (2015), retrieved from <http://www.changingtogether.com/>

CIWA, (2015), Calgary Immigrant Women's Association Web Page (2015), retrieved from <http://www.ciwa-online.com/>

Damasio, M. J., Henriques, S. & Costa, C. (2012), Belonging to a community: the mediation of belonging, *Observatorio (OBS*) Journal*, Special issue; "Networked belonging and networks of belonging" - COST ACTION ISO906 "Transforming Audiences, Transforming societies", 127-146 retrieved from <http://hdl.handle.net/10437/2924>

Del Olmo, Carolina (2013) *¿Dónde está mi tribu?*. ISBN 9788494074141

Filmmakers (2014), Cowrite: the community-sourced screenplay, at Filmmakers WebPage retrieved from https://www.withoutabox.com/o3t_fin/o3t_fin_fest_o1over.php?festival_id=7509

González, A. M.; Vergés, N. (2013). "International mobility of women in S&T careers: shaping plans for personal and professional purposes". *Gender, Place and Culture*, Núm. 5. Pàg. 613-629. ISSN: 0966-369X.

González, A. M.; Vergés, N. (2013b). "International mobility of women in S&T careers: shaping plans for personal and professional purposes". *Gender, Place and Culture*, Núm. 5. Pàg. 613-629. ISSN: 0966-369X.

Hagan, J. M. (1998), *Social Networks, Gender, and Immigrant Incorporation: Resources and Constraints*, *American Sociological Review*, Vol. 63, No. 1 (Feb., 1998), pp. 55-67 Published by: American Sociological Association Article Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2657477>

Han, B. (2014), *"En el enjambre"*, Editorial Herder, ISBN 978-84-254-3368-9.

ICKN (2015), *Intelligent Collaborative Knowledge Networks projects from MIT* Web Page retrieved from <http://www.ickn.org/>

Marcandella, E., Durand, M. G., Renaud, J., & Boly, V. (2009). Past Projects Memory: Knowledge Capitalization from the Early Phases of Innovative Projects. [Article]. *Concurrent Engineering-Research and Applications*, 17(3), 213-224. doi: 10.1177/1063293X09343824

Purao, S., Baldwin, C., Hevner, A., Storey, V., Pries-Heje, J., & Smith, B. (2008). The Sciences of Design: Observations on a Emerging Field. Harvard Business School.

Rojas Rajs, M. Teresa (2012), Telepresence Learning Environments for Opera Singing, a Case Study, PhD Thesis approved at the Universitat Politècnica de Catalunya UPC - Barcelona Tech

RRI Project (2015), What is Responsible Research and Innovation? Web page from the RRI project of Horizon2010, Retrieved from: <http://www.rri-tools.eu/about-rri>

Wikipedia entry for “Life in a Day” (2015), retrieved from [https://en.wikipedia.org/wiki/Life_in_a_Day_\(2011_film\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Life_in_a_Day_(2011_film)).